

Ambiente:

**REPENSANDO
CONCEITOS**

E PRÁTICAS ESPACIAIS

CLEBER CASTRO

MIRIAM SANTOS



**Ambiente:
Repensando conceitos
e práticas espaciais**

**Cleber Marques de Castro
Miriam de Oliveira Santos
(orgs.)**

**Ambiente:
Repensando conceitos
e práticas espaciais**

E-book



São Leopoldo

2024

© Dos autores – 2024

Editoração: Oikos

Arte da capa: Guilherme Machry

Revisão: André Dick

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luíz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza Marques Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

A492 Ambiente: repensando conceitos e práticas espaciais [E-book]. /

Organizadores: Cleber Marques de Castro e Miriam de Oliveira Santos. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

140 p.; il.; color.; 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-5974-234-9

1. Ecologia social. 2. Ambiente – Geografia. 3. Conservação da natureza – Justiça ambiental – Rio de Janeiro. 4. Migrações climáticas. 5. Questões socioambientais – Parques urbanos – São Paulo – Rio de Janeiro. 6. Patrimônio natural – Ecoturismo – Região de Visconde de Mauá RJ/MG. I. Castro, Cleber Marques de. II. Santos, Miriam de Oliveira.

CDU 504.03

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Introdução	7
<i>Cleber Marques de Castro</i>	
<i>Miriam de Oliveira Santos</i>	
Capítulo 1 – Breves observações acerca do conceito (e da noção) de ambiente	10
<i>Cleber Marques de Castro</i>	
<i>Miriam de Oliveira Santos</i>	
Capítulo 2 – Áreas naturais protegidas na cidade do Rio de Janeiro: o urbano como desafio à conservação da natureza e à justiça ambiental	31
<i>Annelise Caetano Fraga Fernandez</i>	
Capítulo 3 – Migrações climáticas: mitos e realidades	60
<i>María del Carmen Villarreal Villamar</i>	
Capítulo 4 – Questões socioambientais em parques urbanos: repensando ca(s)os em São Paulo e no Rio de Janeiro	83
<i>Reinaldo Tadeu B. Pacheco</i>	
Capítulo 5 – O patrimônio natural e o desenvolvimento do ecoturismo na região de Visconde de Mauá RJ/MG: um exemplo da produção de espaços turísticos	105
<i>Raquel Barbosa da Silva</i>	
<i>Cleber Marques de Castro</i>	
Sobre as autoras e os autores	138

*Dedicamos esse livro ao povo do Rio Grande do Sul
que foi atingido por uma crise ambiental
sem precedentes, mas não esmoreceu.
Especialmente ao Erny e a Iria que tiveram
sua editora inundada, mas, mesmo assim,
entregaram esse livro no prazo combinado.*

Introdução

Esse livro nasceu de uma mesa-redonda organizada pelo PPGGEO/UFRRJ e pelo PPGCS/UFRRJ em dezembro de 2023, intitulada “Ambiente: Repensando Conceitos e Práticas Espaciais”. Nossa intenção foi explorar as complexidades e transversalidades do conceito ambiente e refletir acerca de diversas formas de apropriação e práticas espaciais. Desde uma escala macro, abordando o papel da degradação ambiental e dos desastres como fator impulsionador de migrações, até o ambiente nas escalas regional e local, através das discussões associadas aos conflitos de uso em Parques Nacionais e dos modelos de gestão de parques urbanos.

No entanto, a semente que possibilitou a gestão dessa mesa surgiu muitos anos antes quando ministramos juntos a disciplina de Epistemologia da Geografia em 2019 e 2020, assim como dos textos da disciplina e dos debates que se seguiram nasceu o texto que abre esse livro.

O capítulo escrito pela professora Annelise Fernandez tem como objetivo refletir sobre as interações entre cidade e natureza, tomando como estudo de caso, a criação e implantação de duas áreas naturais protegidas na cidade do Rio de Janeiro. Ela demonstra como a criação e implantação das áreas protegidas expressa, em termos ambientais, as disputas sociais do processo de evolução urbana, ao mesmo tempo que tais espaços são também portadores de possibilidades de construção do direito à cidade e ao ambiente como um bem comum. As resultantes deste processo dependem de como são equacionados com o seu entorno urbano os principais objetivos (muitas

vezes conflitantes) das áreas protegidas: a conservação da natureza, o uso público e os direitos territoriais de comunidades que viram seu lugar ser transformado em parque.

No capítulo apresentado por María del Carmem, a autora demonstra que a urgência de uma resposta política fundamentada na justiça social diante das mudanças climáticas é uma necessidade incontestável. A disparidade histórica na emissão de gases de efeito estufa e as responsabilidades decorrentes do colonialismo e da exploração dos recursos naturais das nações em desenvolvimento destacam a necessidade de medidas concretas e solidárias por parte dos países industrializados. No entanto, a visão predominante que retrata a migração climática como uma ameaça, especialmente nos discursos midiáticos e políticos conservadores, contribui para a invisibilidade dos obstáculos enfrentados pelos migrantes do Sul Global. É essencial superar os mitos que cercam a migração climática e adotar abordagens mais abrangentes e inclusivas para enfrentar esse fenômeno global, reconhecendo sua complexidade e impactos intrarregionais, bem como promovendo canais regulares de migração e reduzindo os riscos enfrentados pelos potenciais migrantes.

Já no capítulo do professor Reinaldo Pacheco, podemos destacar, a partir dos relatos de experiências em São Paulo e no Rio de Janeiro, a importância da compreensão do direito constitucional ao lazer e do papel dos parques urbanos e áreas verdes, isto é, do ambiente socialmente construído na escala intraurbana, para a melhora na qualidade de vida da população local. Portanto, é fundamental que haja uma democratização do planejamento e gestão das áreas verdes nas cidades. Nesse sentido, o autor faz uma análise crítica acerca do processo de concessões de parques urbanos e apresenta reflexões quanto aos desafios e potencialidades dos parques e áreas verdes enquanto locais públicos de lazer, de conservação e de sustentabilidade, com base em Soluções Baseadas na Natureza (SbN).

O último texto do livro é fruto de uma dissertação defendida no PPGGEO/UFRRJ. Nele, os autores Raquel Silva e Cleber Castro demonstraram que a análise das transformações decorrentes da mercantilização do espaço turístico em Visconde de Mauá destaca a ascensão do ecoturismo no contexto global e brasileiro, impulsionado por movimentos ambientalistas e a crescente preocupação com a conservação do ambiente. Nesse sentido, o turismo como atividade econômica do setor terciário busca a apropriação do conceito de patrimônio, tanto natural quanto cultural, como forma de impulsionar-se, evidenciando a interseção entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Creemos que a mensagem principal do nosso evento, e também desse livro, é que a questão ambiental é interdisciplinar e que debates multifacetados como esse são essenciais para iluminar questões que muitas vezes se perdem nas divisões disciplinares.

Cleber Marques de Castro
Miriam de Oliveira Santos

CAPÍTULO 1

Breves considerações acerca do conceito (e da noção) de ambiente

Cleber Marques de Castro
Miriam de Oliveira Santos

“É mais tecnológico proteger um rio do
que criar uma máquina para limpar
depois. Isso é tecnologia ancestral”.
Txai Suruí

Introdução

Tendo ministrado a disciplina Epistemologia da Geografia em conjunto por duas oportunidades (2019 e 2020), decidimos elaborar o presente texto que é fruto da parceria e colaboração dos autores no processo de planejamento e lecionação da referida disciplina no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Neste texto, o nosso objetivo é discutir de que maneira a ciência geográfica trata da noção e do conceito de ambiente e de como os significados atribuídos a ele mudaram ao longo do tempo. Para atingir esse objetivo, propusemos as seguintes questões: Quais são as abordagens e significados de ambiente na Geografia e nas ciências humanas em geral? Em quais escalas a noção e o conceito de ambiente são empregadas na Geografia? Como ele é trabalhado nas escolas? De que maneira o discurso de proteção e conservação ambiental se relaciona com o conceito de ambiente?

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. O principal resultado apontado foi que, do ponto de vista das novas correntes geográficas, o ambiente abrange tanto a ideia de espaço natural quanto a ideia de espaço geográfico, que são constantemente modificados pela ação humana, englobando elementos naturais e humanos em uma determinada área. Ao estudar a epistemologia das disciplinas acadêmicas, percebemos que as tradições são modeladas pelo tempo e pela própria conjuntura histórica, transformando-se continuamente e, muitas vezes, sendo alvo de disputas de significado.

No caso em questão, ambiente, meio ambiente, natureza, paisagem se misturam com facilidade e os aportes teóricos são variados. Outras opções de conceitos poderiam ser escolhidas para uma reflexão acerca da função de papel integrador na Geografia, como o conceito de paisagem (cf. MATTHEWS; HERBERT, 2004, p. 217). No entanto, a noção de ambiente estava presente em muitos dos debates e experiências trazidas pelos estudantes de pós-graduação, o que reforçou a constatação da presença da noção em seus projetos de dissertação, ensejando profícuos debates.

Assim como muitos outros termos, o conceito de ambiente pode ter vários significados. Embora não seja tão polissêmico quanto a ideia de natureza, como discutido por Williams (2011), acreditamos que o debate realizado por esse autor acerca da polissemia de alguns termos é relevante para o que queremos demonstrar aqui:

Algumas pessoas, quando veem uma palavra, pensam que a primeira coisa a fazer é defini-la. Dicionários são produzidos e, com uma demonstração de autoridade não menos confiante por ser normalmente tão limitado no tempo e no espaço, o que é denominado um significado apropriado é atribuído. Mas, embora seja possível fazer isso de modo mais ou menos satisfatório com algumas palavras simples que nomeiam certas coisas e efeitos, essa operação é não apenas impossível, mas irrelevante no caso das ideias mais complexas. O que importa ne-

las não é o significado mais adequado, mas a história e a complexidade dos significados: as alterações conscientes ou seus usos conscientemente diversos; e, com a mesma frequência, aquelas mudanças e diferenças que, marcadas por uma continuidade nominal, expressam radicalmente mudanças diversas muitas vezes despercebidas, em um primeiro momento, na experiência e na história (WILLIAMS, 2011, p. 90).

Portanto, mais do que pesquisar quais e quantos significados e identificar as mais variadas definições de ambiente, procuramos buscar e identificar alguns empregos, tanto na linguagem corrente como no meio acadêmico, sobretudo na busca pela complexidade dos significados e, ao mesmo tempo, na marcação das descontinuidades e rupturas, conforme aponta Williams (2011).

É dessa maneira que diferenciamos inicialmente a noção do conceito. Na linguagem cotidiana, a noção de ambiente, em geral, significa um emprego da palavra de forma intuitiva e imediata, sem aprofundamento. Sem o rigor de um conceito formal, a noção de ambiente frequentemente é empregada como sinônimo de natureza, de meio natural, ou ainda de ambiente como suporte e/ou substrato à (re)produção da vida. Como exemplos, não raro o ambiente enquanto noção é empregado para referir-se a biomas ou ecossistemas, seja em uma perspectiva conservacionista ou preservacionista.

Em resumo, convivem nos discursos tanto uma noção de que os ambientes são entidades externas à sociedade – um mosaico com áreas verdes e áreas urbanas funcionariam bem para representar este tipo de visão, em que cada área verde cumpriria este papel de ser um ambiente natural a ser preservado ou conservado (unidades de conservação, parques, praças, terras devolutas) – quanto uma noção de ambiente (agora no singular) integrado à sociedade, a partir de uma percepção mais conjunta e integral, como na resposta do senso comum “ambiente é tudo a nossa volta”, por vezes sem inserir-nos nesta conta.

Um conceito, em diferenciação, requer maior rigor, posto que, por definição, deve servir-nos como categorias universais, definindo o objeto em si. Um conceito ou uma categoria deve refletir o grau de aprofundamento e apreensão da realidade.

Em resposta ao nosso primeiro questionamento (Quais são as abordagens e significados de ambiente na Geografia e nas ciências humanas em geral?), podemos afirmar que as abordagens e significados de ambiente na Geografia e nas ciências humanas são bastante amplas e variadas. Na Geografia, o ambiente é frequentemente estudado como um conjunto de relações entre sociedade e natureza, levando em consideração aspectos físicos, socioeconômicos, culturais e políticos, ainda que encontremos, em alguns casos, o conceito de ambiente associado à natureza. Já nas ciências humanas em geral, o ambiente pode ser abordado de diferentes perspectivas, como a sociológica, antropológica e a psicológica, cada uma enfocando aspectos específicos das interações entre seres humanos e seu entorno.

Sobre as escalas, podemos afirmar que a noção e o conceito de ambiente são empregados em diferentes escalas na Geografia. Essas escalas podem ser desde a local, que abrange um espaço geográfico específico, até a global, que considera o planeta como um todo. Além disso, existem escalas intermediárias, como a regional e a nacional, que englobam áreas maiores. Cada escala permite uma análise e compreensão diferentes das relações entre sociedade e natureza.

Chirol (2015) apresenta uma comparação interessante do emprego da escala na Geografia Física e na Geografia Humana. Enquanto percebe-se a escala cumprindo um papel de forte controle hierárquico entre os níveis (local ao global) e, por conseguinte, dos ambientes na Geografia Física, em contrapartida, na Geografia Humana, segundo Chirol, ainda que exista uma noção hierárquica e de dependência entre as escalas, isto não surge como uma obrigatoriedade. A escala é uma proprie-

dade inseparável do objeto de análise. Portanto, para se estudar ambientes a primeira coisa a ser definida é a escala de análise.

As partes seguintes deste artigo buscam dar conta das diversas visões sobre o conceito de ambiente, bem como sobre a maneira como ele aparece nos livros didáticos e sua relação com o discurso de proteção ambiental.

O ambiente nas diversas correntes geográficas

O ambiente é um dos objetos da ciência geográfica em que mais fortemente observamos a dissolução da fronteira entre a Geografia Humana e a Geografia Física. Ele nos permite lembrar que as disciplinas são complexas e possuem várias facetas, e a fragmentação funciona apenas para facilitar o ensino, mas a Geografia é única e interligada. As dicotomias que usamos na academia, como Natureza versus Cultura e Selvageria versus Civilização, contribuem para essa visão. Analogamente a Souza (2022), acreditamos que o ambiente pode ser definido como o conjunto de todos os elementos vivos e não vivos e seus efeitos que influenciam a vida humana. Enquanto os elementos vivos incluem animais, plantas, florestas, pesca e pássaros, os elementos não vivos incluem água, terra, luz solar, rochas e ar.

Contudo, o senso comum muitas vezes pensa que os seres humanos estão fora do meio ambiente, como se não fizessem parte da natureza. Até mesmo os movimentos ecológicos, ao lutar pela preservação da natureza, muitas vezes retratam os seres humanos como vilões.

As populações que vivem em lugares onde mais tarde foram construídos parques nacionais costumam ser vistas como invasores danosos, mesmo que tenham chegado ao local antes dos parques. De acordo com Fernandez (2016, p. 131): “Os parques nacionais são espaços destinados à conservação da nature-

za e admitem a presença humana apenas indiretamente, ou seja, para fins de visitação e pesquisa científica”. Em um outro texto, Fernandez demonstra que a população é vista como algo que atrapalha o parque e a natureza:

O problema maior é o cara que está amarrado com a terra, mas um dado positivo é que os agricultores antigos estão morrendo. Penso mesmo que a tendência é o abandono da agricultura. Agora tem aqueles que têm prazer na atividade. A grande sorte nossa é que o jovem não tem mais interesse em agricultura (Ex-gestora do Parque Estadual da Pedra Branca, 2006 *apud* FERNANDEZ, 2009, p. 274).

Escobar (2005) tem uma visão processual de natureza e cultura, ou seja, ele não considera Natureza e Cultura como opostos, mas sim como parte de um processo compartilhado e intensamente local. Isso nos leva a estudar não os processos globais e grandiosos, mas sim os acontecimentos cotidianos e locais. Ele valoriza o conhecimento local em contraponto às teorias globais. (ESCOBAR, 2005) Acompanhando essa linha de pensamento, Almeida (2004) discute a maneira como as populações tradicionais podem usar seu conhecimento sobre o local para a preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, como uma justificativa para o seu direito à terra. É um processo de resistência em duas frentes: contra o capital especulativo e contra uma visão idealizada de um meio ambiente selvagem e intocado que exclui o homem (ALMEIDA, 2004).

A geografia radical postula uma teoria totalizadora da organização do espaço terrestre, em que não existe a dicotomia natureza X cultura e é impossível pensar o meio ambiente descolado da relação dos seres humanos com o espaço onde habitam (MOREIRA, 2004, p. 29). A formação espacial é um conceito necessário para superar a dicotomia homem/natureza, pois, para essa corrente geográfica, os problemas socioambientais têm origem nos processos sócio-históricos (CRUZ, 2003, p. 79).

De forma análoga observamos que: “(...) calcada na fenomenologia, a Geografia resgata a discussão do espaço vivido e reafirma o lugar e as dinâmicas dos lugares como central nas análises” (PEREIRA; LIMA; PAIVA, 2016, p. 89). Donde podemos depreender que o conceito de espaço se entrelaça vividamente ao comportamento humano e à sua relação com a natureza. De certa forma, fechamos o círculo e de uma separação radical entre natureza e cultura, entre paisagem cultural e paisagem natural, e nos encontramos agora em um momento em que a natureza não pode ser pensada senão através da sua relação com o homem, isto é, com a dimensão cultural. O que permitiu essa virada epistemológica foram as novas correntes da geografia que, através sobretudo do diálogo com outras disciplinas e do trabalho interdisciplinar, permitiram que a Geografia diversificasse seus objetos e o encontro de novos caminhos de pesquisa.

O ambiente na legislação escolar e nos livros didáticos

A preocupação ambiental surgiu justamente durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Muitos autores consideram esse evento um marco histórico e político na internacionalização da questão ambiental (MONTEIRO, 1980; DIAS, 1994; CARVALHO, 2002).

Na Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972 in DIAS, 1994, p. 270), dentre os princípios está o seguinte:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública bem-informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua res-

ponsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana.

Após essa Conferência, uma série de outras (Encontro de Belgrado, Iugoslávia 1975; Conferência de Tibilissi, Geórgia, 1977; Conferência Intergovernamental sobre Educação ambiental, Moscou, 1987), seguidas por encontros regionais, criaram uma série de recomendações e documentos sobre a educação ambiental.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 determina, no inciso VI, do § 1º, do art. 225, que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º *Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente* (BRASIL, 1988, p. 116).

Também a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive, e que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Além dessas leis, merecem destaque o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), lançado em 2003, que trouxe avanços na implementação das políticas públicas de educação ambiental, e a Lei 9.795 de 28 de abril de 1999, intitulada Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que foi o

marco que propiciou a legitimação da Educação Ambiental como política pública no sistema de ensino.

Todavia, se a lei obriga o ensino e o debate sobre o tema e fomenta a produção de vários livros paradidáticos sobre o assunto, ela não garante que os professores tenham efetivo domínio sobre os conceitos sobre ambiente e educação ambiental e que saibam trabalhar com esse tema.

Nos livros didáticos do ensino básico, encontramos diferentes visões sobre ambiente, das mais tradicionais até as que assimilam os conceitos mais modernos. A internet também aparece como um espaço onde os professores das séries iniciais buscam informação e inspiração para planos de aulas e trabalhos.

Contudo, observamos que o mais frequente é que a abordagem sobre ambiente se restrinja problemas ambientais. Como no exemplo transcrito a seguir:

Os poluentes são, quase sempre, resíduos de atividades humanas essenciais, como a agricultura, a indústria e a produção de resíduos biológicos, como urina e fezes. Uma pequena quantidade de fezes e urina quando jogado em um grande lago, não chega a ser poluente, porque os decompositores conseguem transformar esses restos com facilidade. Entretanto, toneladas de esgoto jogadas, no mesmo lago certamente irão exceder a capacidade de “assimilação” do ecossistema: a maioria dos organismos do lago morre e as águas se tornam turvas, sobrando apenas bactérias anaeróbias, responsáveis pelo mau cheiro característico de um lago poluído (SILVA *et al.*, 2010, p. 161).

Ao examinar estudos que investigam o uso do conceito de (meio) ambiente em livros didáticos e paradidáticos do ensino fundamental e médio, deparamo-nos com observações interessantes.

Alguns, como o artigo de Pinhão e Martins (2012), fazem um recorte que privilegia a relação entre saúde e meio ambiente, utilizando como referencial empírico os livros didáticos de ciências no ensino básico. Para as autoras, “ainda existe maior ênfase em aspectos de prevenção do que de promoção da saúde, como

também dificuldade de inclusão de uma discussão fundada na educação científica para a cidadania (2012, p. 345).

De maneira análoga, Blanco observa:

A análise das questões ambientais nos LDs, possibilitou verificar de forma geral, que os livros abordam com frequência as questões ambientais, e que estas são explicadas e construídas em forma de argumentos estruturados, embora algumas vezes apareçam mais como um material informativo, assim como trazem a natureza como um recurso disponível ao ser humano e a sociedade (2019, p. 64).

Desidério (2009), ao analisar livros de geografia do 7º ano do ensino fundamental do estado de Santa Catarina, conclui que:

As excessivas generalizações que são construídas em torno do ambiental no livro didático e a fragmentação apresentada neste tema, que trata dos problemas sociais e ambientais nas cidades, sem aproximá-los, mostram-nos uma lacuna na abordagem dessa questão no ensino de geografia. Percebe-se então um texto meramente informativo e fragmentado que se não for complementado por outras atividades/cotidianos/realidades, restringe-se ao campo da transmissão de conteúdo, da objetividade, da reprodução e do reconhecimento de um saber, como verdade e realidade (2009, p. 10).

Acreditamos que as conclusões de Desidério são válidas também em nível nacional, já que a fragmentação, a falta de reflexão e de conexão com a realidade são os principais problemas na maneira como os livros didáticos tratam do conceito de ambiente. As observações de Desidério se coadunam perfeitamente com as palavras de Txai Suruí na nossa epígrafe: falta uma percepção do todo e, sobretudo, da importância do social na questão ambiental.

Sobretudo, percebemos que algumas correntes da geografia citadas no tópico anterior ainda não conseguiram chegar aos professores do ensino básico. A abordagem processual de natureza e cultura proposta por Escobar (2005), que desafia a noção de que Natureza e Cultura são opostas, destacando sua interco-

nexão em um processo compartilhado e intensamente local, por exemplo, não foi observada em nossa pesquisa. Esta proposta direcionaria o foco para os eventos cotidianos e locais, valorizando o conhecimento local em contraposição às teorias globais, coadunando-se perfeitamente com as propostas da UNESCO, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Programa Nacional de Educação Ambiental. No entanto, falta aos professores, especialmente os dos anos iniciais do ensino fundamental, capacitação para trabalhar com tais ideias.

E esse é só um exemplo; encontramos a mesma dificuldade em relação à geografia radical, seguindo a linha de pensamento de Moreira (2004) e Cruz (2003), que rejeita a dicotomia entre natureza e cultura, enfatizando a impossibilidade de separar o meio ambiente da relação dos seres humanos com o espaço que habitam. A formação espacial é fundamental para compreender os problemas socioambientais, uma vez que esses têm origem nos processos sócio-históricos.

Essas perspectivas desafiam conceitos arraigados e destacam a importância de considerar a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente, bem como a influência dos processos locais na organização do espaço terrestre. Compreender essa interconexão é essencial para abordar os desafios socioambientais contemporâneos de forma mais abrangente e inclusiva e melhorar o ensino de geografia nas escolas, para que a disciplina deixe de ser fragmentada e desconectada da realidade dos alunos.

O ambiente como função: a prestação de serviços

Entre os novos debates que empregam novos significados ao uso do conceito de ambiente, estão os que o relacionam com a economia e a ecologia, através dos chamados serviços ambien-

tais, também conhecidos por serviços ecossistêmicos. Esses debates são amplos ocupando bastante espaço na geografia, bem como em áreas como o planejamento urbano, demografia, economia, turismo, dentre outras.

Para entendermos com exatidão do que se tratam tais serviços, de antemão é necessário compreender que os diversos ecossistemas no planeta interagem entre si, com constante troca de energia. Assim, conforme Daly e Farley (2004, p. 75) apontam, as espécies vivas e os componentes bióticos interagem para criar ecossistemas complexos, gerando, conseqüentemente, funções ecossistêmicas, como por exemplo: ciclagem de nutrientes, regulação climática, ciclo hidrológico, provisão de alimentos e formação do solo. Porém, quando tais funções são úteis, e mesmo vitais para os humanos, referimo-nos a elas como serviços ecossistêmicos ou ainda serviços ambientais.

Contudo, é comum uma interpretação às avessas da expressão “serviços ambientais”. Percebe-se, na nossa experiência empírica docente, que alguns discentes consideram que são serviços realizados pela sociedade no (para o) ambiente. A palavra serviço, por sua vez, marca uma ideia de utilidade e de uso, o que em nossa análise, reforça a noção de ambiente como tendo uma função predeterminada e/ou como suporte. Reconhecemos, contudo, que existem trabalhos acerca da temática que assumem ou tangenciam uma postura crítica.

Um resgate conceitual crítico da evolução do conceito de serviços ambientais enquanto capital natural, bem como de sua historicidade e das abordagens em disputa nas ciências sociais, é encontrado em Sinisgalli *et al.* (2022).

Dentro desse tópico, destacam-se as visões da economia política do meio ambiente, que é uma abordagem que busca entender as relações entre a economia e o meio ambiente, analisando como as atividades econômicas afetam os recursos naturais e como esses recursos afetam a economia. Ela também bus-

ca propor soluções para conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental.

Além disso, a economia política do meio ambiente examina as disputas entre grupos poluidores e grupos em defesa do ambiente que resultam na política ambiental. Essa área de estudo analisa aspectos como valoração ambiental, mecanismos de transferência fiscal, criação de mercados, protocolo verde, índice de sustentabilidade nas políticas públicas e, destacamos, o pagamento por serviços ambientais.

Na economia, encontramos duas correntes que buscam compreender as relações entre economia e o ambiente: a economia ambiental neoclássica, que representa uma tentativa de incorporar questões ambientais e critérios de sustentabilidade ao pensamento econômico dominante; e a economia ecológica, uma corrente que ainda não exerce grande influência no pensamento econômico, mas que busca ampliar o escopo da análise dos problemas ambientais ao reivindicar a contribuição de outras disciplinas. Seu objetivo geral é apresentar uma visão sistêmica sobre a relação entre meio ambiente e economia (ANDRADE, 2008).

Essa relação entre ambiente e economia fica clara quando examinamos a Lei Federal nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Um detalhe do texto legal, em contraposição com algumas referências, é o fato de que há uma distinção entre os conceitos de serviços ecossistêmicos e serviços ambientais.

Segundo a Lei Federal: “serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais” (Lei nº 14.119, Art.2º, inciso II). Por outro lado, os serviços ambientais são, de acordo com o texto legal “atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos” (Lei nº 14.119, Art. 2º, inciso III).

Por esta lógica, os serviços ambientais subordinam-se aos serviços ecossistêmicos. Enquanto esses compreendem o conjunto de serviços (de provisão, suporte, regulação e culturais) amplamente definidos na literatura, bem como no próprio Art. 2º da referida norma, aqueles, por sua vez, os serviços ambientais, compreendem as ações humanas que venham a garantir as condições de funcionamento regular e perene dos ecossistemas e, conseqüentemente, a manutenção da vida, bem como das relações socioeconômicas no capitalismo atual que necessitam do adequado funcionamento dos ecossistemas e das riquezas diretas e indiretas geradas.

A definição e o sentido específico regulamentado pelo texto legal tornam a crítica realizada anteriormente quanto ao sentido que muitos discentes atribuíam aos serviços ambientais passível de ser ponderada. É de fato uma ação com claro intuito de manter a utilidade/função do ambiente. Decerto, o que se sugere na lei enquanto serviços ambientais nada mais é do que oferecer a garantia do usufruto dos serviços ecossistêmicos. Nesse sentido, surge a ideia de se remunerar pelos serviços ambientais, conforme Art. 2º, incisos IV, V e VI da Lei 14.119/2021:

IV – pagamento por serviços ambientais: transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

V – pagador de serviços ambientais: poder público, organização da sociedade civil ou agente privado, pessoa física ou jurídica, de âmbito nacional ou internacional, que provê o pagamento dos serviços ambientais nos termos do inciso IV deste caput ;

VI – provedor de serviços ambientais: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ou grupo familiar ou comunitário que, preenchidos os critérios de elegibilidade, mantém, recupera ou melhora as condições ambientais dos ecossistemas.

A necessidade de remunerar pelos serviços ambientais não se limita à retribuição do trabalho humano envolvido, mas também representa uma estratégia para incentivar boas práticas ambientais⁵. Esse incentivo opera sob a lógica de que, se as pessoas sentirem o impacto financeiro do uso de determinado serviço, o utilizarão de forma mais consciente. Além disso, quando alguém realiza um serviço ambiental, como a recuperação de cursos d'água, por exemplo, pode receber uma recompensa econômica, seja na forma de capital ou por meio de incentivos fiscais, especialmente quando o provedor de serviços ambientais é uma pessoa jurídica (GOMES, 2020).

Em função da promulgação da lei federal, iniciativas de projetos vinculadas às modalidades de pagamento (vide Art. 3º) vêm crescendo no país, como pode ser visto em Coelho *et al.* (2021) e em iniciativas governamentais, como a criação do Banco de Iniciativas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) em Minas Gerais, pela secretaria de estado de meio ambiente⁶. O objetivo primordial é o fortalecimento e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Uma tarefa difícil, mas que fica como desafio aos pesquisadores do tema, é a quantificação de áreas envolvidas em programas de PSA no Brasil e no mundo. Pagiola (2008) afirma que a Costa Rica tinha à época 340 mil hectares sob contratos de conservação nos nestes moldes. Já na Amazônia, por exemplo, temos em torno de 5,5 milhões de hectares (PINTO *et al.*, 2022, p. 23).

Observam-se diversos desafios na implantação de programas de PSA no Brasil, como desafios econômicos e outros de caráter mais técnico. Vão desde os altos custos das atividades de recuperação da vegetação nativa até problemas de ordem técnica associadas à elaboração e implementação de sistemas de monitoramento, dada a sua complexidade e necessidade de seleção de indicadores, bem como de quantificação dos serviços prestados (valoração econômica) e critérios claros e

transparentes para determinar os beneficiários dos pagamentos.

A participação e o engajamento das comunidades locais são fundamentais para o sucesso dos programas de PSA. No entanto, alcançar o apoio e a colaboração das comunidades locais pode ser difícil, especialmente em áreas com altos índices de pobreza e marginalização social.

A participação e o engajamento das comunidades locais são fundamentais para o sucesso dos programas de PSA. No entanto, alcançar o apoio e a colaboração das comunidades locais pode ser difícil, especialmente em áreas com altos índices de pobreza e marginalização social.

No contexto brasileiro, os desafios enfrentados pelos programas de PSA refletem os desafios mais amplos de conservação e gestão sustentável dos recursos naturais do país. Refletem, também, o emprego da noção de ambiente em uma perspectiva antropocêntrica. Em última análise, essa perspectiva sugere que conservar o ambiente e promover os serviços ambientais visa, em primeiro lugar, a garantir que o ambiente cumpra aquela que muitos acreditam ser a sua função precípua: servir-nos.

Considerações finais

Para concluir, podemos dizer que a interconexão entre a Geografia Humana e a Geografia Física é evidente no estudo do ambiente, revelando a complexidade e interdependência das disciplinas geográficas. A fragmentação dessas áreas de estudo simplifica o ensino, tornando-o reducionista, mas a realidade é que a Geografia é uma disciplina única e que há muitos pontos de intercessão entre seus diferentes métodos analíticos e de pesquisa.

Procuramos realizar um texto panorâmico que permitisse descortinar as diferentes visões sobre o conceito de ambiente e a

maneira como ele foi entendido ao longo do tempo. Também foi nossa intenção demonstrar que, muitas vezes, esses vários pontos de vista sobre o ambiente coexistem ao mesmo tempo. O que é falado na academia demora muito tempo para chegar aos livros didáticos e professores do ensino básico e, mais ainda, ao senso comum.

Por outro lado, os debates de ponta sobre o assunto costumam ocorrer na pós-graduação, e em algumas áreas os principais textos estão em língua estrangeira, o que dificulta sua disseminação e popularização.

Todavia, os limites desse trabalho não permitem um maior aprofundamento, e não foi nossa pretensão fazer uma discussão conceitual de ambiente como categoria de análise para a geografia. Nosso objetivo foi demonstrar a polissemia do conceito, apresentando as maneiras diferentes pelas quais é utilizado e interpretado. Sabemos que toda questão está destinada a permanecer aberta, incerta, irresoluta; porque mudarão as circunstâncias, aparecerão novos pontos de vista e outros ângulos de análise. Mas cremos que aqueles que estiverem interessados em aprofundar o assunto terão nas nossas referências bibliográficas um bom ponto de partida.

Referências

ALMEIDA, Mauro Barbosa W. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso em: 16 maio 2012.

ANDRADE, Daniel Caixeta. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*, Campinas, v. 14, p. 1-31, ago./dez. 2008

AZEVEDO, José Roberto Nunes de; BARBOSA, Tulio. A Geografia Quantitativa: ensaios. *Espaço em Revista*, v. 13 n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2011.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso de conceitos nas ciências humanas e sociais uma contribuição ao ensino de metodologia. Iniciação. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica e Artística*, v. 1, n. 2, ago. 2011.

BLANCO, Mariana Just. *O que nos conta o livro didático de Geografia sobre educação ambiental?* Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Licenciatura em Geografia, UFRGS, 2019.

CARVALHO, I. C. M. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHIROL, Achilles. A questão da escala na Geografia Física. In: FERNANDES, Ulisses; RIBEIRO, Miguel Angelo; ABRANCHES JÚNIOR, Nilton (orgs.). *Velhos saberes, novas abordagens: A geografia à luz da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Gramma, 2015. p. 93-127.

COELHO, Nayra Rosa; GOMES, Andrea da Silva; CASSANO, Camila Righetto; PRADO, Rachel Bardy. Panorama das iniciativas de pagamento por serviços ambientais hídricos no Brasil. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 26, n. 3, p. 409-415, maio/jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-415220190055>. Acesso em: 16 maio 2012.

CRUZ, Maria Clara da. O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a Geografia. *GEographia*, ano V, n. 9, p. 67-83, 2003.

DALY, Herman E.; FARLEY, Joshua. *Ecological economics: principles and applications*. Washington: Island Press, 2004. 484p.

DESIDERIO, Raphaela. Significações do ambiental nos conteúdos de Geografia do Brasil: uma análise de livros didáticos. *Anais do 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia*. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Ensenanzadelageografia/Investigacionydesarrolloeducativo/31.pdf>.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1994.

ESCOBAR, Arturo. Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69-86

CASTRO, C. M. de; SANTOS, M. de O. • Breves considerações acerca do conceito (e da noção) de ambiente

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Geografias moderna e pós-moderna. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, p. 121-137, 1999.

FERNANDEZ, A. *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. O sertão virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 129-148, abr. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59281/60267>. Acesso em: 18 maio 2020.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. Hoje e Amanhã. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (orgs.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

GODOY, P. R. T. (org.). *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia* [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.

GOMES, Heitor Menezes. Pagamento por serviços ambientais: um instrumento de incentivo à Gestão Ambiental. *Guia Universitário de Informações Ambientais*, v. 2, n. 1, p. 59-60, 2021. Disponível em: <https://www.revistaguia.ufscar.br/index.php/guia/article/view/45>. Acesso em: 18 maio 2020.

HUMBOLDT, Alexander von. *Cosmos: ensayo de una descripción física del mundo*. Buenos Aires: Editorial Glem, 1944.

HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da natureza*, 2 vol. São Paulo: W. M. Inc., 1952.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de geografia humana*. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1952.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve*, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. *Revista GEOUSP*, n. 5, p. 27-39, 1999.

LINKE, V. *Paisagens dos sítios de pintura rupestre da região de Diamantina – MG*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOPES DE SOUZA, M. AMBIENTE. *GEOgraphia*, 24(53), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a55738>. Acesso em: 18 maio 2020.

MACEDO, Yuri Marques; DANTAS DE ARAÚJO, Elisabeth Cristina. Educação ambiental nos livros didáticos de geografia: análise sobre a coleção “Geografia geral e do Brasil” para o ensino fundamental. *Geoconexões*, [S. 1.], v. 1, n. 12, p. 4-24, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/13410>. Acesso em: 2 abr. 2024.

MONTEIRO, C. A. F. A questão ambiental no Brasil: 1960-1980. *Série Teses e Monografias*, n. 42. São Paulo: IGEO/USP, 1980.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias). *GEOgraphia*, ano 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

PAULINO, Eliane Torniasi. Geografia e controle territorial’ saber estratégico para quem? *Geografia*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 61-66, jan./jun. 2000.

PEREIRA, Camila da Silva, LIMA, Francisca Elizonete de Souza, PAIVA, Rute Soares. O pensamento fenomenológico e a ciência geográfica: Breves notas. Geotemas. *Pau dos Ferros*, Rio Grande do Norte, Brasil, v. 6, n. 2, p. 83-93, jul./dez. 2016.

PAGIOLA, Stefano. Payments for environmental services in Costa Rica. *Ecological Economics*, v. 65, n. 4, p. 712-724.

PINHÃO, Francine; MARTINS, Isabel. O discurso sobre saúde e ambiente no livro didático de ciências brasileiro. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 11, n. 2, p. 342-364, 2012, p. 342

PINTO, Erika; GUIMARÃES, Paulo; MOUTINHO, Paulo. Pagamento por serviços ambientais no Brasil: recomendações para 2023. *IPAM Amazônia*, São Paulo, 2022.

RATZEL, Friedrich. A evolução dos conceitos relativos à influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990 [1914].

SAITO, C. H.; BASTOS, F. P.; ABEGG, I. Teorias-guia educacionais da produção dos materiais didáticos para a transversalidade curricular

CASTRO, C. M. de; SANTOS, M. de O. • Breves considerações acerca do conceito (e da noção) de ambiente

do meio ambiente do MMA. *Revista Iberoamericana de Educación*, 45(2), 2004.

SILVA, Júnior César da; SASSON, Sézar; CALDINI, Junior, Nelson. *As características da vida: histologia animal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida; IGARI, Alexandre Toshiro; TURRA, Alexander; SOUSA JÚNIOR, Wilson Cabral de; PORTES, Bruno; OLIVEIRA, Camila Espezio de. Discussão crítica do conceito de serviços ecossistêmicos. In: JACOBI, Pedro Roberto; TURRA, Alexander; BERMANN, Célio; FREITAS, Edmilson Dias de; FREY, Klaus; GIATTI, Leandro Luiz; TRAVASSOS, Luciana; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida; MOMM, Sandra; ZANIRATO, Silvia (orgs.). *Governança ambiental na macrometrópole paulista face à variabilidade climática*. São Carlos: RiMa Editorial, 2022. p. 397-410.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. *Cadernos Geográficos*, Florianópolis, n. 12, maio 2005

SWYNGEDOUW, Erik. Whose environment?: the end of nature, climate change and the process of post-politicization. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 69-87, dec. 2011

TÁVORA, Gabriel Spínola Garcia; SILVA, Antonio Soares; TURETTA, Ana Paula Dias. “Análise da política por pagamento por serviços ambientais como um instrumento para sustentabilidade socioambiental”. *Geosul*, Florianópolis, v. 33, n. 66, p. 29-47, jan./abr. 2018.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CAPÍTULO 2

Áreas naturais protegidas na cidade do Rio de Janeiro: o urbano como desafio à conservação da natureza e à justiça ambiental

Annelise Caetano Fraga Fernandez

O tema das áreas protegidas urbanas à primeira vista parece abrigar uma contradição, já que a maior parte delas foi criada em locais afastados das cidades, como instrumentos de proteção de refúgio da vida silvestre; de ecossistemas e dos chamados “monumentos naturais”. Sua existência, em grande medida, foi impulsionada pelo desejo de fuga das cidades, em reação aos aspectos negativos da industrialização, da urbanização e ao surgimento de novas sensibilidades em relação à natureza, sobretudo a partir do século XVIII e XIX¹ (THOMAS, 2010; SEGAWA, 1996).

No entanto, convidamos o leitor a superar esta aparente oposição e pensar o surgimento das áreas protegidas como um fenômeno que dialeticamente diz respeito ao fenômeno urbano. Seja porque simbolicamente se constituíram como reação à cidade industrial e aspiravam novos modelos urbanos, seja porque, mesmo que distantes das cidades, historicamente buscaram

¹ O surgimento de áreas verdes urbanas tem início no século XVII e torna-se marcante a partir do século XVIII. Já o marco mundial de criação das áreas protegidas é o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872.

atender aos valores (estéticos, afetivos, utilitários) e anseios de lazer das populações urbanas (SEGAWA, 1996, THOMAS, 2010, DUARTE, 2012).

Neste texto, não nos restringimos aos traços simbólicos e constitutivos entre áreas naturais protegidas e urbanidades, mas objetivamos falar desta relação a partir da experiência concreta de ANPS urbanas. Consideramos que pensar as relações entre *urbes* e áreas protegidas significa enfrentar situações-limite no debate sobre a sustentabilidade; debruçar-se sobre a implantação da agenda 2030 da ONU e responder aos objetivos da Coalizão de Alta Ambição para a Natureza e as Pessoas, que até 2030 se compromete a proteger pelo menos 30% das áreas terrestres e dos oceanos do planeta, justamente no momento em que vivenciamos em escala global a explosão do urbano ou da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2006).

O tema das relações entre cidade e natureza tem ganhado centralidade nos debates sobre mudanças climáticas. Assistimos ao protagonismo das chamadas cidades globais em ações de governança na política internacional do clima em múltiplas escalas e redes (MENDES, 2020; FERREIRA; MARTINS, 2011). Trata-se de um fenômeno impulsionado por determinação recíproca, uma vez que as megacidades serão as mais atingidas pelas alterações do clima, como também a escala e complexidade de seus fluxos têm sido responsáveis por grande impacto ambiental. Estima-se que 68% da população mundial vivam em cidades até 2050 (ESPÍNDOLA; RIBEIRO, 2019).

Desse modo, a relação entre áreas protegidas e urbanização é cada vez mais pautada pela articulação de agendas contemporâneas importantes de sustentabilidade e direitos humanos (HINCAPIÉ, 2020). Implica em repensar o modelo de áreas protegidas como espaços isolados e prístinos, que Diegues (2002) define como “o mito moderno da natureza intocada” e Martinez-Alier (2012), como “o culto à vida silvestre”, assim como

exige uma perspectiva crítica a respeito do modelo socialmente excludente e de forte impacto ambiental das megalópoles contemporâneas. Sob esta perspectiva, as soluções para os problemas ambientais não estão apenas em “ilhas de conservação em lugares distantes”, mas devem ser buscadas na própria casa, bairro ou cidade.

Deve-se escapar, contudo, das narrativas produzidas inclusive pelos organismos multilaterais, que apresentam concepções homogêneas de resiliência, de urbanização e leituras naturalizantes de riscos ambientais ou “antrópicos”, desconsiderando que os problemas das chamadas cidades globais são resultado da produção do espaço capitalista (LEFEBVRE, 2011), por meio da mercantilização da moradia, dos serviços de infraestrutura urbana e também da natureza (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2020).

O presente artigo parte da singularidade das experiências ambientais da cidade do Rio de Janeiro e analisa o processo de criação e implantação das duas mais importantes ANPS da cidade: a floresta da Tijuca (1861) e o Parque Estadual da Pedra Branca (1974). A primeira, criada ainda no período Imperial e oficialmente transformado em parque no seu centenário; a segunda, quase cem anos depois, criada em um período autoritário da história do país. Junto às disposições e projetos *top-down* que determinaram a criação dos respectivos parques, é o seu processo histórico de implantação e apropriação pelos usuários, moradores, conselhos, políticas públicas que fazem desses espaços verdes artefatos socioculturais dinâmicos e instáveis (BARRETO FILHO, 2001), sendo, ao mesmo tempo, condicionados e condicionantes das disputas pelo solo urbano no Rio de Janeiro (FUKS, 2001; FERNANDEZ, 2009; SOUZA, 2015).

Neste sentido, objetivamos descrever o processo de construção social dos dois parques, demonstrando como as possibilidades de sua conservação, assim como o cumprimento de sua

efetiva função de um espaço ambientalmente disponível e acessível a todos, depende do rompimento com o modelo elitista e também dicotômico entre sociedade-natureza que constituiu o pensamento moderno concebeu os primeiros parques e o próprio processo de urbanização.

Adotamos, portanto, uma perspectiva construtivista dos problemas ambientais (HANNIGAN, 2009; FUKS, 2001), considerando que o ambiente não fala por si mesmo, mas é apropriado material e representacionalmente por diferentes grupos e interesses. Seguimos a proposta de Souza (2015) de descrever a história social das áreas protegidas urbanas cariocas², a partir de uma ecogeopolítica urbana, demonstrando a instrumentalização da política ambiental a favor da consolidação da segregação social e suas formas de resistência.

A metodologia adotada é a revisão de literatura e faz uso também de dados de pesquisa de longa duração no Maciço da Pedra Branca, onde se localiza o PEPB (FERNANDEZ, 2009, 2011, OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2020). Na primeira seção do artigo, apresentamos a produção bibliográfica que aborda a relação entre áreas verdes e cidades em diferentes campos de conhecimento. Assim, buscamos destacar como as ANPs urbanas têm sido pensadas ou podem ser pensadas sob diferentes dicotomias, critérios de inclusão-exclusão, categorias mais amplas ou restritas e que produziram dispositivos técnicos e efeitos políticos distintos. Nesse sentido, implica em pensá-las como áreas verdes urbanas, como parques urbanos, como parte do ecossistema urbano, ou, ao contrário, como modalidades distintas de áreas protegidas. Tudo isso, nos explica Barretto Filho (2012, p. 298), ao tratar das definições das áreas protegidas, não é uma questão de mera nomenclatura: “é importante conhecer para o que cada uma delas serviu historicamente – em momentos que gozavam

² Gentílico da cidade do Rio de Janeiro.

de outras definições – para que possamos inovar na definição para o que elas devem servir hoje”.

Na segunda seção, descrevemos os vínculos históricos entre urbanização e natureza no Rio de Janeiro, tornando a cidade um caso significativo de estudo, seja pelo seu legado paisagístico-ambiental, seja pelas contradições de seu processo de ocupação urbana. A cidade abriga uma das primeiras experiências de criação de uma floresta urbana – a Floresta da Tijuca –, criada em 1861, e oficialmente transformada em parque nacional em 1961. Atualmente, o município conta com 19 áreas protegidas (nas instâncias federal, estadual e municipal). A ideia de uma governança comum a todas resultou em 2011 na nomeação deste conjunto como Mosaico Carioca. Posteriormente, em 2017, a inauguração da Trilha Transcarioca – um percurso de 180 km que atravessa várias ANPS da cidade – anuncia-se como uma “coluna vertebral de florestas” que articula o espaço urbano (MENEZES, 2000).

As relações intrínsecas entre paisagem urbana e natural no Rio de Janeiro contribuíram para que em 1992 a cidade fosse escolhida como sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada (Rio-92)³. Vinte anos mais tarde, recebeu a Conferência Rio+20, fazendo um balanço das políticas de conservação e sustentabilidade mundiais nessas duas décadas. Em 13 de dezembro de 2016, a paisagem da cidade tornou-se a primeira paisagem cultural urbana declarada como patrimônio mundial da Unesco.

Tais credenciais, no entanto, não são suficientes para esconder que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais desiguais do mundo e que acumula graves contradições socioambientais; impossíveis de serem equacionadas apenas pela existência de

³ Ou Eco-92.

áreas naturais protegidas, e que, aliás, podem ser também fatores de agravamento de processos de injustiça social.

Por tudo isso, constata-se que, nos debates emergentes sobre cidades e ambiente, a cidade carioca é foco de estudo por ser a segunda maior cidade do Brasil, uma das megalópoles mundiais, com mais de 10 milhões de habitantes e sob risco de novas catástrofes socioambientais.

Áreas protegidas urbanas a partir de diferentes reflexões

Nesta seção, apresentamos três abordagens que serão importantes para nossa reflexão: a) os estudos que versam sobre natureza e modernidade, incluindo os estudos urbanísticos e de lazer que estudam as áreas verdes tais como os jardins e passeios públicos, como um contraponto à cidade moderna; b) a produção específica sobre ANPS, que passa a tratar as ANPS urbanas como uma modalidade de área protegida dotada de especificidades frente às demais; c) os estudos referentes ao lazer que procuram pensar as ANPS urbanas como parte do conjunto de parques urbanos e, por fim: d) os estudos de geografia sobre urbanização extensiva, que vão mostrar como o confronto entre ANPS e o ambiente urbano é um fenômeno global e unificador e que transcende as metrópoles (SANCHO; DEUS, 2015). Desta forma, a urbanização extensiva exerce efeitos diretos na dinâmica territorial de diversas áreas protegidas não apenas nos espaços intra-urbanos, mas também nas zonas de abrangência de centros metropolitanos (SANCHO; DEUS, 2015). Frente a esta perspectiva, pensar as relações entre ANPS e o urbano, menos do que provocada por situações raras ou excepcionais, deve fazer parte do horizonte de gestão de todas as áreas protegidas.

Antes de avançarmos, é preciso esclarecer que o termo áreas naturais protegidas é um termo genérico e cujo sentido pode ser

compreendido mundialmente a partir das primeiras experiências de parques nacionais desde o século XIX. Não obstante, em cada país há diferentes modalidades de ANPS, nomenclaturas, legislações e sistemas específicos de governança. No Brasil, país em foco neste artigo, foi criado, no ano 2000, o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985/2000), que passou a nomear as ANPs como unidades de conservação. Esta definição (UC) busca diferenciar um grupo específico de áreas protegidas de outros tipos de espaços verdes (jardins botânicos, passeios públicos), assim como outras categorias mais amplas de áreas protegidas, tais como áreas de topo de morro, matas ciliares, e reserva legal⁴, além das Terras Indígenas.

Em termos mundiais, a definição parque nacional elimina outros sentidos do termo parque, tais como parque aquático, parque infantil, parque de diversões etc., ao mesmo tempo que revela o que é em parte os parques sempre foram, desde sua primeira aparição, nos Estados Unidos, no ano de 1872: áreas naturais destinadas ao lazer tipicamente urbano (FERNANDEZ, 2011).

1.1 Urbanidades na natureza⁵ e a fuga da cidade na própria cidade

Keith Thomas (2010) refere-se ao surgimento de novas sensibilidades em relação à natureza, em um período de longa duração e que constituiu a Idade Moderna. Segundo o autor, o avanço da ciência e os estudos de história natural trouxeram um interesse genuíno pela natureza.

Da mesma maneira, o sentimento crescente de reação aos aspectos negativos da industrialização e da urbanização foi deci-

⁴ Segundo o Código Florestal Brasileiro (2012), a reserva legal consiste em área do imóvel rural que, coberta por vegetação natural, pode ser explorada com o manejo florestal sustentável.

⁵ Dias (2008).

sivo para a formação de um culto à vida silvestre. Foi justamente na Inglaterra, país de nascimento da Revolução Industrial e cujos impactos ambientais e transformações nas relações sociais foram mais imediatos, onde esses sentimentos se tornaram mais marcantes. O autor destaca assim o culto à vida no campo, tão característico do *ethos* inglês e amplamente retratado na literatura e nas artes, e posteriormente se deu a valorização da natureza selvagem em oposição à natureza cultivada.

Aliada aos valores iluministas da ciência da conservação e das qualidades civilizatórias trazidas pelo contato com a natureza, destaca-se a alusão ao caráter espiritual intrínseco à natureza, capaz de produzir uma sensação sublime e de desígnio divino presente na paisagem selvagem. De acordo com Duarte (2012), tais motivações não foram produzidas apenas por critérios racionais, científicos ou de mero pragmatismo econômico (conservar para garantir recursos naturais às gerações futuras), mas também por um cultivado afeto (de matriz romântica) pelas paisagens naturais que nos envolvem. Desde então, a criação de áreas protegidas tornou-se um dos principais instrumentos de conservação da natureza, agregando nessas iniciativas objetivos materiais e simbólicos.

De Paula (2005) neste sentido, descreve como o contato com a natureza pelas populações urbanas foi marcado pelo regramento de esportes, tais como o hiking, hipismo, alpinismo, canoagem, impondo modalidades específicas de comportamento nas atividades “outdoor”. No entanto, a expectativa de usufruir de paisagens isoladas e de grande beleza cênica muitas vezes conflita com a pressão crescente por visitação e por públicos cada vez mais diversos e que não compartilham dos mesmos códigos de sociabilidade e etiqueta determinados para esses espaços. Atividades esportivas ao ar livre, tais como o montanhismo ou o excursionismo, que têm um caráter marcadamente iniciático, entram em choque com a imposição crescente de buro-

cratização desses espaços, imposta pela ampliação do número de visitantes.

O imaginário de *wilderness* impôs em diferentes lugares do planeta a desterritorialização (real ou subjetiva) (Sathler, 2010) e empobrecimento de comunidades autóctones, a fim de proporcionar a visitação e a experiência de fruição da natureza às populações urbanas (DIEGUES, 2002). De acordo com Simon (2003), o modelo de ANP, sobretudo na modalidade parque nacional, que se espalhou por todo o mundo, impôs um formato padronizado de uso e zoneamento que alcançou efeitos limitados de conservação da natureza devido ao alto grau de conflitos produzidos com as populações locais. A autora define este modelo de área protegida como “parque-fortaleza”, dado o seu caráter de isolamento e negligência das condições históricas e socioeconômicas dos territórios onde são criadas.

Queremos destacar a afinidade de valores e usos entre as ANPS e outra modalidade de área verde: os jardins e passeios públicos como um fenômeno marcado pelos mesmos sentimentos de fuga da cidade, só que materializados na própria cidade. De acordo com Segawa:

O jardim público consagra-se nos séculos 16 e 17 como o recinto de uma sociabilidade distinta daquela das praças públicas. Adentrar um jardim implicava o aceite de regras de um jogo social e sexual imposto por uma norma de comportamento refinado, ostentatório, silencioso, discreto até onde se manifesta a sugestão de práticas eróticas de bom-tom. **O jardim público era o local de encontro das elites ou dos segmentos derivados** [grifo nosso], passarela da semostração, das vaidades expostas, das vestimentas equilibrando ou escamoteando classes distintas (1996, p. 221).

Os jardins públicos e as áreas protegidas, portanto, são manifestações das relações sociedade-natureza que se constituem na modernidade, sobretudo pelas elites, conformadas em relações de alteridade ou contraponto à cidade. Fizeram parte dos ideais de higienismo, controle social e planejamento das cidades

medievais frente às novas relações sociais e econômicas que se implantavam com o capitalismo, assim como buscavam mitigar seus efeitos.

1.2 Parques e cidades: oxímoro ou parceria?

O título desta seção foi tomado de empréstimo do editorial do dossiê da *Revista Parks* da IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), publicado em 2001 e dedicado exclusivamente ao tema dos parques urbanos. A partir do aparente estranhamento entre cidade e área protegida, a publicação apresenta seis experiências de parques urbanos⁶ no mundo, entre elas a experiência da Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro, da qual trataremos a seguir.

A IUCN é uma prestigiosa organização internacional que em 1960 criou a Comissão Mundial de Parques Nacionais e, desde então, vem organizando diversos congressos para discutir a temática dos parques nacionais em todo o mundo, e suas diretrizes exercem influência sobre as práticas de gestão mundial da conservação da natureza. A análise dos temas tratados nos Congressos Mundiais de Áreas Protegidas organizados pela IUCN⁷ entre 1962 e os anos 2000 demonstra que é recente a valorização das ANPS urbanas e o reconhecimento de seus atributos educativos, de lazer e não menos desprezíveis para a conservação da natureza. Os parques nacionais urbanos são apresentados, portanto, como uma subcategoria de parque nacional.

⁶ Nesta tradição de debates, o termo parque urbano é utilizado como um subtipo da categoria parque ou parque nacional, reivindicando o reconhecimento de seu valor de suas especificidades. Já parque urbano, no campo de estudos de lazer, busca incluir as ANPS como parte da totalidade das áreas verdes e de lazer urbanas.

⁷ A Organização IUPN (*International Union for Preservation of Nature*) foi fundada em 1948 e em 1960 foi renomeada como (IUCN), com a alteração do termo preservação por conservação.

No Brasil, foi criada em 2012 uma Rede Nacional de Unidades de Conservação Urbanas (Renurb), demonstrando o reconhecimento institucional do tema nos debates da conservação da natureza. O efeito no campo ambiental parece ser o de minimizar, em parques urbanos, o caráter antropofóbico e socialmente excludente que tem sido a marca da gestão de muitas áreas protegidas no mundo. Nesse sentido, busca-se incutir a ideia de que as UCs de áreas urbanas teriam funções diferenciadas das demais UCs, com foco maior no uso público e no papel de educação ambiental aos visitantes.

Pacheco e Raimundo (2014, p. 55), em tom de crítica, consideram que a educação ambiental em UCs peca por seu caráter formal, perdendo “a oportunidade de trabalhar a vivência ambiental a partir do lazer”. Os autores incluem as ANPS no conjunto das demais áreas verdes na cidade e apontam seu papel de bem comum, atendendo ao direito constitucional⁸ de todos ao lazer e ao ambiente sadio. Mas como garantir tais direitos em contextos urbanos, onde a pressão pela privatização dos espaços públicos é crescente, pela crise de moradia e desigualdades socioespaciais? Os autores defendem que as ANPS devem ser espaços que contemplem as diferentes territorialidades, identidades e sejam capazes de arbitrar os conflitos de interesses que pressionam esses espaços.

Por fim, Sancho e Deus (2015) elencam os desafios que o processo de urbanização extensiva tem trazido para o ordenamento territorial das ANPS. De acordo com os autores, o processo de reestruturação produtiva, a revolução tecnológica e a expansão das redes transnacionais e informacionais produziram o fenômeno da pós-metrópole, dada pela integração do espaço rural à zona simbólica da cidade. “Essa nova configuração socio-

⁸ Art. 227 da Constituição brasileira de 1988, que versa sobre o direito ao lazer como parte dos direitos sociais.

espacial das metrópoles vai interferir diretamente na dinâmica territorial de áreas protegidas localizadas em sua zona de abrangência” (Ibidem, p. 7).

Assim, concluímos que a relação dialética entre ANPS e o fenômeno urbano, seja na sua origem ou no confronto atual com o fenômeno da urbanização extensiva, expõe as tensões deste modelo de conservação da natureza que precisa ser repensado para a sua própria salvaguarda, assim como a promoção de cidades mais justas e sustentáveis.

Uma cidade de florestas: o legado de conservação da natureza e a luta por justiça ambiental no Rio de Janeiro

Relatos de viajantes e escritores, sobretudo a partir do século XVIII, já destacavam as belezas naturais do Rio de Janeiro, propiciando múltiplas formas de lazer em contato com a natureza, muitas delas, acompanhadas de vistas da cidade, “com suas baías, ilhas, praias e montanhas circunjacentes, de parceria com uma imensa extensão de oceano” (LUCCOK⁹ *apud* DIAS, 2011).

Assim, Dias descreve como surge a partir desse período o hábito de visitar a natureza: “passeios, excursões, piqueniques que conformaram os hábitos da população carioca” (2011, p. 17) e consagraram historicamente o Rio de Janeiro como uma cidade que proporciona lazer em contato com a natureza.

Sem dúvida, a criação de áreas protegidas tornou-se mais uma possibilidade garantidora de espaços públicos de lazer, muito embora objetivos mais utilitários tenham sido determinantes para a criação dos seus parques. No caso da Floresta da Tijuca, a principal justificativa para a sua criação era a garantia dos ma-

⁹ Comerciante inglês que viveu no Brasil entre 1808 e 1818.

nanciais que abasteciam a cidade, uma vez que a devastação das encostas para cultivo de café já tornava evidentes os riscos hídricos e geológicos. Trata-se, portanto, de uma das mais importantes experiências mundiais de reflorestamento. Data de 1861 as “Instruções Provisórias para o Plantio e Conservação das Florestas da Tijuca e das Paineiras¹⁰”. Este documento dava, pela primeira vez, uma designação oficial ao termo “Floresta” (SOARES, 2006, p. 131). No período de 1862 a 1892, foram replantadas aproximadamente 127 mil árvores na Floresta da Tijuca e 22 mil árvores nas Paineiras (SOARES, 2006, p. 138).

Sobre as reais motivações para o reflorestamento, Soares (2006) demonstra que o argumento da crise hídrica não é suficiente. Já estava claro para as autoridades de que os mananciais do Maciço da Tijuca eram insuficientes para abastecer a cidade. Em 1874, ou seja, pouco tempo depois do início das atividades de replantio, foi inaugurado o abastecimento de água oriundo da região de Tinguá¹¹. Para a autora, outros fatores contribuíram para promover este empreendimento público. Em primeiro lugar, os cultivos de café nas encostas da cidade já estavam em plena decadência, tornando convenientes as desapropriações de terras. Em segundo lugar, estava em curso um processo de gentrificação das partes mais altas da cidade e, sem dúvida, a criação da área protegida contribuiu para a valorização da localidade¹². Segundo a autora, as desapropriações foram seletivas e arbitrárias, alcançando os proprietários de classe média, que não gozavam do mesmo prestígio de proprietários mais abastados e próximos do círculo imperial. Os proprietários amigos do Impe-

¹⁰ Área contígua à Floresta da Tijuca.

¹¹ Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

¹² Penna-Firme (2020) demonstra como, a despeito das vantagens para conservação da biodiversidade, a criação de áreas protegidas também pode ser instrumentalizada como estratégia de reserva de mercado para uma variedade de empreendimentos “sustentáveis” futuros.

rador permaneceram com suas propriedades e puderam parcelá-las, aproveitando a valorização das terras promovida pelos investimentos públicos, além de beneficiarem com as concessões de serviços de transporte e hotelaria.

Em um período anterior, Soares (2006) destaca que as matas da Tijuca foram também espaço de abrigo de negros escravizados fugidos, que buscavam resistir às práticas da escravidão. Por ocasião da criação da Floresta da Tijuca, este grupo já fazia parte da história dos vencidos.

Junto ao reflorestamento, foi feita uma série de interferências paisagísticas, a fim de garantir a experiência de fruição da natureza dos visitantes. Foram construídos recantos, praças, mirantes, estradas. Inclusive o ponto mais alto da floresta, o Pico da Tijuca com 1.021 metros de altitude, tem uma escada de 117 degraus talhada na pedra e corrimão de correntes¹³.

Edificações com as marcas das ocupações prévias, tais como capelas e habitações de fazendas, também foram preservadas. Observa-se um interesse institucional em manter a história social da elite imperial como parte da paisagem florestada. Em 1961, foram acrescidas à Floresta mais três áreas anexas, que juntas foram decretadas como Parque Nacional do Rio de Janeiro. Contudo, em 1967, o seu nome original foi resgatado, passando a chamar-se Parque Nacional da Tijuca, visto que este nunca deixou de ser utilizado pela população. Assim, oficialmente, os termos Floresta e Parque da Tijuca compreendem áreas distintas, mas para a população tudo é Floresta da Tijuca. O Parque hoje se encontra dividido em quatro setores e recebe cerca de três milhões de visitantes por ano (PENA, 2015). Além das ambiências de visitação, o parque preservou as estruturas de captação de água. A represa dos Ciganos, por exemplo, localizada

¹³ A versão histórica (não confirmada) é de que foi construída para receber a visita do Rei da Bélgica em 1920.

na vertente oeste (no bairro de Jacarepaguá), foi desativada na década de 1980. A Associação de Moradores da Freguesia (AMAF) reivindica tanto a preservação deste patrimônio histórico quanto a reativação da represa, pela sua possibilidade de abastecimento alternativo, em caso de crise hídrica da cidade. Mesmo que a captação de água não seja reativada, a Associação alega que o lugar é merecedor de estruturas de visitação. Esta demanda se insere nas críticas de que, embora o parque seja público e gratuito, não é facilitado o acesso a populações de outras áreas menos nobres da cidade. Vale ressaltar que, além das estruturas de captação de água, o PNT (assim como o PEPB) abriga inúmeras torres de transmissão de energia e telecomunicações e que são fontes de poluição eletromagnética.

Sendo um parque que progressivamente foi circundado pela ocupação urbana, é fortemente ameaçado em seus limites territoriais. A ocupação de encostas na cidade deve-se em parte às condições geomorfológicas da cidade, que se desenvolveu entre o mar e a montanha (ABREU, 2006). Resultado de um país e cidade com extrema desigualdade social e ausência de políticas de moradia popular, as populações mais pobres ocuparam áreas de encostas de morros¹⁴ e beiras de rio e estão sujeitas a acidentes geotectônicos. Coelho Netto, já em 2007 (MACEDO; ANDRÉ, 2007), apontava que apenas 42,8% da área total do Maciço da Tijuca (de 112 km²) estavam em um estado bom de conservação. O restante sofria os chamados efeitos de borda, impactados pela pressão urbana do entorno. Além da pressão física sobre a floresta, sabe-se que as mudanças climáticas promovem aumento da temperatura e a alteração no regime de chuvas pode igualmente afetar a manutenção de sua estrutura e equilíbrio.

¹⁴ Também existem ocupações de alto poder aquisitivo nas encostas da cidade. Fuks (2001) define como o “risco da opulência”.

Souza (2015) enfatiza, no entanto, a existência de um tratamento bastante desigual dado pelo poder público em relação à ocupação de encostas por residências burguesas. Segundo o autor, a construção social do risco ambiental na cidade do Rio de Janeiro tem sido marcada por um tratamento discriminatório dado a pessoas e modos de vida.

Sob a perspectiva do chamado “uso público”, uma diversidade de usos muito distintos do modelo excursionista do século XIX surge na coexistência urbana. Há a frequência motivada por vínculos religiosos de pessoas e grupos que reivindicam esses espaços para realização de rituais, tais como: batismos, unções e orações ou para a colocação de oferendas¹⁵. E atividades esportivas bastantes ecléticas podem se desenvolver.

As desigualdades sociais e fragilidades institucionais, resultado histórico do desprestígio das políticas ambientais pelos governos, vem produzindo também a deterioração dos equipamentos de visitação do parque, o número reduzido de funcionários, a diminuição de ações de segurança, com aumento de índices de assalto e outros tipos de violência, sem falar nas necessárias ações de conservação da natureza. Soares (2006) apontou em sua pesquisa a existência de 52 favelas no entorno do PNT. Além da pressão sobre seus limites, a autora aponta que o parque tornou-se rota de fuga de narcotraficantes e alvo de muitas picadas clandestinas, sendo insegura a sua visitação.

O próprio sentido de visitação se altera para muitos moradores da cidade, quando o parque é o quintal de sua casa, seja por proximidade de entorno, seja pelas contradições do processo de criação desses espaços, ou por seus moradores estarem dentro dos limites das áreas protegidas. Mas as políticas de inclusão para os moradores pobres do entorno do parque, sob a perspec-

¹⁵ Oferta de alimentos ou objetos a entidades sagradas praticada nas religiões de matriz africana no Brasil.

tiva do lazer, da convivência e conservação da natureza, são recentes e ainda insuficientes. Conforme aponta Simon (2005), o modelo de “parques fortaleza” estabeleceu relações de repressão com o entorno de favelas ou de moradores em condições de não regularização fundiária nos territórios dos parques. Segundo a autora, este modelo não contribuiu para o aumento da conservação da natureza, mas para a perpetuação dos conflitos.

Já o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) foi criado pela Lei Estadual n.2.377 de 28 de junho de 1974. O Brasil vivia um momento ditatorial e as decisões ambientais, assim como em outros setores, eram tomadas pela tecnocracia, sem consulta à população. A despeito de ser uma iniciativa realizada há pouco mais de um século depois da criação da Floresta da Tijuca, o PEPB também teve como justificativa a preservação da cobertura florestal que protegia os mananciais.

Diferente da Floresta da Tijuca, que sofreu todo tipo de interferência paisagística e a implantação de ambiências de visitação, o PEPB inicialmente recebeu pouquíssimas intervenções do poder público. A existência institucional do parque podia ser percebida em algumas instalações, pórticos ou correntes próximas às estruturas de poder e fiscalização. As primeiras iniciativas estruturadas de implantação do parque foram realizadas por ocasião da Conferência Rio-92, quando foi inaugurada sua sede *in loco* e teve a criação de ambiências de visitação, a aquisição de veículos e instrumentos de fiscalização, além de uma identidade visual. O parque é cerca de quatro vezes maior do que o PNT com 12.393,84 hectares e ocupa 12% do território municipal. Com a criação do PEPB, os agricultores e moradores que ali residiam se viram em uma condição de ilegalidade, já que o decreto que rege os parques determina que não pode existir permanência humana e uso direto dos recursos naturais.

Observa-se, com frequência, que as medidas ambientais interferem sobre conflitos socioespaciais preexistentes e no caso

de áreas protegidas, muitas vezes, populações pobres e marginalizadas, empurradas pelo processo de privatização de terras, terminam por ocupar áreas de encostas, topos de morro, restingas, áreas que, em certo momento, passam a ser alvo de políticas ambientais.

De acordo com o plano de manejo do parque, publicado em 2013, existiam no PEPB cerca de 5.000 moradias. Certamente, este número era bem menor na data de sua criação e expressa a ausência de medidas para a implantação do território protegido ao longo de décadas. Contudo, é fato que o PEPB e muitas outras áreas protegidas são criadas sem equacionar os usos prévios, sem adequar a categoria de área protegida em acordo com os modos de vida previamente existentes. Para Sathler (2010), trata-se de uma estratégia deliberada do Estado, já que, uma vez criada a UC, as populações atingidas passam a reivindicar seus direitos contra o poder de *Imperium* do Estado.

Diferente da Floresta da Tijuca, cuja história social – relacionada à elite imperial – é rememorada na paisagem, no caso do PEPB, houve nítido esforço de apagamento da sua história agrícola. Sobretudo por dizer respeito a um uso que ainda se faz presente, a visita ao PEPB pode ser uma experiência perturbadora para quem espera visitar um parque com padrões de uso público consagrados no mundo inteiro (FERNANDEZ, 2011).

Nos anos 2000, houve no Brasil a disponibilização de recursos de órgãos multilaterais para iniciativas de conservação da natureza. Observa-se, assim, grande investimento em medidas de revitalização, implantação de estruturas de gestão em unidades de conservação (fiscalização, placas, materiais didáticos, veículos, contratação de guarda-parques). O SNUC, inicialmente interpretado em sua face repressiva, começou a ser aplicado em conjunto com a Constituição (1988) e outros códigos infraconstitucionais, reconhecendo-se os direitos territoriais e cultu-

rais de povos e comunidades tradicionais¹⁶. As experiências socioambientais na Amazônia demonstraram a diversidade de formas materiais e simbólicas de interação com a natureza e de diferentes regimes de propriedade da terra, que escapam ao modelo mundialmente estabelecido de parques nacionais.

Também no PEPB, o efeito contraditório de sua criação em 1974 é que os agricultores, embora constrangidos e mesmo criminalizados, tiveram suas terras e atividades agrícolas protegidas pelo parque de um processo mais amplo de especulação imobiliária. A partir dos anos 2000, há um forte movimento de ressignificação e dignificação da atividade agrícola no PEPB.

O resultado de mais de uma década de movimentos socioambientais e agroecológicos na cidade do Rio de Janeiro foi o reconhecimento formal de três quilombos¹⁷ no PEPB, a conversão orgânica e agroecológica de parte de seus agricultores e sua inserção em circuitos curtos de comercialização. As feiras orgânicas e agroecológicas tornaram-se campos discursivos de divulgação da agricultura carioca e deste lugar específico – o Maciço da Pedra Branca –, marcado por formas rústicas de realização da agricultura. Assim, atividades turísticas no parque não têm se limitado a caminhadas aos picos ou aos marcos naturais. Existem roteiros sustentáveis organizados pelos agricultores e que abordam a memória dos usos sociais do Maciço, promovendo colheitas solidárias de caqui, experiências de um dia na roça.

¹⁶ O conceito de povos e populações tradicionais surge no campo de debates internacional sobre áreas protegidas. No Brasil, ganhou força ao longo de oito anos de debate para a construção do SNUC, mas só foi definido no Decreto 6.040/2007: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”.

¹⁷ Quilombos são comunidades descendentes de negros escravizados e que são beneficiárias de políticas de proteção reconhecidas pela Constituição brasileira de 1988.

Para surpresa dos gestores ambientais, as comunidades quilombolas deixaram de se restringir à defesa de moradia e aos seus cultivos. Mas, com base na defesa de tais direitos, questionam a forma como o uso público acontece no parque, apontando problemas com o lixo, impacto de trilha, visitação sem controle nas cachoeiras, atividades esportivas proibidas nas trilhas, tais como o *motocross* e o *mountain bike*.

Não se trata, dessa forma, de combater a existência do parque, que ao longo do tempo lhes trouxe tantas restri c es, mas de fazer uso de sua existência, imprimindo uma marca comunitária é gestão do território protegido.

A defesa dos usos comunitários se dá tanto em rela o a suas práticas cotidianas de ir e vir pelos caminhos, de ter segurança, serviços de limpeza e saneamento, como também em rela o a atividades de visita o, tais como eventos e passeios guiados nos quais essas comunidades apresentam, elas mesmas, propostas alternativas de interpreta o da paisagem a partir de suas memórias e usos do lugar. Desse modo o imaginário excursionista atribuído às trilhas do PEPB   confrontado com o sentido de caminhos, termo local e que reflete os usos dos moradores, além de lembrar que muitas das trilhas do parque foram feitas sobre os caminhos já construídos pelos moradores.

O debate sobre as qualidades ambientais, socioeconômicas e culturais de práticas agrícolas em bases ecológicas espalhou-se a partir da década de 2010 para as áreas de entorno do parque. Para além da defesa de prote o de ruralidades e paisagens agrobiodiversas historicamente cultivadas na região, aciona-se a defesa da agricultura como prática constitutiva de novos modelos de cidade. A pauta da agricultura urbana se somou   pauta da moradia, das formas de subsistência e da segurança alimentar, definidas por Mello (2021, p. 109), como um urbanismo insurgente.

As áreas de Baixada entre a montanha e o mar – e que formam as áreas de entorno do

PEPB e do PNT têm estado sob a mira do capital imobiliário de grandes empresas ou grupos paramilitares, denominados “milícias”. Há a abertura de eixos viários, construção de condomínios, shoppings avançam sobre espaços verdes ou por meio da remoção de bairros populares. As olimpíadas realizadas na cidade em 2016 foram utilizadas como pretexto para a remoção de comunidades tradicionais (BAPTISTA *et al.*, 2020), ou a extinção da Área de Proteção Ambiental de Marapendi para a criação do Campo de Golfe Olímpico.

Os movimentos sociais diversos, sobretudo aqueles ligados à agroecologia, a sociedade civil organizada em comitês de bacias e conselhos procuram mostrar a correlação entre as várzeas, montanhas e sistemas lagunares para a preservação do ciclo das águas na cidade e também as condições climáticas que podem afetar as florestas, mesmo sem desmatamento.

Nesse sentido, as UCs urbanas passam a ser pensadas em um conjunto mais amplo denominado como ecossistema urbano, não apenas em seu sentido de lazer como indica o termo “parques urbanos”, mas também como parte de um conjunto de áreas verdes que cumprem importante função ambiental (PACHECO; RAIMUNDO, 2014). O relatório de mudanças Climáticas e cidades (RIBEIRO; SANTOS, 2020, p. 34), apoiadas em Haase *et al.* (2014), define ecossistemas urbanos como:

uma diversa gama de usos da terra nas cidades, excetuando-se as áreas construídas. Estão incluídos parques, campos de esportes (como campos de futebol, golfe etc.), canais (de água), jardins e quintais, telhados verdes, jardins verticais, loteamentos, terrenos baldios, cemitérios, aterros, sítio industrial, etc.

Em 2011, apoiado pelo Artigo 26 do SNUC que fala da importância da criação de mosaicos de UCs¹⁸, foi criado o Mo-

¹⁸ Ressalta-se que este instrumento tem sido utilizado pelos gestores ambientais apenas sob uma lógica restrita da conservação da natureza, ou seja, buscando estender os territórios naturais, mas não com o objetivo de minimizar os conflitos que se estabelecem com a criação de UCs de proteção integral.

saico Carioca, uma governança das suas dezenove UCs. Em termos materiais, iniciativas como essa também são dispositivos técnicos que produzem efeitos concretos sobre a realidade: instalações, trilhas, placas, legislações, conselhos consultivos, medidas de compensação ambiental. Foi no âmbito do Mosaico Carioca que foi proposta a implantação de uma trilha de longo percurso (180 km) – a Trilha Transcarioca (TT) – atravessando as UCs da cidade. Em termos simbólicos, a criação do seu traçado oficial produziu um novo sentido de unidade entre as UCs. Este sentido de releitura dos territórios e integração é produzido discursivamente, por publicações, mídias, mas também por mapas, pelas trilhas marcadas pelo uso e, sobretudo, pelas placas que instauram um novo processo de divisão social (BOURDIEU, 2006) das UCs e da cidade. Sobre isso, seu idealizador escreve:

Na área entre a Pedra Branca e o Parque Nacional Floresta da Tijuca, uma trilha Transcarioca deve sobretudo estabelecer uma coluna vertebral psicológica entre eles. [...] A partir da demarcação da trilha, podemos sonhar com a elevação daquela fileira de morros ao estatuto de parque (MENEZES, 2000, p. 21).

Assim, uma marca específica foi criada para que os caminhantes percebessem a continuidade do percurso, mesmo que atravessando diferentes UCs ou trechos de interligação. A marca da TT consiste em uma pegada de uma bota em amarelo sobre fundo preto, junto com a imagem do Cristo Redentor de mochila. Essas pegadas foram pintadas com tinta spray em árvores, pedras ou placas. No sentido oeste-leste, a sola é amarela com o fundo preto, no sentido leste-oeste, e as cores são dispostas ao inverso.

A trilha foi inaugurada em fevereiro de 2017 e, em junho, a TT é oficializada por meio do Decreto municipal (43.272/2017), que busca garantir que a TT possa constar no planejamento do município e esteja apta a receber recursos financeiros e humanos. Assim, é de se notar o processo crescente de institucionalização da Trilha e de reconfiguração territorial que ela pro-

move, reforçada pelo poder da lei em nomear e fazer existir aquilo por ela prescrito (BOURDIEU, 2006).

À guisa de conclusão:

Para o que as ANPS urbanas devem servir hoje?¹⁹

Aqui estendemos a provocação feita por Barreto Filho (2012) para pensar os diferentes sentidos e finalidades atribuídos as ANPS urbanas. Ao longo de sua história, as ANPS foram definidas, ressaltando as oposições ou complementaridades com o meio urbano, ou destacando suas especificidades frente a outras áreas verdes das cidades, ou também as incluindo em conjuntos mais amplos que alargam seus possíveis sentidos e finalidades (ecossistemas urbanos, ou espaços públicos de lazer urbano).

A descrição que fizemos do processo de construção social de duas áreas protegidas na cidade do Rio de Janeiro – PNT e PEPB – demonstra que as mais genuínas intenções de conservação das encostas, dos rios e florestas estiveram combinadas com ideais elitistas de fruição da natureza, com modelos socialmente excludentes de políticas ambientais, com processos de gentrificação do solo urbano, além de terem sofrido por muitas décadas a ausência de políticas ambientais, de meios institucionais e de recursos para a gestão dos espaços protegidos.

Na atualidade, os dois parques são reivindicados como parte do conjunto de um Mosaico Carioca (interligados pela trilha Transcarioca); como espaços de lazer para toda a população, garantindo formas de acesso e respeitando de diferentes modalidades de lazer (a partir das diversas territorialidades urbanas); como espaço de manifestação de diferentes matrizes religiosas; como espaço de moradia e usos comunitários para alguns; como

¹⁹ Expressão de Barretto Filho (2012).

espaço de conservação não apenas de biodiversidade, mas de agrobiodiversidade (pela coexistência de seus sistemas agrícolas anteriores à criação da ANP), com a apropriação simbólica do PEPB nas lutas sociais por “Morar e Plantar”, que existem nas suas áreas de entorno; pela compreensão mais alargada da gestão de UCS de que é preciso conciliar a conservação da natureza com a administração de conflitos e produção de acordos.

Essas reorientações são reflexos de um lento processo de avanço em agendas mundiais ambientais. Também os movimentos sociais no Brasil e na América Latina (HINCAPIÉ, 2020)²⁰ no contexto da democratização da sociedade, no período pós-Constituição de 1988, questionaram as concepções conservacionistas da natureza e infiltraram valores socioambientais nas políticas brasileiras de conservação da natureza. Em especial, a Conferência Eco-92, realizada justamente na cidade do Rio de Janeiro, foi um marco dessas novas configurações e da projeção do tema sobre a biodiversidade e a sociodiversidade. Para além desses marcos, algumas décadas se passaram para que tais conquistas socioambientais se efetivassem.

Na conjuntura brasileira de 2018 a 2022, o cenário foi de ataque às instâncias de participação social com a extinção ou desativação de conselhos, sensível diminuição dos mecanismos de transparência das políticas públicas e a atuação de um Estado corporativo (DARDOT; LAVAL, 2016), que cria condições de avanço da grilagem e empreendimentos econômicos sob terras públicas, UCs e Terras Indígenas. Observa-se na instância federal, com efeitos na instância estadual e municipal, uma forte desregulação de políticas ambientais, sociais e de desmonte dos órgãos ambientais, com efeitos imediatos sobre a gestão dos es-

²⁰ Hincapié e Verdugo (2020) fazem importante balanço sobre a articulação do ativismo ambiental e dos direitos humanos na América Latina nas últimas décadas.

paços protegidos. Tudo isso se soma à flexibilização de legislações municipais de ordenamento urbano e à concessão de parcerias público-privadas de equipamentos públicos com o agravamento de remoções e carência absoluta de políticas de moradia popular.

Não obstante, esses espaços protegidos constituíram-se como legados, não apenas ambientais, mas também culturais e históricos, e têm sido convocados a participar de lutas por uma cidade mais democrática. Sem dúvida, a existência de ambos, em conjunto com mais dezessete UCs na cidade, cumprem papel importante na construção de uma cidade ambientalmente mais equilibrada, mas perguntamos ambientalmente mais justa? O que merece ser protegido nas UCs? Ambas as perguntas indicam que é preciso ir além do componente ideológico do debate ambiental. Se ninguém a princípio é contra o meio ambiente, ações muito distintas e com resultados muito diferentes são obtidas em defesa do meio ambiente.

A perspectiva socioambiental fez constar, em debates internacionais e no Brasil (a partir do fim dos anos 1980), o direito territorial de povos e comunidades tradicionais que habitavam as terras transformadas em unidades de conservação. A busca de conciliação entre a conservação da natureza e justiça ambiental aos poucos se refletiu em códigos legais, como alguns princípios na lei SNUC, o Decreto 6.040/2007, que define povos e comunidades tradicionais e a interpretação transversal da Constituição com base nesses princípios. Mais do que isso, demonstramos que o socioambientalismo vem trazendo um alargamento dos estudos sobre conservação da natureza, a partir dos referenciais da agrobiodiversidade, e que o uso público nos parques não diz respeito apenas ao modelo do excursionismo do século XIX, mas às múltiplas formas de lazer e interações urbanas.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da nação ao planeta: Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral da Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Gestão ambiental e territorial: um panorama dos espaços territoriais especialmente protegidos no Brasil. In: LITTLE, Paul (org.). *Os novos desafios da política ambiental brasileira*. Brasília: IEB, São Paulo, 2014. p. 274-302.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

De PAULA, Silvana G. Natureza, ruralidade e experiência urbana. In: MOREIRA, José Roberto (org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 237-254.

DIAS, Cléber Augusto Gonçalves. *Urbanidades na natureza: o montanhismo e o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DIAS, Cléber Augusto Gonçalves. *História do lazer na natureza no Rio de Janeiro entre 1779 e 1838: um estudo de caso*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

DUARTE, Luis Fernando Dias. Mundos ambientes; paisagens envolventes. *Revista Ciência Hoje*, out. 2012. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/coluna/mundos-ambientes-paisagens-envolventes/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ESPÍNDOLA, Isabela Battistelo; RIBEIRO, Wagner Costa. Cidades e mudanças climáticas: desafios para os planos diretores municipais bra-

sileiros. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 343-363, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4802>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 141-161, 2011.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A Construção Social de Uma Unidade de Conservação à Luz das Políticas Ambientais Fluminenses e da Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Leila da Costa; MARTINS, Rafael D’Almeida. Climate change action at the city level: tales from two megacities in Brazil. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, v. 22, n. 3, p. 344-357, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14777831111122914>. Acesso em: 30 out. 2023.

FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HINCAPIÉ, Sandra. “Activismo, Naturaleza y Diversidad. Derechos Humanos para la nueva tierra”. En: HINCAPIÉ, S.; VERDUGO, J. T. (coord.). *Activismo, Medio Ambiente y Derechos Humanos en América Latina*. Cuenca: CONACYT, 2020.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Nebli, 2016.

MARTINEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, Marcos Vinícius Isaias. Mudança global do clima e as cidades no Antropoceno: escalas, redes e tecnologias. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 343-363, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4801>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MELLO, Claudia Souza de. *A Feira da Roça Agroecologia e Cultura de Vargem Grande: espaços, práticas e saberes da agricultura urbana no Rio*

FERNANDEZ, A. C. F. • Áreas naturais protegidas na cidade do Rio de Janeiro: o urbano como desafio à conservação da natureza...

de Janeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense. 2021.

MENEZES, Pedro da Cunha e. *Transcarioca: todos os passos de um sonho*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. O que é o urbano no mundo contemporâneo?. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino; ARAÚJO, Caline Mendes de. Narrativas sobre riscos naturais e resiliência na construção da agenda urbana global neoliberal. *Caderno Metrópole*, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 1.135-1.164, set./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5213>. Acesso em: 12 jan. 2024.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. *Paisagens do sertão carioca: cidade e floresta*. Rio de Janeiro: PUC, 2020.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo; RAIMUNDO, Sdinei. Parques urbanos e o campo de estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos de Lazer*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 43-63, dez. 2014.

PENA, Ingrid Almeida de Barros. *Mosaico Carioca de áreas protegidas e a perspectiva de gestão integrada do território no contexto urbano*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

PENNA-FIRME, Rodrigo. Carvoeiros do passado, quilombolas do futuro? Conflitos e direitos socioambientais de populações residentes no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, RJ. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. *Paisagens do Sertão Carioca: cidade e floresta*. Rio de Janeiro: PUC, 2020. p. 59-82.

RIBEIRO, Suzana Kahn; SANTOS, Andrea Souza (ed.). *Mudanças climáticas e cidades: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas*. Disponível em: http://www.pbmc.coppe.ufjf.br/documentos/Relatorio_UM_v10-2017-1.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

SANCHO, Altair; DEUS, José Antonio Souza de. Áreas protegidas e ambientes urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva. *Revista Sociedade e Natureza*, 27 (2), p. 223-238, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-451320150203>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SATHLER, Evandro Bastos. *Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”*: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. Tese (Doutorando em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996.

SIMON, Alba Valéria Santos. *Conflitos na conservação: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

SOARES, Maria Luíza Gomes. *Floresta carioca: a interface urbano-florestal do Parque Nacional da Tijuca*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Proteção Ambiental Para Quem? A Instrumentalização da Ecologia Contra o Direito à Moradia. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, p. 25-44, dez. 2015.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Materiais consultados

MACEDO, Eric.; ANDRÉ, Gabriela. Machado. Floresta da Tijuca em risco – com Ana Luiza Coelho Neto. *O Eco*, 17 de ago. 2007. Disponível em: https://www.oeco.org.br/reportagens/10969-oeco_23658/. Acesso em: 14 jan. 2024.

REVISTA PARKS: cities and protected areas, v. 11, n. 3, 2001. Disponível em: [Cities and Protected Areas | IUCN](https://www.parks.org/). Acesso em: 11 mar. 2024.

CAPÍTULO 3

Migrações climáticas: mitos e realidades

María del Carmen Villarreal Villamar

Introdução

Em setembro de 2023, no contexto do *Africa Climate Summit*, a atual Diretora-Geral da Organização Internacional das Migrações (OIM), Amy Pope, afirmou que “entramos oficialmente na era da migração climática e que é urgente encontrar soluções para lidar com o nexa entre as mudanças climáticas e a mobilidade humana” (IOM, 2023a).

As declarações da Diretora Geral da OIM se somam às crescentes notícias, relatórios e publicações que analisam as migrações climáticas e usam termos como deslocados climáticos, mobilidade humana em contexto de desastres e refugiados climáticos, mesmo que este último conceito ainda não conte com reconhecimento legal internacional.

Os impactos do aquecimento global sobre a migração são complexos e multifacetados e foram reconhecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O relatório especial sobre as mudanças climáticas e a terra afirma que as mudanças climáticas podem ampliar a migração induzida pelo meio ambiente, tanto dentro dos países quanto entre fronteiras, refletindo os múltiplos fatores de mobilidade e as medidas de adaptação disponíveis. Além disso, eventos climáticos e

meteorológicos extremos ou fenômenos de início lento podem aumentar os deslocamentos, interromper as cadeias alimentares, ameaçar os meios de subsistência e contribuir para a exacerbação de conflitos (IPCC, 2020).

Mas os impactos das mudanças climáticas não são homogêneos. As consequências são mais fortes nos países do Sul Global e dependem da sua vulnerabilidade e capacidade para enfrentar e se recuperar dos efeitos adversos provocados pelo aquecimento global (IPCC, 2020). Tais possibilidades são limitadas devido a fatores como a pobreza, a desigualdade, a escassez de recursos humanos e econômicos, a fragilidade institucional, a dependência da agricultura e a maior presença de conflitos nos países em desenvolvimento.

As migrações climáticas incluem diversos fenômenos, como os deslocamentos provocados por secas, inundações, desastres e desertificação, bem como aqueles resultado do aumento do nível do mar, como acontece em Tuvalu, no Oceano Pacífico, ou na Costa Atlântica do Panamá. De acordo com as projeções do Banco Mundial, até 2050 as mudanças climáticas poderiam provocar 216 milhões de deslocados internos (CLEMENT *et al.*, 2021) e, segundo previsões mais alarmistas do *Institute for Economics and Peace*, até a mesma data poderíamos ter mais de um bilhão de migrantes climáticos (IEP, 2020).

A partir destas premissas, através da revisão da literatura e do uso de dados produzidos por organismos internacionais como a OIM, o Banco Mundial e o IDMC (*Internal Displacement Monitoring Center*), o presente capítulo busca analisar a relação entre migração e mudanças climáticas, reconhecendo a complexidade que a caracteriza. Apesar de entender que as mudanças climáticas podem ser responsáveis diretas pela migração e que esta pode ser uma forma de adaptação às mudanças climáticas, baseamo-nos nos estudos migratórios para afirmar que a mobilidade humana é um processo heterogêneo e provocado por di-

versas causas que as mudanças climáticas podem reforçar, acelerar ou agravar (LACZKO; AGHAZARM, 2009; IONESCO; MOKHNACHEVA; GEMENNE, 2017; BOAS *et al.*, 2019; MOVE-LAM, 2021; VILLARREAL, 2021; ECHART; VILLARREAL, 2024; FELIPE, 2022). Assim, mais do que assumir narrativas alarmistas que podem provocar uma visão negativa sobre os migrantes climáticos e invisibilizam as causas estruturais da mobilidade humana, trata-se de compreender o que realmente existe a partir da evidência científica e de uma leitura integral do fenômeno.

Com este objetivo, o texto está dividido em duas partes. A primeira analisa a relação entre mobilidade humana, meio ambiente e mudanças climáticas. A segunda parte examina alguns dos principais mitos e realidades sobre migrações climáticas. Por fim, o capítulo encerra com algumas conclusões sobre o futuro e os desafios das migrações climáticas.

A relação entre mobilidade humana, meio ambiente e mudanças climáticas

A relação entre meio ambiente, clima e mobilidade humana é histórica. Desastres como as secas, terremotos, tsunamis e enchentes têm provocado deslocamentos humanos ao redor do mundo, sendo, inclusive, uma estratégia humana de adaptação (EL-HINNAWI, 1985; LACZKO; AGHAZARM, 2009; IONESCO; MOKHNACHEVA; GEMENNE, 2017). Por outro lado, a degradação ambiental provocada por projetos extrativistas como o agronegócio e a mineração está diretamente associada com a migração forçada de pessoas (VILLARREAL; ECHART, 2022). Por fim, a construção de hidroelétricas, barragens, portos e ferrovias (SASSEN, 2015; VAINER, 2016) gera a expulsão e o deslocamento compulsório de camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais. Além disso, mesmo que

existam denominações específicas como a de “atingidos” (VAINER, 2011), as pessoas deslocadas por estes fenômenos são também conhecidas como migrantes ambientais, refugiados ambientais e refugiados do desenvolvimento (GIONGO; MENDES; WERLANG, 2017).

Os vínculos entre meio ambiente e mobilidade humana foram reconhecidos internacionalmente na década de 1970, com o surgimento do movimento ambientalista moderno, e começaram a ser debatidos na literatura científica desde então (BLACK, 2001). De acordo com a Organização Internacional das Migrações (OIM), a migração por motivos ambientais pode ser definida como:

o movimento de pessoas ou grupos de pessoas que, predominantemente por razões de mudanças repentinas ou progressivas no meio ambiente que afetem negativamente suas vidas ou condições de vida, são forçados a deixar seus locais de residência habitual, ou decidem fazê-lo, temporária ou permanentemente, e que se deslocam dentro ou fora de seu país de origem ou residência habitual (IOM, 2019, p. 129).

Tal definição evidencia a heterogeneidade de deslocamentos e casos contemplados nas migrações ambientais: internos e internacionais, forçados e não, temporários, circulares e permanentes, motivados por mudanças repentinas ou progressivas do meio ambiente. Contudo, a fronteira entre a voluntariedade e o caráter forçado das migrações nem sempre é clara e, como evidenciam os casos das migrações que aconteceram após o terremoto no Sudeste Asiático (2004) e após o furacão Katrina nos Estados Unidos (2005), os deslocamentos temporais podem se tornar permanentes (CASTILLO, 2011, p. 16).

As crescentes discussões sobre as mudanças climáticas provocaram a “redescoberta” do meio ambiente como um fator determinante na migração que pode gerar deslocamentos internos e internacionais em massa (IONESCO; MOKHNACHEVA; GEMENNE, 2017). Apesar de as mudanças climáticas serem

objeto de debate desde a primeira metade do século XX, adquiriram protagonismo na agenda internacional a partir da década de 1970. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi fundado em 1972 e no mesmo ano se celebrou a Conferência de Estocolmo, considerada o marco inicial formal da agenda ambiental. Desde então, foram organizadas Conferências Internacionais como a Cúpula da Terra (ECO-92) que, entre seus resultados, gerou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC pelas suas siglas em inglês). Em 1997, foi assinado o Protocolo de Kyoto, um acordo de cooperação internacional que tinha como objetivo a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) como o CO₂, que atuam diretamente no aquecimento global. Mais recentemente, foi adotado o Acordo de Paris, que entrou em vigor em 2016 e estabeleceu o compromisso dos países para manter o aumento da temperatura média global em menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais.

De acordo com o IPCC (2022, p. 544), as mudanças climáticas podem ser definidas como “alterações no estado do clima que podem ser identificadas (por exemplo, por meio de testes estatísticos) por alterações na média e/ou na variabilidade de suas propriedades e que persistem por um período prolongado, normalmente décadas ou mais. As mudanças climáticas podem ser decorrentes de processos internos naturais ou de forças externas, como modulações dos ciclos solares, erupções vulcânicas e mudanças antropogênicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso da terra”. Por outro lado, a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC pelas siglas em inglês), em seu artigo 1º, define a mudança climática como “uma mudança no clima atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que se soma à variabilidade climática natural observada em períodos de tempo comparáveis”. Assim, a UNFCCC faz uma distinção entre as

mudanças climáticas atribuíveis a atividades humanas que alteraram a composição atmosférica e a variabilidade climática atribuível a causas naturais (IPCC, 2022, tradução nossa).

Como argumenta Giddens (2008, p. 6), em relação às mudanças climáticas há diversas divergências e podem ser distinguidas pelo menos três perspectivas diferentes. Em primeiro lugar, os céticos das mudanças climáticas, que embora tenham diminuído com o avanço da ciência, influenciam os debates e têm espaço na mídia, na política e mesmo na academia, ainda que de forma minoritária. Em síntese, eles afirmam que as flutuações no clima sempre existiram e que a ideia de que os processos atuais de aquecimento global são provocados pelos seres humanos não está comprovada. Outros céticos aceitam que as mudanças climáticas são uma realidade induzida pelos seres humanos, mas argumentam que a ameaça que ela representa é exagerada e existem outros problemas mais urgentes, como a pobreza ou a disseminação das armas nucleares. Em segundo lugar, existe uma visão hegemônica sobre as mudanças climáticas, representada principalmente pelas publicações do IPCC, que, ano após ano, reúne os principais científicos sobre o clima e publica relatórios que pautam o debate sobre o estado do clima, suas consequências e cenários futuros. Em terceiro lugar, existe a visão dos radicais, que reúne, sobretudo, a ambientalistas, pesquisadores e ativistas pelo clima que consideram que as mudanças climáticas hoje representam ameaças sem precedentes, maiores e mais urgentes das descritas por relatórios como os do IPCC, e que precisamos trabalhar para nos adaptar e criar projetos de longo prazo que considerem este novo cenário global.

Desde começos do século XXI, as consequências das mudanças climáticas estão sendo sentidas ao redor do mundo, com especial ênfase nos países do Sul Global (IPCC, 2023). Neste cenário, a discussão sobre migrações climáticas, também conhecidas como *climigration*, migrações provocadas por desastres no

contexto das mudanças climáticas, e mesmo o debate sobre refugiados climáticos ou refugiados do clima estão recebendo maior atenção e têm se tornado objeto de disputas (VILLARREAL, 2021; ECHART; VILLARREAL, 2024). Nas Conferências das Partes (COP), ou cúpulas climáticas, organizadas desde 1995, a migração ainda não é uma questão central, embora seja discutida no contexto da adaptação às mudanças climáticas e da compensação de danos. Para alcançar acordos nesta área, diversos países em desenvolvimento estão defendendo que a migração climática seja um item específico da agenda das COP (IPCC, 2023).

É preciso destacar que os aspectos ambientais das mudanças climáticas não podem ser considerados de forma isolada e devem ser analisados junto com fatores políticos, sociais, econômicos ou demográficos que provocam ou agravam seus efeitos, aumentando a probabilidade das migrações (LACZKO; AGHAZARM, 2009; CASTILLO, 2011; IONESCO; MOKHNACHEVA; GEMENNE, 2017; MOVE-LAM, 2021; IPCC, 2023). Dessa forma, os eventos climáticos extremos e a crescente ocorrência de desastres como inundações e furações, resultado dos impactos das mudanças climáticas, aumenta o número de emergências humanitárias e, portanto, o deslocamento das populações afetadas. Por sua vez, os efeitos das mudanças climáticas sobre as condições de vida, saúde, disponibilidade de água e alimentação das pessoas, especialmente no Sul Global, podem piorar as dificuldades preexistentes e fomentar a migração. A escassez de recursos naturais está também associada com o aumento das tensões e conflitos armados que provocam deslocamentos forçados. Por fim, o aumento do nível do mar está provocando o desaparecimento de ilhas e a impossibilidade de vida para os habitantes de países insulares e de áreas costeiras, obrigando as pessoas a abandonarem seus lugares de origem.

De acordo com a OIM, a migração climática descreve “o movimento de uma pessoa ou grupos de pessoas que, predomi-

nantemente por motivos de mudança repentina ou progressiva do meio ambiente devido às mudanças climáticas, são forçados a deixar seu local de residência habitual, ou decidem fazê-lo, temporária ou permanentemente, dentro de um estado ou através de uma fronteira internacional”. A migração climática constitui, nesse sentido, uma subcategoria da migração ambiental, na qual a mudança no meio ambiente se deve às mudanças climáticas (IOM, 2019, p. 129). Reconhecendo a importância desta tipologia de deslocamento e a necessidade de discutir suas implicações em diversas escalas, a OIM criou uma Divisão de Migração, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MECC pelas siglas em inglês) e desenhou uma estratégia institucional de 10 anos sobre Migração, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (2021-2030) (IOM, 2023b).

Outras denominações frequentemente utilizadas para falar desses deslocamentos são refugiados ambientais, refugiados climáticos e refugiados do clima (EL-HINNAWI, 1985; ATAPATTU, 2018). O termo refugiados ambientais é um dos primeiros termos usados para se referir a esse tipo de deslocamento. O conceito foi criado na década de 1970 e uma das definições mais conhecidas de refugiados ambientais os descreve como:

[...] aquelas pessoas que foram forçadas a deixar seu habitat tradicional, temporária ou permanentemente, devido a um distúrbio ambiental marcante (natural e/ou induzido pelo homem) que colocou em risco sua existência e/ou afetou seriamente a qualidade de sua vida [sic]. “Perturbação ambiental”, nessa definição, significa qualquer mudança física, química e/ou biológica no ecossistema (ou base de recursos) que o torne, temporária ou permanentemente, inadequado para sustentar a vida humana [...] (EL-HINNAWI, 1985, p. 4, tradução nossa).

Esta denominação busca o reconhecimento dos fatores ambientais e climáticos como justificativa para obter o *status* de refugiado. Contudo, ela não corresponde à definição de refugiado, conforme estabelecido na Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados. Ela oferece proteção somente àqueles que

fogem de guerra, violência, conflito ou perseguição e que cruzaram uma fronteira internacional em busca de segurança. Outrossim, estabelece como pré-requisito o fundado temor de perseguição relacionado a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política e a impossibilidade de retorno ao país de origem em virtude desse temor. Apesar de que instrumentos regionais como a Convenção da Organização da União Africana (1969)¹ e a Declaração de Cartagena (1984)² ampliam a definição de refugiado, incluindo eventos que perturbam seriamente a ordem pública, a grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados, e que documentos como a Convenção de Kampala

¹ Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África, adotada pela Conferência dos Chefes de Estado e do Governo em Adis-Abeba, no dia 10 de setembro de 1969. No seu artigo 1, a Convenção estabelece: “1 – Para fins da presente Convenção, o termo refugiado aplica-se a qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira requerer a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país da sua anterior residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude desse receio, não queira lá voltar. 2 – O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade” (Convenção OUA, 1969).

² A Declaração de Cartagena sobre Refugiados foi adotada pelo “Colóquio sobre a Proteção Internacional de Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, realizado em Cartagena, Colômbia, de 19 a 22 de novembro de 1984. De acordo com a Declaração, a definição ou o conceito de refugiado recomendado para a região é aquele que, “além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, também considera como refugiados as pessoas que fugiram de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado seriamente a ordem pública” (DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984).

(2009)³ permitem a consideração de motivos ambientais nas migrações regionais, a falta de reconhecimento legal da categoria refugiados climáticos faz com que países e organismos internacionais, como a OIM e o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), evitem estes conceitos e optem por definições alternativas como migrações climáticas e pessoas deslocadas em contextos de desastres e mudanças climáticas (ATAPATTU, 2018; ECHART; VILLARREAL, 2024).

Os deslocamentos motivados por desastres são considerados como um dos maiores desafios humanitários do século XXI. De acordo com a definição da Agenda para a proteção de pessoas deslocadas entre fronteiras no contexto de desastres e mudanças climáticas, resultado da Iniciativa Nansen, o deslocamento devido a catástrofes “refere-se a situações em que as pessoas são forçadas ou compelidas a abandonar as suas casas ou locais de residência habitual, a consequência dos efeitos de catástrofes provocadas por perigos naturais ou para evitá-los. Pode adotar a forma de fuga espontânea ou evacuação ordenada ou forçada pelas autoridades. Esses deslocamentos podem ocorrer dentro de um país ou através de fronteiras internacionais” (THE NANCE INITIATIVE, 2015, p. 4). Para dar continuidade ao trabalho da Agenda Nansen, em 2016 foi lançada a Plataforma sobre Deslocamento por Desastres (PDD), que busca promover medidas para abordar as necessidades de proteção e assistência para as pessoas deslocadas no contexto de desastres e dos efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo o uso de instrumentos

³ É a Convenção da União Africana sobre a Proteção e Assistência as pessoas deslocadas internamente na África. Foi adotada na Cimeira Especial da União Africana, realizada em Kampala, no dia 23 de outubro de 2009. No seu artigo 5, a Convenção estabelece que: “Os Estados Parte devem tomar medidas necessárias para proteger e providenciar assistência para as pessoas vítimas de deslocamentos internos, devido às calamidades naturais ou provocadas pelo próprio ser humano, incluindo as mudanças climáticas” (CONVENÇÃO DE KAMPALA, 2009).

como vistos humanitários, medidas de proteção temporária e outras medidas eficazes. A iniciativa também promove medidas que ajudem a evitar os deslocamentos das pessoas e a que permaneçam nos seus lares através de ações como a redução do risco de desastres e a adaptação a desastres e às mudanças climáticas (PDD, 2024).

Apesar da existência de múltiplas definições e da disputa entorno aos conceitos que definem este fenômeno, a migração associada a fatores ambientais e climáticos é hoje uma realidade reconhecida globalmente e presente em diversos instrumentos internacionais, como os Pactos Globais sobre Migração e Refúgio, adotados em 2018, e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, como veremos a continuação, sobre as migrações climáticas persistem diversos mitos que limitam uma compreensão integral de seus significados e implicações.

Mitos e realidades sobre as migrações climáticas

Os vínculos entre as mudanças climáticas e as migrações são uma realidade amplamente documentada. Porém, como argumentam os estudiosos das migrações, nem sempre se trata de uma relação causal direta e claramente identificável, isto é, nem sempre a degradação ambiental ou o clima podem ser vistos como determinantes da migração (KAENZING; PIGUET, 2011; IONESCO; MOKHNACHEVA; GEMENNE, 2017; BOAs *et al.*, 2019; FELIPE, 2022; ECHART; VILLARREAL, 2024). Na realidade, ao contrário de visões simplificadoras, a mobilidade humana envolve um conjunto de fatores políticos, sociais, econômicos, do meio ambiente e demográficos inter-relacionados. Esta complexidade e a multiplicidade de causas que provocam a migração requerem mais atenção e dificultam a distinção clara entre categorias migratórias, a estimativa de quais movimentos são provocados pelo clima e em que medida, bem como a quan-

tificação de deslocamentos provocados por processos ambientais de longa duração, como a desertificação ou o aumento do nível do mar.

Entretanto, na hora de pensar nas migrações climáticas uma das formas mais comuns de falar deste fenômeno – sobretudo por parte de meios de comunicação, políticos e ativistas – é mediante cifras alarmantes que buscam chocar e chamar a atenção da opinião pública, provocando temor e muitas vezes visões pessimistas e apocalípticas sobre as migrações climáticas (BOAS *et al.*, 2019). Dessa forma, assistimos a uma batalha ou a uma guerra de números que falam de migrações transfronteiriças massivas dirigidas, sobretudo em direção ao Norte Global (NASH; ZICKGRAF, 2020; ZICKGRAF, 2022).

No começo dos anos 2000, diversas estimativas falavam da existência de 25 milhões de refugiados ambientais e afirmavam que, quando o aquecimento global se instalar, poderão existir até 200 milhões de pessoas afetadas por desastres naturais e por fenômenos como a subida do nível do mar (MYERS, 2002, p. 1). Estimativas mais recentes de entidades, como o *Institute for Economics and Peace*, afirmam que até 2050 poderíamos ter mais de um bilhão de migrantes climáticos (IEP, 2020), e as projeções do Banco Mundial calculam que no mesmo período as mudanças climáticas poderiam provocar 216 milhões de deslocados (CLEMENT *et al.*, 2021).

A produção de dados é central para falar sobre migrações climáticas, mas diversos pesquisadores (BOAS *et al.*, 2019; NASH; ZICKGRAF, 2020; ZICKGRAF, 2022; FELIPE, 2022; ECHART; VILLARREAL, 2024) questionam que tais dados sejam produzidos com base em projeções que descrevem mais a população em risco do que os migrantes climáticos; não consideram a multicausalidade da mobilidade humana e misturam categorias como migrante forçado e voluntário, interno e internacional, temporal, circular ou permanente; não distinguem cla-

ramente entre degradação ambiental e fatores climáticos; invocam perspectivas securitizadoras que ativam o “medo da invasão” dos migrantes climáticos no Norte Global e contribuem a reforçar os controles migratórios e a desenhar políticas migratórias cada vez mais restritivas. Assim, as migrações são vistas como algo “ruim”, um “problema”, causa de “crises” e fonte de suposto “caos e desestabilização dos países industrializados”, ignorando elementos como a imobilidade humana forçada das populações presas ou *trapped populations*⁴ e a migração seletiva e cada vez mais difícil para as majorias do Sul; a concentração das migrações no âmbito interno e intrarregional; as possibilidades de realocação planejada e a migração como uma forma de adaptação das comunidades às mudanças climáticas; bem como as históricas responsabilidades do Norte Global na crise ecológica atual.

Cifras mais específicas sobre deslocamentos internos são aquelas oferecidas pelo IDMC (*Internal Displacement Monitoring Center*), a principal fonte mundial de dados e análises sobre deslocamento interno, criada em 1998 como parte do Conselho Norueguês para Refugiados (NRC). A entidade diferencia entre pessoas deslocadas internamente por conflitos e violência e pessoas deslocadas internamente por desastres. O total de deslocados internos em 2022 por ambas as causas foi de 71,1 milhões, uma cifra significativa que vem crescendo, especialmente se comparada com o total de 33,3 milhões de deslocados registrados em 2013. O panorama oferecido pelo IDMC mostra também uma realidade muitas vezes invisibilizada: a migração climática é um fenômeno mundial, presente, portanto, também nos países do Norte Global. Fenômenos como as inundações, furacões e

⁴ O termo se refere às populações que desejam se deslocar de áreas de alto risco ambiental e climático, mas não conseguem por diversas razões que podem combinar pobreza, restrições à mobilidade, conflitos e mesmo quarentenas provocadas por pandemias como a Covid-19.

Existem três outros mitos associados com a falsa crença que as migrações climáticas serão massivas e acontecerão na direção Sul-Norte: 1) a ideia de que os migrantes climáticos são somente aqueles deslocados por fenômenos meteorológicos extremos como fortes chuvas, ondas de frio ou calor extremo, ciclones tropicais e secas; 2) a crença de que é possível prever os deslocamentos futuros motivados pelo clima; 2) a percepção de que é tarde demais para agir e evitar deslocamentos motivados pelo clima. Na prática, essas visões estabelecem uma relação direta entre clima e migrações e desconhecem as interligações entre as mudanças climáticas e os fatores preexistentes, como conflitos, fragilidade institucional, falta de recursos e pobreza (BOAS *et al.*, 2019; FELIPE, 2022; ZICKGRAF, 2022; ACNUR, 2023).

Assumindo tais mitos, esquecemos que, mais do que provocar diretamente as migrações, as mudanças climáticas agem como um “multiplicador de ameaças”, que não pode ser considerado de forma isolada respeito a fatores econômicos, políticos, sociais, meio ambientais e demográficos que provocam as migrações (ZICKGRAF, 2022, p. 2). Dessa forma, as mudanças climáticas aprofundam e agravam condições como a pobreza, a falta de recursos e a insegurança alimentar, potenciando também conflitos. Além disso, com frequência falamos de tendências em base aos dados existentes que podem se tornar realidade ou não, devido à intensidade dos desastres ou dos eventos climáticos extremos, mas também de acordo com a capacidade de resposta e as vulnerabilidades dos países afetados. De fato, como argumenta o IPCC (2023), não é tarde demais para agir e tais tendências podem ser revertidas, caso sejam tomadas medidas de mitigação, adaptação, compensação e preparação para prevenir riscos e deslocamentos futuros.

Um bom exemplo sobre a possibilidade de alterar as tendências são as estimativas do Banco Mundial. Os 216 milhões estimados para o cenário mais pessimista desenhamo

tam quase 3% da população total projetada para as regiões consideradas pela entidade. Mais especificamente, o número de migrantes internos induzidos pelo clima pode chegar a 85,7 milhões (4,2% da população total) na África Subsaariana; 48,4 milhões (2,5% da população total) no Leste Asiático e no Pacífico; 40,5 milhões (1,8% da população total) no Sul da Ásia; 19,3 milhões (9,0% da população total) no Norte da África; 17,1 milhões (2,6% da população total) na América Latina e 5,1 milhões (2,3% da população total) no Leste Europeu e na Ásia Central. Contudo, o Banco Mundial pensou em dois cenários alternativos: um cenário de desenvolvimento mais inclusivo e um cenário mais inofensivo para o clima. No primeiro, que prevê um nível de emissões alto com desenvolvimento moderado, a escala é reduzida em até 60% (91 milhões de migrantes induzidos pelo clima, em comparação com 216 milhões no cenário mais pessimista). No cenário mais otimista, se os países comesçassem hoje a reduzir os gases de efeito estufa, restaurar os ecossistemas vitais e ajudar as pessoas a se adaptarem, a migração climática interna poderia ser reduzida em até 80%, para 44 milhões de pessoas até 2050 (CLEMENT *et al.*, 2021, p. 10).

A falta de consenso e a disputa pelos termos que descrevem as migrações motivadas pelo clima geram outro mito: o uso da categoria refugiados climáticos ou refugiados do clima, mesmo que, como dito antes, não se trate de um termo oficialmente reconhecido pelo direito internacional. Estudiosos, ativistas e organizações ambientais usam esses termos porque acreditam que geram um senso de urgência e responsabilidade global em relação aos deslocados pelo clima. Porém, para alguns trata-se de uma etiqueta errada que dilui o significado do conceito de refugiado, diminui a capacidade de ação das pessoas, oculta as múltiplas causas que provocam a migração e homogeneiza um fenômeno que inclui diversos tipos de deslocamento (ZICKGRAF, 2022; ACNUR, 2023). Na prática, os esforços

em prol do reconhecimento das migrações forçadas provocadas pelo clima são válidos e têm permitido alguns avanços sobre a necessidade de oferecer proteção aos deslocados climáticos, independente da categoria utilizada. Paralelamente, as definições de refugiado na Convenção da Organização da Unidade Africana (1969) e na Declaração de Cartagena da América Latina (1984) incluem aqueles que buscam refúgio devido a eventos que “perturbam seriamente a ordem pública”, o que pode incluir eventos relacionados ao clima, ao passo que existem iniciativas regionais prometedoras, como a Convenção de Kampala de 2009. Entretanto, as disputas em torno de como nomear as migrações motivadas pelo clima são mais políticas do que semânticas e colocam em evidência a falta de consenso entre países e a negativa das nações industrializadas em assumir responsabilidades decorrentes desses deslocamentos humanos.

Conclusões

As mudanças climáticas são uma realidade e estão se intensificando, com efeitos devastadores, especialmente nos países do Sul Global. Trata-se de um fenômeno histórico e desigual em que os países industrializados são os maiores emissores de gases de efeito estufa e têm as maiores responsabilidades devido a fatores como o colonialismo e a exploração histórica dos recursos naturais das nações em desenvolvimento. Esta leitura deveria ser a base para a formulação de uma resposta política urgente, fundamentada em noções como justiça social, ambiental e climática, mas, em lugar de pontes, redes de solidariedade e ações de compensação, os países do Norte Global estão construindo muros e uma visão cada vez mais negativa e securitizadora sobre a migração climática.

Os dados e as informações que temos à disposição sobre migrações climáticas são abundantes. No entanto, em vez de uma

leitura integral que leve em consideração a complexidade do fenômeno e suas implicações, prevalecem os mitos. Entre os principais, estão a ideia de que a migração climática seja essencialmente uma migração Sul-Norte, quando se trata de um fenômeno global, que se verifica, sobretudo, dentro dos países e em escala intrarregional, e que acontece também dentro dos países industrializados. Esta visão parcial, que considera a migração climática como “problema e ameaça”, é a perspectiva hegemônica presente na mídia ocidental e utilizada por políticos conservadores para aumentar os controles fronteiriços e criar políticas migratórias mais restritivas. Ela invisibiliza a existência de sistemas restritivos de vistos que tornam os canais regulares de migração transfronteiriça extremamente limitados e menos prováveis, assim como os custos e altos riscos para os potenciais migrantes do Sul em um cenário de mobilidade humana restrito e altamente seletivo.

Os mitos sobre os efeitos diretos e exclusivos do clima sobre a migração, bem como a ideia de que é possível prever o volume das migrações climáticas e que se trata de um fenômeno irreversível, são outras ilusões que limitam a nossa compreensão sobre o fenômeno. Com efeito, tais perspectivas desconhecem a multicausalidade das migrações, a importância dos fatores preexistentes, o nível de vulnerabilidade e a capacidade de resposta dos países e da comunidade internacional. Dessa forma, consolida-se uma visão conservadora e a possibilidade de alterar as previsões mais pessimistas com medidas de mitigação e adaptação é automaticamente excluída, bloqueando nossos esforços em prol de um futuro mais justo e sustentável para todos.

Por último, a falta de consensos sobre como definir as migrações climáticas e o foco excessivo sobre a categoria refugiados climáticos, não reconhecida pelo direito internacional e dificilmente reconhecível no cenário atual, pode tirar nossa atenção sobre a necessidade de criar canais regulares de migração e sobre

a existência de outras formas de proteção que podem ser pensadas para responder aos desafios que supõem as múltiplas mobilidades provocadas pelo clima, em conjunto com outros fatores. Não menos importante é a existência de imobilidade forçada e das denominadas *trapped populations* por falta de recursos ou restrições.

Em definitivo, sem negar a importância do clima e seus efeitos diretos e indiretos sobre a mobilidade humana é preciso ir além do debate ambiental *stricto sensu* e incluir na discussão questões de ordem econômica, social e política. Somente o reconhecimento de que o colonialismo e o capitalismo extrativista estão na base da crise ambiental e seus impactos desiguais sobre o planeta vai nos permitir criar transições ecossociais baseadas no fim do uso de combustíveis fósseis e uma ação climática fundamentada nos direitos humanos e em noções como a justiça social e ambiental. Nesse processo, dentro das discussões sobre as migrações climáticas, o reconhecimento do direito a migrar e a permanecer nos territórios de origem, bem como o direito à proteção e ao retorno, sempre que existam possibilidades para isso, não podem ficar à margem.

Referências

ACNUR. *Cambio climático y desplazamiento: mitos y realidades*. ACNUR, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/noticias/historias/cambio-climatico-y-desplazamiento-mitos-y-realidades>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ACNUR. *Declaração de Cartagena*. ACNUR. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ACNUR. *Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África*. ACNUR. Dispo-

nível em: <https://www.acnur.org/media/convenccion-de-la-oua-por-la-que-se-regulan-los-aspectos-especificos-de-problemas-de-los>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ACNUR. *Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados* (1951). ACNUR. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.

ACNUR. *Convenção da União Africana sobre a Proteção e Assistência as pessoas deslocadas internamente em África* (Convenção de Kampala), 2009. ACNUR. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/convencao_de_kampala.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.

ATAPATTU, S. A new category of refugees? ‘Climate refugees’ and a gaping hole in International Law”. In: BEHRMAN, S.; KENT, A. (eds.). *‘Climate Refugees’: Beyond the Legal Impasse?* Routledge, 2018.

BLACK, R. “Environmental Refugees: myth or reality?”. In: *New Issues in Refugee Research*, Working Paper n. 34, United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), Geneva.

BOAS, I.; FARBOTKO, C.; ADAMS, H. *et al.* Climate migration myths. *Nature Climate Change*, v. 9, p. 901-903, 2019.

CASTILLO, J. *Migraciones ambientales: huyendo de la crisis ecológica en el siglo XXI*. Barcelona: Virus Editorial, 2011.

CLEMENT, V.; RIGAUD, K.; DE SHERBININ, A.; JONES, B.; ADAMO, S.; SCHEWE, J.; SADIQ, N.; SHABAHAT, E. 2021. *Groundswell Part 2: Acting on Internal Climate Migration*. World Bank, Washington, DC.

EL-HINNAWI, Essam. *Environmental refugees*, UN Environment Programme, 1985.

ECHART, E.; VILLARREAL, M. Migrações climáticas: um olhar a partir da revisão da literatura. In: MILANI, C. (org.). *Antropoceno, mudanças climáticas e Ciências Sociais no Brasil*, 2024 (no prelo).

FELIPE, B. Crisis climática y movilidad humana: apuntes sobre la necesidad de ampliar el debate más allá del “refugio climático”. *Trayectorias Humanas Transcontinentales*, n. 8, p. 75-96, 2022.

GIDDENS, A. The politics of climate change. National responses to the challenge of global warming. *Policy Network Paper*, 2008.

GIONGO, C.; MENDES, J.; WERLANG, R. Refugiados do desenvolvimento: a naturalização do sofrimento das populações atingidas pelas hidrelétricas. *Ser Social*, v. 19, n. 40, p. 124-145, 2017.

IDMC (Internal Displacement Monitoring Centre). *Global Report on Internal Displacement 2023: Internal displacement and food security*. Geneva: The Internal Displacement Monitoring Centre, 2023.

IPCC. El cambio climático y la tierra. Informe especial del IPCC sobre el cambio climático, la desertificación, la degradación de las tierras, la gestión sostenible de las tierras, la seguridad alimentaria y los flujos de gases de efecto invernadero en los ecosistemas terrestres. IPCC, 2020. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/06/SRCCL_SPM_es.pdf. Acesso em: 4 mar. 2024.

IPCC. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. IPCC, 2022. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

IPCC. Climate Change. Synthesis Report. 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf. Acesso em: 04 mar. 2024.

IOM. *Glossary on Migration*. International Migration Law. Geneva: International Organization for Migration, 2019.

IOM. Africa climate summit: Towards a greater response to climate change impacts on human mobility. IOM, 2023a. Disponível em: <https://www.iom.int/news/africa-climate-summit-towards-greater-response-climate-change-impacts-human-mobility>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IOM. IOM and Migration, Environment and Climate Change (MECC). IOM, 2023b. Disponível em: <https://environmentalmigration.iom.int/iom-and-migration-environment-and-climate-change-mecc>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IEP. *Over one billion people at threat of being displaced by 2050 due to environmental change, conflict and civil unrest*. Institute for Economics and Peace, Londres, 2020.

IONESCO, D.; MOKHNACHEVA, D.; GEMENNE, F. *The atlas of environmental migration*. New York: IOM, Routledge, 2017.

KAENZING, R.; PIGUET, E. Migração e mudança climática em América Latina. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)*, n. 36, p. 49-74, 2011.

LACZKO, F.; AGHAZARM, C. (eds.). *Migration, environment and climate change: Assessing the evidence*. OIM: Geneva, 2009. p. 9-40.

MOVE-LAM. *Visibilizar para proteger: Un abordaje de datos e información sobre movilidad humana en el contexto de desastres y cambio climático en Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala y México*. Primer Informe MOVE-LAM, RESAMA, Universidad para la Paz. San José, 2021.

MYERS, N. Environmental refugees: A growing phenomenon of the 21st century. *Philosophical transactions of the royal society B: Biological Sciences*, v. 357 3, n. 1.420, p. 609-613, 2002.

NASH, S.; ZICKGRAF, C. Stop peddling fear of climate migrants. *Open Democracy*, 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/stop-peddling-fear-climate-migrants/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PDD (Platform on Disaster Displacement). *The context*, 2024. Disponível em: <https://disasterdisplacement.org/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SASSEN, S. *Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global*. Buenos Aires: Katz Editores, 2015.

THE NANCE INITIATIVE. *Agenda for the protection of cross-border displaced persons in the context of disasters and climate change*. vol. 1, dec. 2015. The Nance Initiative.

VAINER, C. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos? In: PACELLI, A. (org.) *et al. A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 475-490.

VAINER, C. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*, 2016.

VILLARREAL, M. "Migraciones ambientales: marcos normativos y políticas públicas en América Latina y el Caribe. In: NEJAMKIS, L.; CONTI, L.; AKSAKAL, M. (org.). *(Re)pensando el vínculo entre migración y crisis*. Perspectivas desde América Latina y Europa, v. 1, 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, CALAS, 2021. p. 141-164.

VILLARREAL, M.; ECHART, E. Extractivism, forced gendered migration and resistance in Latin America and the Caribbean. In: SASSEN, S.; RIBAS-MATEOS, N. (org.). *The Elgar Companion to Gender and Global Migration Beyond Western Research*. 1. ed. Cheltenham: Edward Edgard Publishing, 2022. p. 85-97.

ZICKGRAF, C. Cambio climático y migración: mitos y realidades. *La Alianza Global Jus Semper*, febrero de 2022.

CAPÍTULO 4

Questões socioambientais em parques urbanos: repensando ca(s)os em São Paulo e no Rio de Janeiro

Reinaldo Tadeu B. Pacheco

Introdução

Escrevo este texto depois da participação no evento “Ambiente: repensando conceitos e práticas espaciais”, organizado pela colega Professora Miriam Santos e pelo colega Professor Cleber Castro, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Agradeço a generosidade do convite e a hospitalidade com a qual fui recebido por colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Felicito pela iniciativa em verdadeiramente investirem em multi e interdisciplinaridade num evento que acontece justamente no Instituto Multidisciplinar, no Campus de Nova Iguaçu. Certamente, os problemas ambientais complexos que recortam e modelam nossos territórios periféricos e desiguais só poderão ser superados por soluções igualmente complexas e, portanto, multi/inter/transdisciplinares. Exatamente isso que tentarei demonstrar neste capítulo. Agradeço, sobretudo, aos colegas Cleber e Miriam por este olhar que agrega diferentes campos do conhecimento e pela paciência de me permitir terminar este texto com um prazo dilatado, dada a importância do conjunto desta publicação.

Grato pela oportunidade de repensar o caos de nossas cidades, a partir dos casos concretos.

Minha proposta é a seguinte: pretendo registrar aqui, inicialmente, meu “lugar de fala”, já que tenho uma formação no mínimo “curiosa”, transitando da Educação Física, dos Estudos do Lazer e da Educação para a Sociologia e, mais recentemente, para o Urbanismo, especialmente o “urbanismo social”, se é que podemos assim chamar. Coordeno, na USP Leste, o Coletivo Territorialidades e Corporeidades em Lazer e Turismo, juntamente com a professora Marcela Padilha, da UERJ. Nesse grupo, participam estudantes e pesquisadores desde a Iniciação Científica até o pós-doutorado e temos tentando manter acesa a chama de um grupo que não se paute pela arrogância da “ciência” aceita pelo Deus Mercado, mas que também considere a construção de conhecimento a partir de outras bases de saberes, daí nossa tentativa de manter a produção científica fortemente articulada à participação e incidência política por uma cidade com justiça social. Portanto, esse coletivo tem buscado pautar ações de seus participantes na confluência verdadeira entre ensino, pesquisa e extensão comunitária.

Assim, dois dos exemplos que vou elencar aqui neste texto, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro, nascem desse processo intenso de militância ou incidência política no “chão das cidades” e sem o qual não imagino mais qualquer tipo de construção de conhecimento sobre o que é o viver urbano. Dito de outra forma: ou construímos conhecimento a partir desse chão da cidade ou continuaremos a naufragar em soluções rasas que não irão promover as mudanças sociais que desejamos no sentido da justiça socioambiental. Como morador de São Paulo, obviamente, minha participação se dá no “chão” da cidade onde vivo. Mas justamente essa participação me levou a conhecer um caso importante na Cidade do Rio de Janeiro, sobre o qual também quero narrar aqui.

Em São Paulo, participo ativamente de um movimento social que luta pela conservação, ampliação e melhoria da gestão das áreas verdes públicas da cidade, o Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes. Esse movimento nasceu do processo de resistência contra o modelo de concessão de parques urbanos que foi levado a cabo na cidade e que, infelizmente, tem se tornado uma espécie de modelo para outras cidades do Brasil. Iremos discorrer sobre esse processo. Por ora, o que importa é saber que o Fórum Verde, como chamamos aqui, tornou-se em menos de 4 anos um dos movimentos mais importantes da cidade em torno da pauta ambiental, agregando “ambientalistas” de todos os lugares da cidade e, por incrível que pareça, com diferentes perfis ideológicos. Isso nos põe a refletir o quanto a causa ambiental na cidade tem mobilizado diferentes setores, já que ela de fato impacta a qualidade de vida de maneira geral. Obviamente, os recortes territoriais, de gênero, étnico-raciais e de classe social são muito importantes de serem levados em consideração na chamada pauta ambiental. Como sabemos, somos todos impactados, mas não da mesma forma e na mesma proporção. Dessa forma, portanto, nos últimos quatro anos tenho me dedicado fortemente a buscar entender a realidade das áreas verdes na região da Zona Leste de São Paulo, com seus mais de 4 milhões de moradores e com diversos problemas ambientais que não apenas a “falta” de áreas verdes: drenagem urbana, coleta de resíduos sólidos, aterros sanitários, saneamento básico (acesso ao esgotamento sanitário), dentre outros. No entanto, dentro do alcance possível, procuramos entender a realidade dos mais de trinta parques urbanos da Zona Leste e que também sofrem com problemas graves de gestão e falta de recursos. Para isso, inclusive, temos nos engajado em processos de participação social institucional e, desde 2022, participo do Conselho Gestor do Parque do Carmo, um dos mais visitados da cidade com cerca de 5 milhões de visitas/ano. Todo esse proces-

so de tentativa de engajamento na situação concreta desse território da cidade e por meio do Fórum Verde permitiu-me expor aqui os dois casos que gostaria de usar como objeto de reflexão sobre as “questões socioambientais e os parques urbanos”: o caso do Parque da Fazenda da Juta, na região de Sapopemba, Zona Leste de São Paulo; e o caso do Parque Linear do Jardim Maravilha, na região oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Fazenda da Juta, lugar de luta: processos sociais e o parque pela metade

Em 2023, finalmente conseguimos publicar nos “CADERNOS DO LEGISLATIVO PAULISTA” um artigo¹, fruto de um processo de acompanhamento que já levava quase três anos e que buscou entender o que estava ocorrendo com essa área verde remanescente da Fazenda da Juta, duas encostas com nascentes e ainda resquícios de mata primária e secundária, dada a inclinação destas encostas. No entanto, gradativamente observava-se a supressão arbórea e a invasão da área para construção de moradias precárias que percebíamos não ser fruto de “movimentos de moradia”, mas, antes disso, tentativas de apropriação de terras públicas pelo crime organizado da região: verdadeira imobiliária do crime. Para que pudéssemos registrar tudo isso correndo o menor risco pessoal possível, procuramos dar o máximo de visibilidade ao problema, tendo conseguido, inclusive, a publicação de uma reportagem sobre o assunto em um site de notícias e

¹ Trata-se do artigo “Uma tragédia ambiental anunciada: falhas do Estado e a destruição da Mata da Juta, Sapopemba/SP”, escrito em parceria com o brasileiro Dr. Matthew A. Richmond, da London School of Economics (LSE), pela liderança comunitária e profunda conhecedora dos movimentos de moradia na região, Dra. Deocleciana Ferreira (da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP) e pela Dra. Débora Iacono, advogada e participante do Fórum Verde Permanente e que nos ajudou sobremaneira no inquérito civil público.

num jornal de grande circulação na cidade. Ao mesmo tempo, pedimos abertura de um “inquérito civil” junto ao Ministério Público, para que houvesse o acompanhamento do caso pela promotoria e a provocação do poder público local em cumprir a sua atribuição de zelar por este espaço verde público. Até o momento, depois de muita luta, participamos em abril de 2024 da primeira oficina para discussão da implantação do Parque Fazenda da Juta e elaboração de seu Plano de Gestão. No entanto, o Parque será implantado em apenas “metade” da área, restando ainda uma outra encosta, praticamente paralela, sendo vilipendiada aos poucos. Ainda assim, depois de muita pressão junto aos órgãos locais, especialmente por intermédio da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade, parte das “falsas moradias” construídas ali foi desfeita, e um grupo de refugiados venezuelanos que houvera sido empurrado para a área passou a ser cadastrado para atendimento social e a busca por outras formas de moradia.

Fazenda da Juta: uma breve história (1980-2020)

Fazenda da Juta é um bairro no extremo Leste de São Paulo, próximo ao ABC Paulista. O Censo do IBGE (2010) indicava o bairro com uma população de aproximadamente 38 mil habitantes, estimando-se mais de 50 mil pessoas em 2024. No seu livro, Ferreira (2021) conta a história de ocupação e urbanização desse território. Até o final da década de 1920, a gleba era uma grande fazenda dedicada à produção da planta juta. Com a aceleração da urbanização na região, o proprietário começou a lotear terrenos e arrendar de forma irregular para ocupantes de baixa renda. No início da década de 1980, buscando lucrar com a valorização do preço da terra na região, o proprietário reajustou as prestações e, quando os ocupantes não puderam pagar, entrou com ordens de despejo. Isso provocou resis-

tência por parte das famílias, que formaram uma associação em 1985 e, no contexto da redemocratização do país, receberam a ajuda de novos movimentos de moradia, entre eles o Movimento Sem Terra (MST) Leste 1, fundado em 1987.

Uma série de ocupações nesses anos aumentou enormemente o número de famílias presentes no território, enquanto o proprietário ficou cada vez mais endividado com o Estado por sonegação fiscal. O governo estadual desapropriou a terra por um valor negociado, dando posse às famílias já presentes e cedendo outra parte para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São Paulo. A área controlada pela CDHU, o que mais tarde se tornaria conhecida como Juta Nova (em contraste com a Juta Velha das ocupações autoconstruídas), seria objeto de novas formas de produção de moradia na década de 1990 (RICHMOND, 2020). Através de uma parceria entre o MST Leste 1, e a prefeitura sob a gestão da Luiza Erundina (1989-1992), foi realizada uma série de projetos de mutirão autogestionados em terreno cedidos pela CDHU.

Em 1993, em virtude da mudança de contexto político, a gestão municipal dificultou a conclusão desses projetos que acabaram concluídos com muito atraso no final da década. Enquanto isso, a CDHU também contratou empreiteiras para construir um grande número de conjuntos habitacionais no bairro.

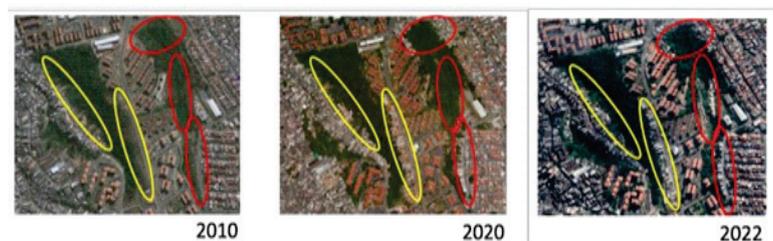
O traçado do bairro, tanto da Juta Velha quanto da Juta Nova, já estava delineado no começo dos anos 2000. Porém, em boa parte do bairro ainda faltava infraestrutura geral: asfalto, iluminação e saneamento básico, bem como serviços de saúde, assistência social e segurança pública. Através da mobilização dos próprios moradores, políticas públicas chegaram no território nos anos seguintes. Depois de longa caminhada e lutas, em 2016, finalmente foi realizada a regularização fundiária de grande parte das moradias. Porém, desde os anos 2000, também cresceram novas ocupações irregulares fora do alcance dessas políticas, prin-

principalmente em áreas de risco, como encostas de morros e beiras de córregos, e em espaços públicos intersticiais entre os mutirões e conjuntos habitacionais da Juta Nova. Essas ocupações expandiram-se ao longo dos anos 2010, inclusive nas bordas das duas áreas de Mata Atlântica remanescentes no bairro (veja Figura 1).

A destruição da Mata da Juta desde 2020

Nos últimos anos, as duas áreas de Mata Atlântica remanescentes na Fazenda da Juta vêm sofrendo desmatamento acelerado para abrir espaço para moradias precárias. Os processos de ocupação dessas duas áreas têm sido diferentes em função das definições jurídicas que têm. Conforme mostra a Figura 1, entre 2010 e 2020, ocupações na área verde da esquerda da imagem, destacada em amarelo, cresceram bastante, tanto na Rua Augustin Luberti (lado direito dessa área) quanto na Travessa Jean Gabin (lado esquerdo). Porém, nos últimos anos, a expansão dessas ocupações diminuiu. Isso se deve ao fato de essa área ter sido decretada para implantar um parque – o Parque Municipal Fazenda da Juta. A proposta para criar o parque foi adicionada ao Plano Diretor da Cidade em 2014 (Lei Municipal 16.051) e transformado em lei em 2017 (Lei Municipal 16.683).

Figura 1: A expansão de ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental na Fazenda da Juta, 2010-2022



Fonte: Ferreira; Richmond; Pacheco; Iacono, 2023.

Apesar da existência dessa lei desde 2017, os recursos necessários para instalar o parque só foram liberados pela prefeitura no início de 2024, numa clara manobra eleitoral do atual prefeito.

Com o aumento de desmatamento na região no contexto da pandemia, a sociedade civil local se mobilizou para exigir a implantação do parque. Essa mobilização abrangeu várias atividades: um abaixo-assinado que atraiu mais de 1.000 assinaturas, cartas enviadas à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), campanhas digitais no *Facebook* e *Instagram*, uma *live*, atos presenciais, incluindo um plantio de mudas de árvores na área do futuro parque, e reportagens sobre o caso em jornais e programas de televisão. Essas ações deram frutos. Em fevereiro de 2022, foi realizada a primeira visita técnica da SVMA para realizar a implantação do parque. O perímetro do parque foi cercado e são previstas a conclusão das obras e abertura do Parque até 2025.

A obras do parque foram iniciadas. No entanto, apenas em uma das encostas. A outra grande área verde, no lado direito da imagem, ficou excluída desse projeto. Assim como a área do futuro parque, também é uma área de manancial e de grande biodiversidade, considerada de importância ecológica para a região. Porém, decisões jurídicas e políticas deixaram essa área sobre a jurisdição da Subprefeitura de Sapopemba e sem recursos adicionais para garantir sua preservação. Como resultado, ela ficou exposta a um processo acelerado de desmatamento desde 2020. Localizados dentro de uma área de floresta densa, a expansão dessas ocupações implica, inevitavelmente, o desmatamento em grande escala e poluição das nascentes e do córrego.

Acompanhados por um repórter do site de notícias *Al Jazeera*, tivemos a oportunidade de conhecer uma dessas ocupações e alguns dos seus ocupantes (COWIE, 2023). Descobri-

mos que todos os ocupantes, com a exceção da coordenadora da ocupação (uma moradora local), eram venezuelanos que tinham migrado para o Brasil por conta das dificuldades econômicas que enfrentavam naquele país. A maioria continuava enfrentando situações extremamente vulneráveis em São Paulo, dependendo de trabalho informal precário e do Bolsa Família como suas principais fontes de renda. Nos informaram que não pagavam aluguel para morar na ocupação, e o gasto principal era o valor dos materiais de construção e comida. Porém, informaram que os habitantes da outra ocupação do outro lado do córrego eram todos brasileiros e eram obrigados a pagar um valor de aproximadamente R\$ 10.000,00 para comprar um lote ou um aluguel de R\$ 400,00. Essas informações e depoimentos que ouvimos de moradores do entorno, que alegaram ter sido ameaçados e proibidos de entrar na mata, dão credibilidade à hipótese de que atores criminosos são responsáveis pela coordenação dessas ocupações com o intuito de lucrar com a eventual consolidação e valorização dos lotes.

A luta pela implantação do Parque Fazenda da Juta

Surtiu resultado o embate com o Estado, mas ainda há muito o que ser acompanhado pela comunidade local no sentido de preservar a outra encosta. E note-se que não saiu barato: foi de mais de dez milhões de reais o custo de implantação do parque, ocorrendo sem o devido acompanhamento popular local. E, nesse projeto de implantação, sequer foram elencadas possibilidades de uso das “soluções baseadas na natureza”, como veremos no caso seguinte. E fica ainda a pergunta: qual é o modelo de gestão a ser adotado neste parque que está em implantação? Terá também participação da iniciativa privada na gestão ou pelo fato de o parque ser em área periférica realmente não há interesse privado? Sendo assim, o que justifica a concessão pri-

PACHECO, R. T. B. • Questões socioambientais em parques urbanos: repensando ca(s)os em São Paulo e no Rio de Janeiro

vada apenas dos parques em bairros nobres? Veremos mais adiante se conseguimos responder a tais questionamentos.

Foto 1: Placa indicativa das obras de implantação do Parque Fazenda da Juta



Foto: Reinaldo Pacheco, fevereiro, 2024.

O caso do Jardim Maravilha, Zona Oeste do Rio de Janeiro

Como havia assinalado, a participação e engajamento nas atividades do Fórum Verde Permanente na cidade de São Paulo acabaram por me levar a conhecer esse caso no Rio de Janeiro. Uma colega arquiteta urbanista e também participante ativa do Fórum, Riciane Pombo, junto com sua sócia, a agora professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Adriana Afonso Sandre, participaram de um edital da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* (GIZ) para a realização de projeto de implantação de dois parques lineares, um deles em Campinas-SP e o outro, este que trazemos em tela, o Linear do Jardim Maravilha, no

Rio de Janeiro. Essa ação foi financiada com recursos do *The City Climate Finance Gap Fund* (“*Gap Fund Initiative*”), uma iniciativa entre Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Segurança Nuclear e Proteção ao Consumidor da Alemanha (BMUV), Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) e o Ministério do Meio Ambiente, Clima e Desenvolvimento Sustentável de Luxemburgo, e implementada por meio do projeto *SuPPUrbP – City Climate Finance Gap Fund*, pelo Banco Europeu de Investimento em parceria com a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ)*, e Banco Mundial. Toda essa “engenharia institucional” teve o objetivo de usar estes dois casos, Campinas e Rio de Janeiro, como casos que incorporassem as chamadas Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) nos projetos de forma concreta e prática e que o material produzido pudesse circular em todas as prefeituras do país para ajudar na implementação deste tipo de solução (SANDRE, 2022; KABISCHI *et al.*, 2017; LARSON; HIPPI, 2022). O que vamos discutir aqui então, à luz desse segundo caso: em que medida as chamadas SBNs podem ser soluções interessantes e viáveis para esse tipo de território periférico e com relativa densidade populacional?

Jardim Maravilha

O Loteamento Jardim Maravilha está localizado na porção oeste do município do Rio de Janeiro, próximo a bairros como Campo Grande e Guaratiba. Vivem nesse território aproximadamente 40 mil pessoas. Área de ocupação urbana consolidada, a região registra eventos de alagamentos, principalmente devido às cheias do rio Piraquê-Cabuçu e intensa interferência da maré da baía de Sepetiba. Os principais rios formadores do Rio Piraquê são: o rio da Prata do Cabuçu e o rio Cabuçu. Há porções mais preservadas da bacia do Piraquê-Cabuçu, devido ao relevo montanhoso dessa região. No entanto, nas áreas de

planície, a bacia do Cabuçu é bastante urbanizada. As nascentes do Rio da Prata do Cabuçu estão localizadas na parte Noroeste da Área de Proteção Ambiental da Pedra Branca.

Questões socioambientais: territorialidade social, comunidade do entorno

Na etapa de diagnóstico, pode-se avaliar brevemente os aspectos relativos às questões socioambientais que estimularam o trabalho de campo realizado entre os dias 19 e 24 de outubro de 2022, com imersão na comunidade do Jardim Maravilha nos dias 22 e 23 (sábado e domingo). Esse trabalho contou com o apoio no campo do geógrafo Lucas Nascimento (UFF), morador de Campo Grande e conhecedor da área e com o apoio na comunidade por parte da liderança local, Walter Júnior, profundo conhecedor da realidade local e ligado aos times de futebol da região. Para a compreensão dos aspectos sociológicos e antropológicos da região, apoiamos-nos nos trabalhos de Cortado (2020;2021) e de Araujo e Cortado (2020).

É fato que a implantação desse tipo de solução baseada na natureza em países com tamanha desigualdade social, como o Brasil, constitui-se em um enorme desafio, uma vez que os territórios onde serão realizadas as intervenções podem estar atravessados por graves problemas sociais, como a falta de políticas habitacionais de cunho social, ausência de saneamento básico, dificuldades no acesso a serviços de coleta de resíduos, mobilidades locais com pouca infraestrutura, entre outros. A presença de serviços universais e públicos de saúde e educação é considerada extremamente benéfica aos territórios com grande fragilidade social. As SBNs podem somar-se a essas estratégias, contribuindo para estimular a visão de políticas públicas mais holísticas e intersetoriais, favorecendo o diálogo entre os diversos atores que se relacionam nesses territórios. Por essa razão, o empre-

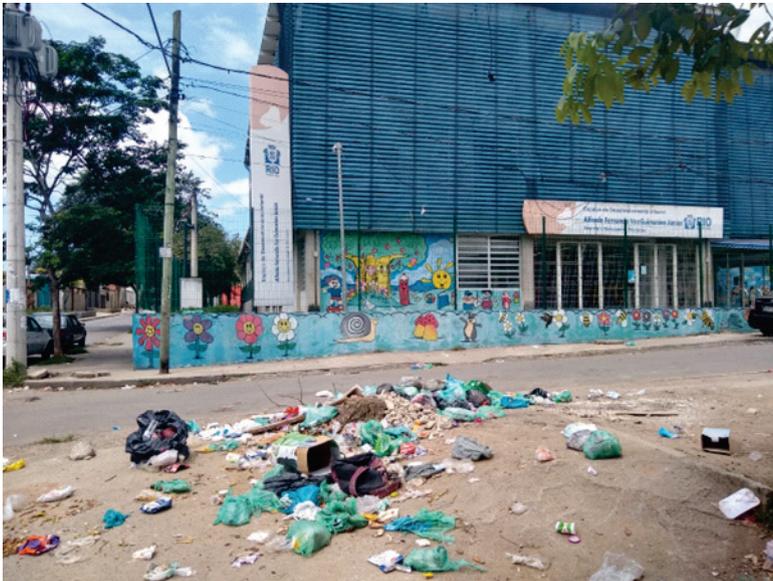
go de SBNs vai implicar no conhecimento da territorialidade social e das maneiras como as comunidades locais e do entorno se relacionam com o ambiente.

A primeira tarefa nessa fase foi a identificação dos principais atores sociais intervenientes no território e o estabelecimento de diálogos, com as práticas sociais já existentes e que podem ser preservadas, e os agentes públicos presentes no território, especialmente as escolas e unidades básicas de saúde. Como processo, no momento da implantação do Parque, sugere-se a criação de um cronograma e divulgação de oficinas participativas com a comunidade e posterior instalação de uma comissão com representantes comunitários que poderão acompanhar de forma mais direta e frequente o projeto de intervenção, criando, assim, uma base participativa para a gestão democrática do território. O senso de pertencimento por parte da população é um aspecto muito importante e que levará a comunidade a apropriar-se do espaço e dos dispositivos de SBNs, preservando-as e ajudando na manutenção básica (limpeza) das mesmas. Sugere-se, portanto, que profissionais capacitados (como assistentes sociais, sociólogos ou educadores locais) sejam contratados ou mobilizados para fazer o levantamento das demandas e problemas sociais locais. Uma vez identificados, no território, os principais interlocutores, podem ser realizadas oficinas públicas sobre o projeto e existir a criação de comissão pública de acompanhamento, que seja representativa em relação ao território e suas demandas.

No bairro do Jardim Maravilha, foram identificados problemas sociais graves, com consequências igualmente graves para a saúde pública, como quanto à coleta de resíduos sólidos. Não há locais adequados para o descarte de entulho de construção civil e outros tipos de resíduos, como móveis velhos, pneus, e toda sorte de sucatas de diversos materiais. Observa-se até mesmo dificuldades com relação à coleta do lixo comum doméstico,

e não foi localizado nenhum projeto de compostagem doméstica ou comunitária para a destinação de resíduos orgânicos. Esse exemplo das dificuldades na coleta de resíduos nos indica que as tipologias de SBNs propostas para a área de intervenção mais imediata do projeto, ao longo da calha do rio, só surtirão efeito se esse problema básico for equacionado, com a devida capacidade de intervenção pública e intersetorial no território.

Foto 2: Lixo espalhado em frente a uma das principais escolas do Jardim Maravilha



Fonte: Reinaldo Pacheco, outubro, 2022.

Essa situação demanda uma ação coordenada, entre os devidos serviços e representantes do poder público no território, com o foco de remodelar a infraestrutura de coleta. Também é necessário um programa consistente de educação ambiental com participação ativa das escolas e postos de saúde da região. O

projeto do parque, com a implantação das SBNs ao longo do curso do rio, deve considerar as peculiaridades e as demandas sociais locais. Por meio de oficinas participativas, pode-se entender como se dá a interação das comunidades e grupos sociais do entorno com o ambiente de intervenção. Dessa forma, podem ser identificadas formas recorrentes de uso público existentes no ambiente de intervenção, tais como hortas, campos de futebol de várzea, áreas de piquenique, áreas de brinquedos infantis, organizados fundamentalmente pela própria comunidade. No projeto de intervenção, há que se considerar formas de preservar essas ricas formas de interação social locais.

Soluções baseadas na Natureza (SBNs) e seus benefícios

O aumento de áreas verdes, mediante a implementação das Soluções baseadas na Natureza (SBNs) nas suas diversas tipologias – calçadas, canteiros, áreas residuais, praças, rios, parques, entre outros –, pode trazer diversos benefícios sociais às comunidades residentes diretamente afetadas por tais intervenções, bem como benefícios bastante concretos na escala dos municípios. Imaginem, portanto, o impacto que deveria ter a implantação de um parque totalmente pensado a partir das SBNs numa localidade “ribeirinha” urbana, como o Jardim Maravilha.

Na escala local, os benefícios podem ser verificáveis no campo da mobilidade, saúde, educação formal e não formal, cultura, esportes e lazer e habitação (CAMPOS, 2021; COSTA, 2021; FRAGA, 2020).

a) Mobilidade: estímulo às mobilidades ativas, com calçadas que facilitem o deslocamento a pé e a instalação de sistemas locais cicloviários que facilitem o acesso aos diversos equipamentos no território por meio de bicicletas.

b) Saúde: o estímulo às atividades físicas está diretamente relacionado ao ambiente construído nas cidades. Mais espaços verdes contribuem para mais uso do tempo livre com atividades físicas. Ademais, há aspectos da saúde que transcendem o biológico, trazendo também aos moradores a “percepção” de bem-estar que colabora com a saúde mental. Além disso, os espaços públicos gerados por tais intervenções podem ser usados por programas de saúde da família, ligados às Unidades Básicas de Saúde (UBS) locais, bem como aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

c) Educação formal e não formal: as soluções baseadas na natureza são campo fértil para o ensino formal, ao estimular a incorporação destas discussões sobre o espaço físico local às escolas em cada território. As mais diversas disciplinas do currículo escolar podem incorporar ao seu currículo os conteúdos referentes à biologia, geografia/geologia, matemática, história, educação física, artes, língua portuguesa, dentre outras, a partir da própria intervenção realizada em cada território. Além disso, as associações locais, por meio de atividades de educação não formal podem estimular o uso dos espaços e o cuidado, gerando sentimento de pertencimento, por meio de programas que atinjam desde crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos: festas, eventos temáticos, atividades comunitárias, grupos de atividades temáticas (skate, hip-hop, grafite, futebol, basquete e outras atividades esportivas). Dentre outras estratégias de educação não formal, essas são realizáveis nesses espaços gerados, bem como hortas urbanas, espaços de permacultura e agroecologia urbanas, dentre outras atividades.

d) Cultura, esportes e lazer: mais espaços verdes nos quais a população possa estabelecer vínculos de sociabilidade estimular a participação cultural, as atividades esportivas e o uso mais diversificado do tempo livre por meio de diversos lazeres. Os espaços gerados por tais intervenções podem se articular com os

grupos culturais e equipamentos públicos locais e promover o cuidado com o espaço por meio do uso público.

e) Habitação: frequentemente, intervenções realizadas a partir de parâmetros de SBNs envolvem diretamente a realocação de habitações populares, gerando benefícios sociais aos residentes locais, desde que possam optar por continuar a viver na mesma territorialidade. Os espaços públicos gerados podem levar a uma maior percepção de bem viver na localidade, desde que outras políticas urbanas estejam articuladas: coleta e tratamento de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, limpeza urbana, calçamento de ruas e instalação de equipamentos públicos: escolas, creches, centros de saúde, dentre outras.

Na escala municipal, esses benefícios locais podem contribuir com a construção de um município mais resiliente às mudanças climáticas, com maior qualidade de vida e com um maior sentimento de pertencimento de seus moradores (FRANTZESKAKI, 2019; GÓMEZ *et al.*, 2015). A geração de mais espaços verdes no município contribui também com soluções de políticas públicas locais e intersetoriais, fazendo com que a ação do poder público municipal seja mais efetiva, eficaz e eficiente. Espaços verdes auxiliam na integração de propostas de saúde, educação, cultura, esportes e lazer e podem promover uma ação mais consistente dos programas das escolas públicas locais, unidades básicas de saúde e outros equipamentos de cultura, esportes e lazer já existentes no território (PACHECO, 2016; PACHECO; RAIMUNDO, 2015).

No entanto, a percepção obtida por meio do trabalho de campo realizado no Jardim Maravilha/RJ indica problemas sociais que precisam ser equacionados junto com a implantação do parque. As questões relativas à moradia nos parecem bastante complicadas em parte do território, sem a devida regularização fundiária e com frentes de ocupação em andamento. Parte do bairro ainda não dispõe sequer de calçamento nas vias públi-

cas, pouca iluminação pública, embora os equipamentos sociais básicos, tais como escola e unidades básicas de saúde, estejam presentes. A mobilidade internamente ao bairro depende, fundamentalmente, de deslocamentos a pé e por bicicletas, e as estruturas de calçadas são ainda pouco confortáveis e ciclovias são inexistentes. A conectividade com o restante da cidade se dá, sobretudo, por ônibus que acessam apenas as principais vias, asfaltadas. A participação social não apresenta a organicidade desejada, o que torna ainda mais desafiador pensar na futura governança do parque linear a ser implantado.

E por falar em governança de parque urbano: quais modelos?

A título de conclusão desse capítulo, seria importante deixar aqui ainda mais algumas janelas abertas para futuras investigações a partir do que temos visto em campo. Se, no primeiro caso, percebe-se já, inclusive, a perspectiva de pensar a “gestão” do parque, no segundo caso o parque não passa de uma proposta ainda muito genérica, embora tenha havido toda uma pressão no edital de elaboração do projeto por pensar uma “modelagem de gestão” também para o parque do Rio de Janeiro. Ora, imaginar modelagem de gestão de Parque Urbano com participação privada numa área ainda com tamanhas desigualdades de acesso a direitos básicos que são função do Estado soa como piada de mau gosto. Mas em São Paulo a ideologia predominante não tem sido outra senão pensar o funcionamento de parques a partir de que tipos de “negócios” ele pode gerar, deixando de lado a percepção da importância ambiental e do parque como território de direitos (saúde, educação lazer, cultura, mobilidade urbana e até segurança alimentar em alguns casos). Nesse sentido, deixamos aqui uma reflexão sobre “governança” de parques urbanos, com o olhar crítico sobre o que vem acontecendo tanto

em São Paulo como no Rio de Janeiro, com governos embebedos e que flertam o tempo todo com políticas neoliberais. Vou tentar resumir aqui alguns pontos:

1) Oferta de serviços privados em parques públicos é importante, sempre existiu: alimentos e bebidas, estacionamento, aluguel de bicicletas, outras atividades recreativas, eventos pagos em determinados espaços e períodos. Portanto, nada contra a participação da iniciativa privada. O problema é justamente o formato dessa participação privada.

2) O que parece ter se tornado um modelo muito particular aqui no Brasil tem sido concessões espelhadas e baseadas em concessões de rodovias: conceder o parque na íntegra e por um tempo muito longo (30/35 anos) sem uma efetiva contrapartida auditável e com acompanhamento social, pois não há “agência reguladora” para estes casos. Isso tem provocado situações em que a empresa concessionária simplesmente deixa de investir em algum espaço ou equipamento dentro do parque por simplesmente considerar não rentável. Vide o caso da reforma da Marquise do Ibirapuera, que a concessionária do parque insiste em dizer que está fora do contrato, e a responsabilidade da obra seria da prefeitura, com custo previsto de mais de 70 milhões de reais.

3) Há várias formas de melhorar os serviços dentro dos parques, com contratos de prestação de serviços específicos de tempo menor e com contrapartidas claras: isso gera também emprego e renda local, pois a tendência é que vários serviços possam ser prestados por empresas familiares e microempresas locais e até mesmo cooperativas, como é o caso de todo o comércio dentro do Parque do Carmo, em São Paulo (96 famílias, cooperadas).

4) O Estado, de forma geral, ao entregar esse patrimônio público, o parque, na mão de uma empresa, parece desconsiderar o patrimônio ambiental, cujo cuidado também envolve cus-

tos elevados, que o “parceiro” privado pode deixar de realizar na excelência devida (manejo de fauna e flora, obras de drenagem, cuidado com nascentes e cursos d’água, dentre outros). Vide a construção de uma loja de materiais esportivos no Ibirapuera em área de Proteção Permanente – APP, colada no Ribeirão do Sapateiro. Enfim, o Estado não quer administrar múltiplos contratos que seriam necessários para fazer um parque funcionar bem. E os tem entregue na íntegra a uma só empresa, modelo que não existe em outros lugares do mundo.

Finalmente, é preciso deixar claro que a gestão dessas áreas no Brasil nunca foi profissionalizada. Em São Paulo, é “cabide de emprego” de vereador, com diversos gestores indicados e sem a mínima competência técnica. O setor público deveria profissionalizar essa área por meio de concursos públicos para gestores de parques e fortalecer os órgãos centrais (secretarias do verde), para atuar de forma SISTÊMICA em relação a esses espaços na cidade. De que adianta “conceder” apenas 5 parques num sistema de parques que deveria ter mais de 150 áreas numa cidade como SP ou RJ? E as outras áreas não “concedidas”? Como ficam? Como sabemos, apenas o “filé” vai para a iniciativa privada e os parques mais periféricos ficarão na conta do orçamento público.

Espaço público como Parque não é GASTO, é investimento no Direito à Saúde, Educação e Lazer! Vide Bogotá! Vide Cidade do México, cujo maior parque urbano (Bosque de Chapultepec, quatro vezes maior que o Ibirapuera) segue totalmente público, com vários tipos de serviços privados prestados por empresas locais e acompanhado por um conselho comunitário. Aliás, foi eleito o melhor parque urbano do mundo recentemente, pela *World Urban Parks*. Portanto, é preciso fortalecer os conselhos gestores dos parques, cuja governança passa necessariamente pela participação ativa da população frequentadora e moradora do entorno dessas áreas.

Referências

- ARAUJO, Marcella; CORTADO, Thomas Jacques. A Zona Oeste do Rio de Janeiro, fronteira dos estudos urbanos? *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 13, n. 1, 2020.
- CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira. Soluções baseadas na natureza (SbN) e drenagem urbana em cidades latino-americanas: desafios para implementar soluções fluidas em ambientes rígidos. *Revista LABVERDE*, FAUUSP, São Paulo, v. 11, n. 01, 2021.
- CORTADO, Thomas Jacques. Aos poucos: agenciando pessoas, casas e ruas na periferia do Rio de Janeiro. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11.01, p. 195-217, jan./abr. 2021.
- CORTADO, Thomas Jacques. “Tem de enfrentar a chuva”: casa, vida e mobilidade entre camadas populares brasileiras. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-5, 2020.
- COSTA, Babette Fernandes Martins; SAKURAI, Tatiana. A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas, horta da Dona Sebastiana, Agrofavela-Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. *Revista LABVERDE*, FAUUSP, São Paulo, v. 11, n. 01, 2021.
- COWIE, S. *Brazil: Venezuelan migrants find refuge in forest shantytown*. Al Jazeera, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/4/25/brazil-venezuelan-migrantsfind-refuge-in-forest-shantytown>.
- FERREIRA, Deocleciana; RICHMOND, Matthew; PACHECO, Reinaldo; IACONO, Débora. Uma tragédia ambiental anunciada: falhas do Estado e a destruição da Mata da Juta, Sapopemba/SP. *Cadernos do ILP*, v. 4, n. 3, p. 70-78, 2023.
- FERREIRA, Deocleciana. *Fazenda da Juta: Uma trilha entre o rural e o urbano*. São Paulo: Editora CRV, 2021
- FRAGA, Raíza Gomes. *Soluções baseadas na natureza: elementos para a tradução do conceito às políticas públicas brasileiras*. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PACHECO, R. T. B. • Questões socioambientais em parques urbanos: repensando ca(s)os em São Paulo e no Rio de Janeiro

FRANTZESKAKI, Niki. Seven lessons for planning nature-based solutions in cities. *Environmental Science and Policy*, 93, p. 101-111, 2019.

GÓMEZ, Edwin; BAUR, Joshua W. R., HILL, Eddie; GEORGIEV, Svetoslav. Urban Parks and Psychological Sense of Community. *Journal of Leisure Research*, v. 47, n. 3, p. 388-398, 2015.

KABISCHI, N.; KORN, H.; STADLER, J.; BONN, A. *Nature based solutions to climate change adaptation in urban areas: Linkages between Science, Policy and Practice*. Springer Open, Switzerland, 2017.

LARSON, Lincoln R.; HIPPI, J. Aaron. Nature-based Pathways to Health Promotion: The Value of Parks and Greenspace. *North Carolina Medicine Journal*, v. 83, n. 2, p. 99-102, 2022.

LEITE, Carlos (org.). *Guia de urbanismo social* (livro eletrônico). São Paulo: BEI Editorial: Núcleo de Urbanismo Social do Laboratório Arq. Futuro de Cidades do Insper e Diagonal, 2023.

PACHECO, Reinaldo. Lazer e cidades: protagonismos e antagonismos nas lutas por espaço. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SEESC*, v. 2, p. 92-98, 2016.

PACHECO, Reinaldo; RAIMUNDO, Sidnei. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, p. 43-66-66, 2015.

RICHMOND, Matthew A. O devir-lugares das periferias urbanas: transformações socioespaciais no bairro de Fazenda da Juta. In: RICHMOND, M. A.; OLIVEIRA, V. C.; KOPPER, M.; GARZA, J. (eds.). *Espaços Periféricos: Política, Violência e Território nas Bordas da Cidade*. São Carlos: EdUfscar, 2020.

SANDRE, Adriana A. *Landscape informa on modeling: um conceito para projetos de paisagens multifuncionais*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

CAPÍTULO 5

O patrimônio natural e o desenvolvimento do ecoturismo na região de Visconde de Mauá RJ/MG: um exemplo da produção de espaços turísticos¹

*Raquel Barbosa da Silva
Cleber Marques de Castro*

Introdução

Nos últimos anos, o fenômeno do turismo vem ganhando destaque como uma das mais importantes práticas sociais e econômicas da sociedade contemporânea, demonstrando ser também uma atividade que organiza e (re)produz o espaço geográfico. Para Rodrigues (2001), essa, por ser complexa, necessita da participação da geografia para explicá-la, uma vez que se trata da ciência que busca interpretar os arranjos espaciais.

Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise sobre as transformações espaciais, advindas do turismo, na região de Visconde de Mauá, da década de 1970, momento de fortalecimento dessa atividade, aos dias atuais. Buscou-se compreender como os elementos naturais exercem forte atração turística e de que forma atuam os agentes sociais responsáveis pela produção e reprodução deste espaço

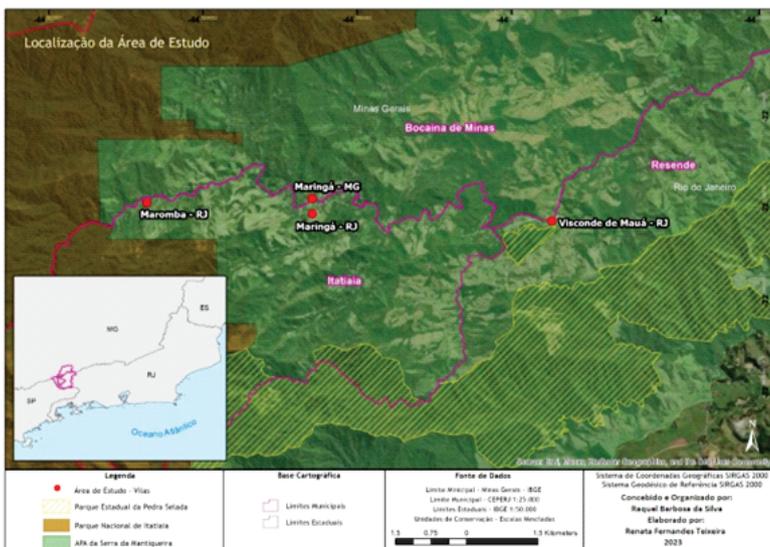
¹ Capítulo elaborado a partir da dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2023, no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), intitulada *Da valorização da imagem à mercantilização: a produção do espaço turístico em Visconde de Mauá/RJ-MG*, sob a orientação do Professor Doutor Cleber Marques de Castro.

turístico, tendo como principal exemplo o Parque Estadual da Pedra Selada (PEPS).

Destaca-se que a região de Visconde de Mauá, recorte espacial da pesquisa, localiza-se na região de governo do Médio Vale Paraíba Fluminense, no alto da serra da Mantiqueira, com 1.200m acima do nível do mar. Nesse vale, encontra-se a microbacia do rio Preto com diversas quedas-d'água, e também se integra a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira, o Parque Nacional do Itatiaia (PNI) e o PEPS.

Essa região se estende por dois estados, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo partilhada por três municípios: Resende/RJ, Itatiaia/RJ e Bocaina de Minas/MG. Além disso, subdivide-se em três núcleos principais de ocupação: a vila de Visconde de Mauá (município de Resende); a vila de Maromba (município de Itatiaia) e a vila de Maringá, dividida em Maringá/RJ e Maringá/MG pelo Rio Preto (Figura 1).

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: Silva, 2023.

Ressalta-se que, a partir da década de 1980, a região passou a receber mais turistas como parte de um processo de comercialização do exótico e de valorização dos recursos naturais. Nos anos seguintes, torna-se um importante centro turístico com a chegada de novos comerciantes, diversificando as opções de lazer e gastronomia (MASCARENHAS, 2009).

Em relação aos procedimentos para a construção da pesquisa, foram realizados: trabalhos de campo em 2022 e 2023 (que contou com auxílio financeiro do PPGGEO/UFRRJ); uma ampla revisão bibliográfica; uma revisão documental; além de fontes especializadas, materiais em associações diversas e redes sociais de atores institucionais relacionados. Também seguiu os princípios da metodologia da pesquisa qualitativa, privilegiando-se a abordagem empírica, que busca compreender as interações espaciais enquanto um processo social centrado nos resultados das ações dos atores sociais. Durante todo o campo, foram feitos registros fotográficos no local e utilizadas imagens de redes sociais com objetivo de embasar o trabalho. Então, o estudo teve como procedimentos operacionais a análise de fontes primárias e secundárias, com cunho qualitativo, uma vez que se buscou a compreensão e a interpretação dos dados coletados.

O Patrimônio Natural e o Ecoturismo em Unidades de Conservação

O turismo vem impulsionando o movimento de patrimonialização do espaço natural, em razão da importância dada aos elementos naturais (BELLO, 2015). Para Alves (2016), o patrimônio é identificado como um espaço demarcado e, legalmente protegido, incluindo tanto obras do acervo histórico-cultural quanto as de origem natural. De acordo com Souto (2012, p. 53), a partir de 1948, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) têm estabelecido

debates acerca da noção de patrimônio e definiu o termo em bases amplas, incluindo:

monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras-de-arte, parques naturais, paisagens modificadas pelo Homem, ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas e tradições orais e imateriais da cultura popular.

Conforme Scifoni (2008), a natureza ao ser reconhecida, em 1970, como Patrimônio Natural pela UNESCO, através do processo de tombamento, passou a ser compreendida como parte da sociedade e mantida por meio das práticas sociais, preservando a memória cultural da coletividade. Nesse contexto, Serano (1993) afirma que os lugares, ou melhor, alguns tipos de lugares, passam a ganhar sentidos e valores atribuídos pelas pessoas. Ito (2010, p. 5) destaca a importância da paisagem no crescimento do fluxo turístico e explica que “é a primeira instância do contato do turista com o lugar visitado”, tornando-se mercadoria a ser apropriada.

Scherer *et al.* (2017) sustenta que a atividade turística, em virtude de interesses capitalistas, percebeu que o patrimônio natural poderia ser transformado em algo a ser consumido. Thévenin (2009) compartilha do mesmo pensamento, ao explicar que lugares são vendidos como mercadorias, devido à procura de visitantes em consumir territórios com forte influência da natureza.

Ressalta-se que, apesar de o turismo ter se apropriado das belezas naturais, por saber que esses elementos exercem forte atração nas pessoas, os gestores dessa atividade têm demonstrado preocupação com as questões ambientais. Não é por acaso que tem crescido a pauta ambiental em debates que buscam discutir o cuidado com os recursos naturais (GOMES; SANTOS; CORDEIRO, 2020). Assim, as Unidades de Conservação (UC's), que são as áreas de preservação, agrupadas conforme o controle

ao uso, surgem com o objetivo de garantir a biodiversidade. É importante destacar que a ideia de criação de áreas protegidas, como é identificada hoje, já aparecia na segunda metade do século XIX:

as bases teóricas e legais para se conservar grandes áreas naturais foram definidas na segunda metade do século XIX, quando da designação de hectares da região nordeste de Wyoming como Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. De acordo com Nash, essa destinação foi ‘o primeiro exemplo da preservação de grandes áreas naturais no interesse público’ (DIEGUES, 2008, p. 101).

Segundo Diegues (2008), após a criação desse parque, outros países adotaram a mesma iniciativa. No Brasil, o primeiro Parque Nacional foi criado em 1937, no município de Itatiaia, estado do Rio de Janeiro. A finalidade de criação desse espaço ocorreu em fomento à pesquisa científica, lazer e turismo para todos os visitantes.

No intuito de fortalecer as iniciativas de preservação ambiental, em toda extensão territorial brasileira, foi criada a legislação de proteção das Unidades de Conservação (UC's), intitulada como Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sob a Lei nº 9.985/2000. Nos parâmetros da Lei, a UC, denominada Parque, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais, de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades educativas e a interpretação ambiental, além de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico.

À vista disso, as paisagens naturais “tornam-se pretextos para a descoberta, a iniciação, à educação e o espírito de aventura e, dessa forma, dão origem a um novo mercado, o ecoturismo” (RUSCHMANN, 1997, p. 21). Em concordância com o autor, Souza (2012) reitera que as paisagens, que pouco sofreram modificações, foram as apropriadas pelo turismo alternati-

vo ou de natureza, também chamado de ecoturismo. Vale destacar que o debate sobre essa modalidade é relativamente recente. A definição de diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, elaborada em 1994 pelo Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, ainda continua sendo referência no país.

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

Desse modo, por ser conhecida como uma importante região ecológica fluminense, a região de Visconde de Mauá, nos últimos anos, tem atraído muitos visitantes que buscam desfrutar de suas belezas naturais, através do ecoturismo. Essa região é conhecida pelo clima ameno, pela qualidade do ar e exuberância da vegetação, fazendo dela um lugar muito especial para práticas de lazer², conforme analisamos a seguir.

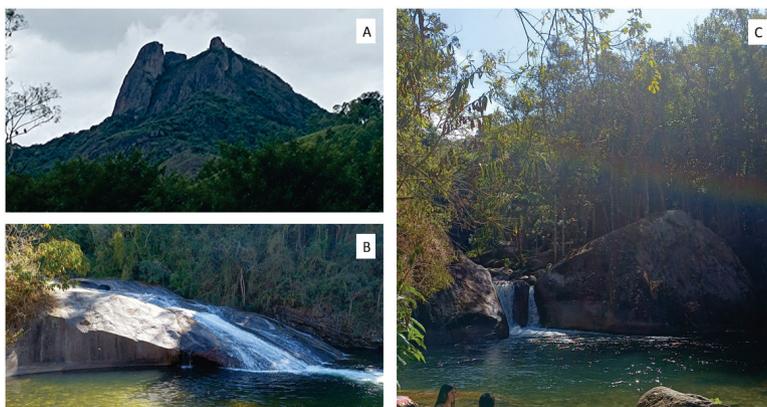
A Região de Visconde de Mauá (RJ/MG): patrimônio e ecoturismo no Parque Estadual da Pedra Selada (PEPS)

Dentre os principais atrativos, destaca-se o Pico da Pedra Selada (Campo Alegre, Resende/RJ), que é um afloramento rochoso em forma de sela de cavalo, a qual dá nome ao Parque Estadual. Possui 1.755 metros de altitude e oferece visibilidade para o Pico das Agulhas Negras, também para o Vale do Paraíba

² Segundo Dumazedier (2000, p. 34), o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

e Serra da Bocaina. Outro, muito procurado pelos visitantes, é a cachoeira do Escorrega (vila de Maromba, Itatiaia/RJ), uma espécie de tobogã, com cerca de 20 metros de extensão. E, por último, o Poço da Maromba (Maromba, Itatiaia/RJ), que é uma piscina natural, rodeada de rochas, com uma pedra ao alto que proporciona um salto nas águas do poço de 7 metros (Figura 2).

Figura 2: Principais atrativos naturais da região de Visconde de Mauá. imagem A - Pico da Pedra Selada; imagem B - Cachoeira do Escorrega; imagem C - Poço da Maromba



Fonte: Raquel Barbosa da Silva, julho de 2022.

Diante dessas paisagens naturais deslumbrantes, o ecoturismo se estabelece como mais uma atividade oferecida pelo capital. Nessa região, o turismo de aventura faz parte do projeto “Rotas do paraíso – Caminho eco aventuras”, em que o visitante interage com a paisagem local através de atividades, como: trilhas, *boia cross*, *rapel*, cachoeirismo ou *cascading*, *rafting*, *off-road*, *trekking*, entre outras. Algumas dessas são oferecidas no Parque das Corredeiras, localizado no Vale do Alcantilado – Bocaina de Minas/MG (Figura 3).

Figura 3: Atividades de ecoturismo desenvolvidas no Parque das Corredeiras, Vale do Alcantilado/MG



Fonte: Parque Corredeiras. Instagram: [parquecorredeiras](https://www.instagram.com/parquecorredeiras/). Disponível em: <https://www.instagram.com/parquecorredeiras/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

Cabe mencionar que as diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo já incluíram em seus objetivos o “aproveitamento do ecoturismo como veículo de Educação Ambiental para turistas, comunidades locais e empreendedorismo do setor” (NEIMAN, 2008, p. 40). Para Neiman (2007), o ecoturismo pode ser uma oportunidade de transformar o visitante em um apoiador das questões ambientais, à medida que a experiência do visitante é orientada pela sensibilização e mudança de percepções. Indubitavelmente, ao interpretar uma paisagem, o visitante percebe o mundo a partir do seu olhar, da sua história, e a experiência vivida no local pode levar à construção de novos saberes. O autor acrescenta dizendo que:

a educação, a percepção e o lúdico são utilizados para possibilitar a expansão de uma consciência conservacionista através, sempre, do envolvimento afetivo das pessoas com a natureza e as culturas locais, numa tentativa de apropriação desse novo território como sendo seu (NEIMAN, 2007, p. 60).

Conforme a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a Educação Ambiental (AE) acontece através de:

processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade³ (BRASIL, 1999).

Assim, como em várias outras partes do Brasil e do mundo, na região de Visconde de Mauá, o ecoturismo também se desenvolve em Unidades de Conservação⁴. A saber: APA da Serra da Mantiqueira; Parque Nacional do Itatiaia (PNI); e Parque Estadual da Pedra Selada (PEPS). Dentre essas UC's, destaca-se o PEPS, por possuir a sua sede localizada na vila de Visconde de Mauá e desenvolver importantes atividades que incluem elementos naturais e culturais para os residentes e turistas.

De acordo com o Plano de Manejo, o PEPS é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e é administrado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Este foi inaugurado em 15 de junho de 2012, pelo Decreto nº 43.640, e apresenta uma área total de 8.036 ha, localizada nos municípios de Resende/RJ (6.302 ha) e Itatiaia/RJ (1.733 ha). Isto é, está, parcialmente,

³ Sustentabilidade tem a ver com sustentável, durável. É aquilo que se sustenta por muito tempo. A partir da década de 1960, um novo conceito de desenvolvimento começou a se consolidar, verificando-se, desde então, uma maior preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento econômico do planeta. Esse desenvolvimento está diretamente relacionado ao modelo de consumo vigente, aos efeitos negativos da acumulação e do desperdício, e aos riscos da degradação do meio ambiente (BRASIL, 2007, p. 16).

⁴ O SNUC define 12 unidades de conservação agrupadas conforme seu nível de restrição em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. As Unidades de Uso Sustentável são: Área de proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

inserida na APA Federal da Serra da Mantiqueira e com porções do seu limite na Zona de Amortecimento⁵ do PNI (DETZEL *et al.*, 2017). Os principais atrativos, apresentados pela UC, são: o Pico da Pedra Selada; a Trilha do Bosque do Visconde; o Poço do Marimbondo; e o Centro de Visitantes, localizado na sede do parque (Figuras 4 e 5).

Figura 4: Placa, no PEPS, indicando a localização do parque e os seus principais atrativos



Fonte: Raquel Barbosa da Silva, janeiro de 2023, vila de Visconde de Mauá.

⁵ Segundo a Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, 2000).

Figura 5: Frente da sede do PEPS, onde se localiza o Centro de Visitantes (vila de Visconde de Mauá, Resende/RJ)



Fonte: Raquel Barbosa da Silva, janeiro de 2023.

É relevante mencionar que, nessa sede, também funcionam a Administração Regional da prefeitura de Resende, assim como o Centro de Referência da Assistência Social (Cras) para atendimento à população. As reuniões acontecem no auditório, que também é disponibilizado para encontros de escolas da região.

Na sede do Parque, logo na entrada, está o Centro de Visitantes. Nesse espaço, estão presentes os guardas-parques⁶ da UC que orientam os visitantes sobre os atrativos e os projetos desen-

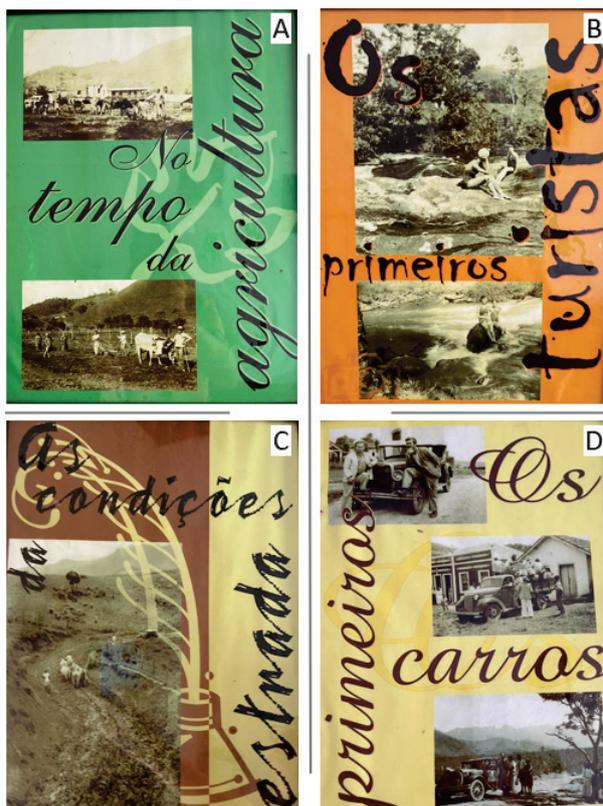
⁶ Segundo o INEA, a criação do cargo de guarda-parque, pelo decreto nº 42.471 de 25 de maio de 2010, visou a consolidar uma doutrina de cuidado permanente com as unidades de conservação da natureza e a atenção constante com os seus visitantes. Para esse instituto, os guardas-parques são profissionais capacitados para atuar diretamente nas unidades de conservação de proteção integral estaduais e suas respectivas zonas de amortecimento. Além de receber e orientar visitantes, têm como atribuições também monitorar trilhas; prevenir e combater incêndios florestais; apoiar a fiscalização de desmatamentos e outras infrações ambientais; realizar ações de busca e salvamento; realizar atividades de educação e interpretação ambiental; manejo de fauna; apoio à pesquisa científica; e, ainda, desempenhar ações de caráter socioambiental junto às comunidades do entorno das UCs (BRASIL, 2010).

volvidos na Unidade. Posteriormente, os guardas-parques oferecem uma breve aula de educação ambiental e todos são informados da importância do parque para a preservação e realização de atividades ecoturísticas. Desse modo, entende-se que, em uma UC, é fundamental que os turistas estejam cientes das regras e das condições que devem ser respeitadas, garantindo, assim, um percurso responsável pelo parque.

Mais adiante, no Centro de Visitantes são apresentados alguns projetos elaborados na UC, dentre eles: o Projeto de Monitoramento de Avifauna com os registros do programa anual, desenvolvido pelo INEA, denominado “Vem Passarilhar”, com quase 300 espécies de aves encontradas no parque; e o Projeto de Monitoramento da Flora da região, com explicações das espécies nativas da Mata Atlântica, catalogadas dentro dos limites do parque. Além disso, conta com uma exposição de algumas sementecias com diferentes sementes dessa flora.

Outro importante espaço do PEPS é o auditório. Esse, além de servir como espaço de interação, também abriga o Projeto Núcleo de Memória Socioambiental. A criação desse projeto objetiva a preservação do patrimônio natural, a valorização da identidade cultural das comunidades locais e o incentivo ao turismo no PEPS e em outros lugares turísticos da região de Visconde de Mauá (Figura 6). Nessa figura podemos observar: imagem A - Quadro que mostra a agricultura no tempo em que era a principal atividade da região; imagem B - Quadro que identifica a chegada dos primeiros turistas; imagem; imagem C - Quadro que apresenta as condições precárias das estradas; imagem D - Quadro que exhibe os primeiros automóveis na região.

Figura 6: Imagens do espaço Núcleo de Memória Socioambiental da região de Visconde de Mauá



Fonte: Acervo do PEPS, fotografia de Raquel Barbosa da Silva, janeiro de 2023.

Vale mencionar que o PEPS é aberto para visitação, todos os dias da semana, e é muito procurado, tanto pela população residente quanto pelos turistas, que buscam apreciar as belezas naturais e culturais da região. Uma das ações ecoturísticas, implementada na UC, é a “Caminhada por Trilhas”. Destaca-se que a ideia de trilha, durante muito tempo, era somente a da prática de esportes de aventura (*mountain bike, trekking*, por exem-

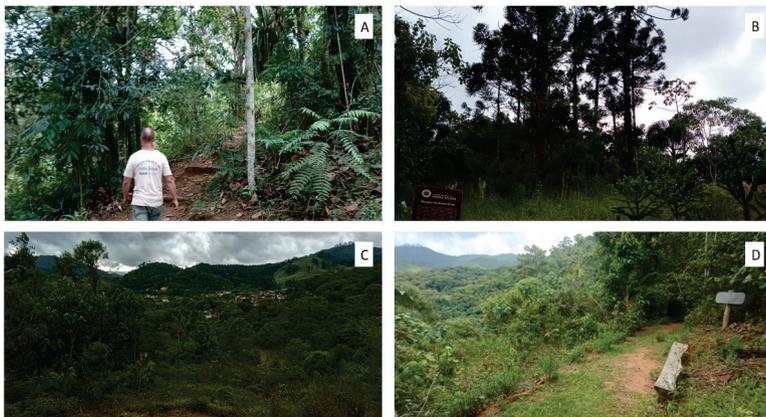
plo), ligada ao turismo ecológico ou contemplação da natureza, mas, hoje, tem servido como um valioso instrumento de educação ambiental (ROCHA; BARBOSA; ABESSA, 2010).

A trilha realizada no PEPS é classificada, por seus organizadores, como interpretativa⁷ e localiza-se no Bosque do Visconde. Tem o seu início ao lado da sede da UC e possui 1200 metros de percurso total, sendo considerada como grau leve de dificuldade. Ela possibilita uma visão panorâmica da vila de Visconde de Mauá, da Serra da Mantiqueira e da Pedra Selada. Destina-se à comunidade local, turistas e pesquisadores com o objetivo de desenvolver diversas atividades de lazer, ensino, pesquisa, extensão e, ainda, promover novos hábitos, atitudes e valores que busquem a proteção ambiental.

Ressalta-se que a área inicial do Bosque está em processo de restauração florestal, com plantio de mudas de árvores nativas, realizado, juntamente, com alunos das escolas da região. Mais adiante, a trilha percorre um trecho de bosque em uma pequena amostra da Mata Atlântica, classificada como Florestas Ombrófila Mista, onde se destacam as bromélias e algumas espécies de aves nativas (INEA, 2023). Com um percurso em torno de 30 minutos, observa-se um bosque de araucárias e mirantes, em pontos estratégicos, com vista para a Pedra Selada (Figura 7). Nas fotos podemos observar: imagem A - Guarda-parque percorrendo a trilha; imagem B - Bosque de araucárias no caminho da trilha; imagem C - Vista panorâmica da serra da Mantiqueira e da vila de Visconde de Mauá; imagem D - Mirante para observação da Serra da Mantiqueira.

⁷ Segundo Sekima (2017), trata-se de um ambiente que proporciona ensino em espaços não formais, viabilizando encantamento, descobertas, ensinamentos e aprendizagens aos seus usuários.

Figura 7: Trilha do Bosque do Visconde, no PEPS



Fonte: Raquel Barbosa da Silva, janeiro de 2023, vila de Visconde de Mauá.

Ainda sobre essa trilha, complementa o guarda-parque:

antes, as pessoas precisavam ir a lugares distantes para fazer uma trilha, como a Pedra Selada ou Poço do Marimbondo. Hoje, elas possuem uma aqui, atrás da sede do parque, que é a Trilha do Bosque do Visconde. Também estamos implementando uma sensorial que atenda ao público com necessidades especiais. Já estamos construindo os canteiros sensoriais, vamos instalar os cabos guias, fazer um piso tátil, ainda num espaço curto, mas voltado para atender todo tipo de público. E nessa trilha, a gente começa a apresentar a fauna e flora local, especificamente pela altitude da serra da Mantiqueira. Sai de Resende, a 400 m, e chega, aqui com quase 1300 m e alcançando na Maromba quase 2000 m.

Aos turistas que chegam, nós perguntamos quanto tempo ficarão na região, onde estão hospedados e oferecemos uma trilha guiada num final de semana, seja na sexta ou sábado. Aí, eles voltam, já com um grupo específico, e fazemos uma curta ou longa, dependendo do grupo. Temos duas para isso: a trilha do Bosque do Visconde (de 1 km) e a trilha do Batambu (de 4 km), ambas circulares, onde o turista entra e sai pelo mesmo local que entrou com toda uma imersão na mata atlântica, todo um visual da região. A de maior altitude, por exemplo, além de oferecer a imersão na mata atlântica, tem essa visão de cima

da região onde pode ser visto o ponto mais alto do estado do RJ, que é o Pico das Agulhas Negras (informação verbal)⁸.

Para Siqueira (2004), as trilhas permitem que os visitantes interpretem a paisagem através dos significados e relações que permeiam o ambiente. Dessa forma, a natureza tem um novo entendimento, levando o visitante a pensar, de maneira crítica, sobre os recursos a serem protegidos.

É preciso mencionar que os visitantes são orientados a não tirarem os galhos, folhas, flores e frutos das árvores, pois essas ações fazem barulho e assustam os animais, provocando a fuga das aves de seus ninhos. Quanto ao descarte do lixo, o guarda-parque explica que, durante todo o percurso da trilha, a maioria dos visitantes ficam preocupados porque não encontram lixeiras ao longo do caminho, mas a instrução passada é a seguinte:

se você leva seu lixo pesado na trilha e o consome, fica mais leve. Então, você pode trazê-lo de volta. Caso você o deixe, o animal poderá encontrá-lo, levá-lo para dentro da floresta e morrer ao consumi-lo. Aí, mostramos que não precisa ter lixeira na trilha, pois o turista que vai fazê-la, tem que ter a consciência de que ele não pode deixar o lixo lá. Ele tem que trazer e descartar onde existe coleta, separação, ou seja, onde existe o cuidado com o que é lixo e com o que é reciclável ou compostável (informação verbal)⁹.

Segundo o guarda-parque, grande parcela dos visitantes não tem muito conhecimento sobre o que é uma UC. No entanto, ele observa que isso vem mudando, nos últimos anos, pois o público está mais consciente no que tange à poluição. O simples fato de pensarem no descarte do lixo de forma correta mostra que estão preocupados com a preservação da paisagem que tanto apreciam.

⁸ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

⁹ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

Ainda sobre o destino do lixo, o entrevistado explica que há, dentro da sede do parque, duas composteiras: uma orgânica e outra de leira. A orgânica é para onde vai o resto de comida da cozinha do parque e, às vezes, da escola que fica ao lado da sede. A outra, de leira, é de limpeza de jardinagem que atende tanto o parque quanto os residentes quando fazem varreduras em seus quintais. Dessa composteira, é retirada a terra tratada para hortas, canteiros e jardins.

Em relação ao número de visitantes, há um sistema de monitoramento das trilhas, através do Eco-contador¹⁰, além do livro de cume e de outro livro na sede, os quais registram as assinaturas. Desses dados, tiram-se médias mensais e anuais. Vale destacar que a contagem pelo Eco-contador de trilhas, realizado na trilha do Bosque do Visconde e do Poço do Marimbondo, é mais pontual. Já o livro de cume, utilizado na trilha da Pedra Selada, segundo relatos do guarda-parque, vem passando por dificuldades de monitoramento.

O guarda-parque salienta que, desde o ano de 2019, os livros de cume, oficiais do parque, começaram a ser substituídos por outros do sítio do proprietário. Entretanto, o dono do principal acesso à Pedra Selada, eventualmente, faz a coleta desses exemplares de cume e se recusa a disponibilizá-los para contagem. Diante disso, o procedimento atual é a visita ao atrativo e o registro fotográfico das páginas para cômputo. Há de se destacar

¹⁰ Eco-contadores são sistemas de monitoramento de fluxo de visitantes em trilhas que geram informações precisas sobre como são utilizadas. A partir daí, é possível pensar como diluir a quantidade de visitantes, saber qual trilha é mais utilizada, qual necessita maiores cuidados ou presença de guardas-parques. Um dos modelos de sensores é o conhecido como “lousa acústica”: sensor que fica enterrado no leito da trilha, invisível e sensível à variação da pressão exercida através de uma pisada de pelo menos 10 kg. O equipamento coleta e transmite dados sobre quantidade de visitantes, sentido da marcha (entrada e saída da trilha) e a hora de passagem por aquele ponto (MATIAS; LINDOSO; LORENZETTO, 2013). O sensor “lousa acústica” é o utilizado nas trilhas do Poço do Marimbondo e Bosque do Visconde.

que o monitoramento, no Centro de Visitantes, é realizado a partir da assinatura de um livro na sede do parque, contudo nem todos os visitantes assinam (Tabela 1). Assim, entende-se que esses acontecimentos vêm impossibilitando um cálculo mais confiável.

Tabela 1: Registro de frequência mensal de visitantes nos principais atrativos do PEPS – ano de 2022

Método	Local	Ano 2022												
		jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Total
Eco-contador	Bosque do Visconde	182	124	112	162	376	310	238	108	122	126	108	82	2.050
Eco-contador	Poço do Marimbondo	476	524	460	722	384	444	739	268	278	386	327	248	5.256
Livro de Registro	Centro de Visitantes	266	204	153	433	319	812	733	358	399	300	349	412	4.738
Livro de cume	Pedra Selada	98	303	171	443	497	571	719	348	298	190	100	86	3.824
Total PEPS		1.022	1.155	896	1.760	1.576	2.137	2.429	1.082	1.097	1.002	884	828	15.868

Fonte: Arquivo PEPS, 2022, adaptado pela autora, 2023.

A partir dessa tabela, percebe-se que de abril a julho de 2022, foi o período de maior visitação ao PEPS, corroborando com os relatos de alguns entrevistados quanto aos meses mais expressivos de turistas na região. De acordo com esses informes, os meses referentes ao outono e inverno são os mais requisitados pelos visitantes, na busca de temperaturas mais baixas, proporcionadas pela geografia da região. Além disso, constata-se que os atrativos mais visitados foram o Poço do Marimbondo, seguido pela Pedra Selada. Outro dado, fornecido pelo parque, mostra o número de visitantes entre os anos de 2019 e 2022 (Tabela 2).

Tabela 2: Registro de frequência de visitantes aos principais atrativos do PEPS, entre os anos de 2019 a 2022

Método	Local	Registro de frequência por ano			
		2019	2020	2021	2022
Eco-contador	Bosque do Visconde	1.651	1.121	1.731	2.050
Eco-contador	Poço do Marimbondo	7.267	7.547	8.392	5.256
Livro de Registro	Centro de Visitantes	2.839	527	1.233	4.738
Livro de cume	Pedra Selada	1.252	823	5.368	3.824
Total	PEPS	13.009	10.018	16.724	15.868

Fonte: Arquivo do PEPS, 2022, adaptado pela autora, 2023.

Nesses dados, constata-se que, no ano de 2020, ocorreu uma queda nas visitas em comparação aos outros anos, evento que pode ser explicado devido ao primeiro ano da pandemia da Covid-19¹¹, com restrições mais rígidas impostas pelos governantes e a ausência de vacinas no Brasil nesse período. Nos anos de 2021 e 2022, observa-se uma elevação dos números de visitantes pela retomada de algumas atividades após o início da vacinação e uma tendência observada nos relatos, de alguns entrevistados, na busca de turistas pela procura por ambientes mais naturais e sem grandes aglomerações. Ademais, nota-se que o Poço do Marimbondo, que possui uma trilha de 280 metros em descida íngreme, por dentro da floresta de Mata Atlântica até a beira do rio Marimbondo, foi o atrativo mais visitado em comparação aos outros, nos últimos quatro anos, observados na tabela.

Além das trilhas, que são atrativos buscados pelos visitantes, o parque também desenvolve outros projetos de educação ambiental, intitulados “PEPS interativos”. São eles: Jardim das

¹¹ Cabe mencionar que o Centro de Visitantes esteve fechado entre os meses de abril de 2020 a junho de 2021, em razão das restrições implementadas pela pandemia da Covid-19.

Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs)¹², Hotel de abelhas nativas solitárias, Estufa, Viveiro de mudas, Laboratório de Hortas e Centro de Estudos Ambientais e Beneficiamento de Sementes (CEABS). A seguir, são apresentados cada um deles:

– Jardim das PANCs

O jardim das PANCs é um projeto que foi elaborado em 2018, pela equipe do PEPS, sendo a primeira Unidade do estado a inserir as PANCs na educação ambiental, segurança e conscientização alimentar dos visitantes. As PANCs, em geral, possuem alto valor nutricional, sendo algumas consideradas superalimentos. Além de todos esses benefícios, as PANCs também são cultivadas em equilíbrio com o meio ambiente, pois não utilizam agrotóxicos e fertilizantes.

– Hotel de abelhas nativas solitárias

A equipe do parque criou o Hotel de abelhas nativas solitárias em maio de 2021, com o objetivo de desmistificar a concepção genérica da existência de uma única espécie de abelha (*Apis melífera*). Além disso, a criação dos “hotéis” possui como finalidade abrigar abelhas solitárias, que não produzem mel e têm vida curta.

De acordo com informações, disponibilizadas na rede social do PEPS, essas abelhas ocupam o hotel para:

¹² O termo PANC foi criado em 2008 pelo Biólogo e Professor Valdely Ferreira Kinupp e refere-se a todas as plantas que possuem uma ou mais partes comestíveis, sendo elas espontâneas ou cultivadas, nativas ou exóticas que não estão incluídas em nosso cardápio cotidiano. Existem no Brasil pelo menos 3 mil espécies de plantas alimentícias com ocorrência conhecida no Brasil. Estima-se que em nosso País pelo menos 10% da flora nativa (4 a 5 mil espécies de plantas) sejam alimentícias. As PANCs representam espécies com grande importância ecológica, econômica, nutricional e cultural, que auxiliam uma melhor distribuição e produção dos alimentos, aliando-se à rusticidade e fácil manejo. Isso, em resumo, corresponde a mais sustentabilidade para os sistemas vivos (KELEN *et al.*, 2015).

pôr as crias, montar um ninho e acompanhar o desenvolvimento delas. Em geral, na natureza, essas abelhas criam ninhos em tronco de árvores ou em galhos. Elas são muito importantes na polinização de frutíferas, com destaque para o maracujá e a acerola (PEPEDRASELADA, 2022).

– Estufa

A estufa foi desenvolvida em 2018 e apresenta benefícios na produção de mudas, como a germinação das sementes em temperaturas certas, pois, cada semente possui a sua faixa ideal de ambiente para esse processo. O espaço também protege as mudas de chuva, granizo e vento, proporcionando um microclima adequado para produção de mudas em grandes quantidades.

– Viveiro de mudas

O viveiro de mudas foi concebido no início de 2018 e atrelado ao projeto da estufa. Tem por objetivo criar um ambiente protegido, onde as condições para o desenvolvimento das plantas sejam ideais. Também busca produzir mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para auxiliar na recuperação de áreas degradadas no interior e no entorno da UC, além de proporcionar, à comunidade local e turistas, o envolvimento na questão ambiental, doando algumas dessas mudas..

– Laboratório de hortas

Com mais de dez anos de criação, o laboratório de hortas tem por objetivo chamar atenção sobre os conceitos de segurança e alimentação saudável. A equipe do PEPS, através da educação ambiental, realiza periodicamente visitas às escolas para debater esses conceitos com os alunos, além de monitorar a evolução das mudas de origem orgânica.

– Centro de Estudos Ambientais e Beneficiamento de Sementes (CEABS)

O CEABS foi inaugurado em março de 2022 e é um local onde se realiza todo o processo de beneficiamento das sementes (limpeza, secagem e armazenamento). Também efetua trabalhos de educação com as escolas próximas e atende estudantes de universidades, uma vez que oferece uma estrutura semelhante à de um laboratório, disponibilizando lupas, microscópio, estufa de secagem, bancadas, pipetas, entre outros (Figura 16).

Ademais, segundo o guarda-parque, no Bosque do Visconde acontece o plantio de mudas junto à comunidade. Para ele (informação verbal)¹³, “seria muito fácil nós irmos, até lá, para roçar a área e fazer o plantio de árvores nativas, mas optamos por trabalhar juntos”. Nesse projeto, são plantadas mudas nativas, por exemplo as quaresmeiras, ao longo do córrego, que são árvores típicas de mata ciliar, além das araucárias, símbolo da região (Figura 8).

Figura 8: Crianças plantando araucárias no Bosque do Visconde



Fonte: Instagram: Pepedraselada. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ceeyvnu_rq/. Acesso em: 25 abr. 2023.

¹³ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

O mesmo entrevistado reitera que, em algumas árvores, são colocadas placas com nomes das escolas e turmas, ou seja, registra-se o nome do morador para ganhar o sentido de pertencimento. “Por um tempo, nós plantávamos algumas árvores e, às vezes, estavam vandalizadas e então pensamos que a melhor forma seria somar as forças e implementar o espírito participativo, pois quem planta junto, cuida junto” (informação verbal)¹⁴. Também acrescenta que:

aqui, na região da prainha, atrás daquela casa azul histórica, em frente à sede do PEPS, nós em 2013, plantamos 30 araucárias, todas com 50 centímetros. Hoje, elas estão com mais de 5 metros. Dessas 30, sobraram 10. É o símbolo do que a gente começou naquele momento plantando sozinhos. Hoje, nós temos essa mesma ação, mas agora feita no coletivo. Nas escolas, os antigos moradores estão entendendo o projeto e o seu valor (informação verbal)¹⁵.

Ressalta-se que a araucária é uma árvore que fomenta o turismo e a economia na região de Visconde de Mauá. Cabe mencionar que essa, em tempos remotos, também serviu para delimitar propriedades, é o que relata o entrevistado:

you will observe on the hills and realize that there is a row of araucária, because before she divided the properties. From that, she began to form the forests of araucárias. Here, in the region, we have a large quantity in the vale do Pavão, Baga-gem e Campo Alegre (informação verbal)¹⁶.

Assim, percebe-se a importância da araucária nas práticas da comunidade local e, para valorizá-la, ainda mais, foi criado, no parque, um projeto artístico e cultural chamado de “Mantiqueira, biodiversidade que inspira arte”. Essas peças ficam ex-

¹⁴ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

¹⁵ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

¹⁶ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

postas no Centro de Visitantes, mais precisamente na Sala de Exposições, e o projeto busca a interação da Mantiqueira com os artistas e as suas obras, através de pinturas, esculturas, artes plásticas, entre outros. O guarda-parque disserta:

nós procuramos os artistas locais e oferecemos o espaço do parque para que eles expusessem suas obras de dois a três meses. Nós disponibilizamos um coquetel de abertura dessa exposição, evento esse aberto para a comunidade e turistas. Desse modo, as pessoas aqui, começaram a conhecer os artistas da região através da pintura, escultura, poesia. Os artistas se surpreenderam ao dizer que não estavam pagando nada para ter a sua obra divulgada e ainda foram surpreendidos com um coquetel de abertura. Nesses coquetéis são utilizados muito da culinária local, além das PANCs (informação verbal)¹⁷.

Segundo o guarda-parque, é importante frisar que todos esses projetos de educação ambiental foram criados na tentativa de levar o PEPS até a comunidade e também trazer a mesma para dentro desse espaço. Ele complementa dizendo:

desde quando a gente começou a trabalhar aqui, pensamos que não adiantaria ter o parque inserido na localidade se essa não abraçasse o parque. Então, a primeira coisa que fizemos foi trabalhar dentro das escolas. Procuramos todas as escolas, no entorno do parque, e começamos um ciclo de palestras. Não era uma coisa pontual, era sistemática, em que a gente atendia todas às turmas, daquela escola, com palestras e dinâmicas. Por exemplo, começamos com uma palestra sobre o que é uma unidade de conservação e passamos a elaborar formas dinâmicas de explicação do que seria uma unidade de conservação (o seu conceito, aplicabilidade, o que ela soma). Hoje em dia, nos livros de sétima série, você já tem um capítulo todo, sobre unidades de conservação, coisas que, na minha época de escola, não existia (informação verbal)¹⁸.

Conforme o entrevistado, após o ciclo de palestras, foi oferecido um curso no parque com os alunos selecionados pe-

¹⁷ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

¹⁸ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

las escolas (com direito a uniforme e material doados pelo PEPS), por um período de três meses. Desse processo, formaram-se os Guardas-Parques Mirins (GP MIRINS), com o objetivo de dar continuidade ao projeto de educação ambiental que visa a proteger a UC.

Para o guarda, a partir desse contato com as crianças, os pais foram alcançados. Esses responsáveis são os mesmos que, a princípio, foram contra a criação do PEPS. Ele explica que, na época, houve muita manipulação política com informações erradas e incompletas, gerando distanciamento da comunidade para com o parque:

com a aproximação dos alunos, inevitavelmente ocorreu a integração da comunidade com o parque. Então, a gente conseguiu mostrar para ela que viemos para somar e a educação ambiental foi a forma de chegar na população. Mantivemos isso, até hoje, com as palestras nas escolas indo e trazendo à mesma aqui para dentro. Nesse contexto, os filhos e a escola tiveram papéis fundamentais no esclarecimento aos pais dos reais objetivos da criação do PEPS (informação verbal)¹⁹.

O entrevistado afirma que muitas escolas fizeram parte desse projeto e continuam participando de outros. É importante mencionar que, de acordo com o guarda-parque, o trabalho poderia ser muito maior se não fossem as restrições.

Hoje, estamos um pouco limitados por conta de combustíveis para ir até essas escolas. Ai, temos que optar por fazer monitoramentos ou educação ambiental. Então, a gente tenta ‘casar’ os dois para continuar. Agora vai começar o ano letivo, por isso já estamos falando com as escolas em agendar uma reunião para montarmos, dentro do cronograma da escola, nossas visitas do ano todo e saber das disponibilidades, dessas, para vir à sede e realizar atividades mais específicas (informação verbal)²⁰.

¹⁹ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

²⁰ Entrevista concedida por P. J. [jan. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (54 min.).

Uma professora, de uma escola pública na vila de Visconde de Mauá, acrescenta que:

o PEPS foi uma grande conquista da vila e desde então vem fazendo um trabalho de excelência, digo isso como professora, é um diferencial gigante e é muito importante tê-lo aqui. Eu envio um e-mail querendo agendar um circuito de interpretação ambiental no PEPS, aí eles mandam um arquivo com cinco trilhas diferenciadas, todas muito interessantes (informação verbal)²¹.

Além desses projetos de educação ambiental, o PEPS também costuma disponibilizar o seu espaço para a realização de outros eventos, como a feira realizada por produtores agroecológicos da região (Figura 9). Nessa exposição, os produtores vendem produtos ecológicos (*in natura* e processados), artesanatos, e, nos dias de realização do evento, normalmente, os artistas locais também executam apresentações musicais.

Figura 9: Feira realizada por produtores agroecológicos, na sede do PEPS



Fonte: Raquel Barbosa da Silva, agosto de 2023, vila de Visconde de Mauá.

²¹ Entrevista concedida por A. D. [ago. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (60 min.).

A relevância do apoio a iniciativas como a feira agroecológica está na manutenção dos pequenos produtores na atividade agrícola, além do incentivo às produções, ambientalmente corretas e nos esclarecimentos de informações sobre esses produtos, mais sustentáveis, à população local e aos visitantes. Em função disso, constata-se a importância do apoio do parque, cedendo o espaço para a existência da feira²². Logo, entende-se que esse local é muito significativo para a população residente e para os visitantes, pois preserva os patrimônios natural e cultural da comunidade local, além de incentivar e apoiar projetos socioambientais na região.

No entanto, é necessário destacar que, apesar de a região ser protegida por leis ambientais e o PEPS desenvolver vários projetos de educação, os problemas ambientais persistem. Conforme o diagnóstico apresentado no Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Selada, esses obstáculos estão relacionados ao meio físico: solos rasos com forte erodibilidade e altos índices pluviométricos com retiradas da cobertura vegetal (DETZEL *et al.*, 2017). Assim:

a inexistência da proteção oferecida pela vegetação, por sua vez, acarreta e/ou acelera diversos eventos geomorfológicos, em especial eventos erosivos, que geralmente afetam os cursos d'água e, por conseguinte, afetam o abastecimento de água e as atividades econômicas associadas aos recursos hídricos (DETZEL *et al.*, 2017, p. 138).

Consoante Detzel *et al.* (2017), ao longo da história, a agricultura e a pecuária no Brasil foram desenvolvidas a partir da remoção da vegetação nativa para a criação de pastagens e áreas de cultivo. Com poucas exceções, foram mantidas a mata ciliar no entorno de rios e nascentes. A retirada da cobertura vegetal

²² Cabe mencionar que a feira não possui um local fixo para a sua realização, já ocorrendo em outras partes da vila de Visconde de Mauá, como na calçada ao lado da sede do PEPS, na Aldeia dos Imigrantes e no espaço cultural Beatles.

das margens dos canais de drenagem era, inclusive, uma estratégia dos pecuaristas para facilitar o acesso dos animais à água. Desse modo, a escassez dessa vegetação é capaz de favorecer a ocorrência de processos erosivos nas margens dos rios, podendo ocasionar a perda de solo e até mesmo danos materiais.

Outro problema muito comum, na região de Visconde de Mauá, é referente às queimadas. Segundo os guardas-parques, os incêndios nas florestas acontecem por três motivos: forma natural, em determinadas épocas do ano, devido à escassez de chuva; forma criminal, provocados pela queima de “lixo verde”, como restos de folhas e podas; ou pelo descarte de guimbas de cigarros. Destaca-se que as queimadas trazem consequências graves para a fauna, flora, hidrografia, além de afetar a saúde das pessoas.

É importante mencionar que o parque conta com o apoio da comunidade, dos bombeiros e guardas-parques no combate às queimadas. A equipe da UC, na temporada de estiagem, durante o inverno de 2022, recebeu 9 ocorrências e combateu vários focos de incêndios florestais, aplicando 105 Notificações Preventivas de Incêndio (NPI) em áreas de grande incidência. O guarda-parque complementa:

... fazemos a notificação preventiva de incêndio e temos uma meta de realizar 20 mensais durante o ano todo, ou seja, são 240. Dividimos o parque em 4 áreas críticas de incêndios, então lá embaixo na Fazenda Aleluia, próximo a Pedra Selada, Bonsucesso, Vale do Pavão e das Cruzes, são as áreas críticas que a gente tem. Tentamos cobrir todas essas áreas com a notificação preventiva de incêndio, que é de caráter educativo. Mas aí a gente pega o CPF e endereço, então se acontecer um incêndio lá, aí a pessoa não vai dizer que não sabia, que não podia, porque já foi orientada, portanto pode gerar multa (informação verbal)²³.

²³ Entrevista concedida por R. B. [ago. 2023]. Entrevistadora Raquel Barbosa da Silva. Resende/RJ. 1 arquivo. Mp3 (21 min.).

Ainda que tenhamos identificado alguns conflitos ambientais entre agentes sociais no/pelo território, que será foco de trabalho vindouro, deste cenário retratado, é notório o desempenho do PEPS na preservação da Mata Atlântica, dos corpos hídricos e na proteção de animais e plantas nativas da região. Além disso, é uma unidade de conservação que proporciona muitas atividades de ecoturismo, educação ambiental e incentiva o turismo cultural na região de Visconde de Mauá, contribuindo para a produção cotidiana de um ambiente turístico.

Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo principal discutir sobre as transformações a partir da mercantilização do espaço turístico na região de Visconde de Mauá. Ressaltou-se que o ecoturismo no mundo e no Brasil ganhou destaque a partir de movimentos ambientalistas, quando os debates sobre as necessidades de conservação do meio ambiente, por meio de técnicas sustentáveis, alcançaram a atividade turística. Desse modo, podemos dizer que, em certa medida, o turismo enquanto atividade econômica do campo terciário se apropria do conceito de patrimônio, seja natural ou cultural, visando a impulsionar-se.

À vista disso, pode-se dizer que a região de Visconde de Mauá, devido aos diversos elementos naturais como (clima ameno, vegetação exuberante, relevo com grandes altitudes para os padrões brasileiros e com muitos rios e cachoeiras), oferece todos os requisitos para quem busca praticar o ecoturismo. Portanto, enfatizou-se que essa atividade está por toda a região, inclusive dentro do PEPS, que também procura associar os atrativos naturais aos culturais para atender a todos os visitantes.

As unidades de conservação são criadas a fim de preservar e conservar, não somente a biodiversidade, mas também a geodiversidade. Aquelas de uso sustentável, como os parques,

por exemplo, abrem-se para diversos tipos de uso público ensejando uma tensão, perene, entre conservação e o uso responsável com a possibilidade de geração de impactos negativos, haja vista os riscos ambientais iminentes, no processo de atração de visitantes, como no vetores de expansão urbana nas zonas de amortecimento, aumentando riscos de desmatamento, incêndios e poluição. Percebemos, neste cenário do Parque Estadual da Pedra Selada, que o ecoturismo vem ganhando destaque, sobretudo, com as ações de educação ambiental identificadas, que funcionam como instrumento capaz de mudar o olhar do turista em relação ao ambiente. Sobre essa perspectiva, notou-se que o PEPS vem desenvolvendo diversos trabalhos, direcionados não só aos turistas, mas a toda comunidade. Logo, esse parque estadual é um interessante exemplo de conservação da biodiversidade brasileira, contudo ainda necessita, como acontece em todo o sistema de unidades de conservação, de mais recursos e investimentos, seja em infraestrutura, equipamentos, monitoramento e em recursos humanos qualificados em seus quadros, para que possibilitem o planejamento ambiental a longo prazo e uma plena gestão dessas unidades, em consonância com seus planos de manejo.

Referências

BELLO, Carolina M. de A. *Patrimonialização da natureza, turismo e produção do espaço regional: uma análise do complexo de áreas protegidas do pantanal e seu entorno (Cáceres, Corumbá e Poconé)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2015.

BRASIL. EMBRATUR, Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. 1994. Disponível em: [https:// C:/Users/sandr/Downloads/S8D00001.pdf](https://C:/Users/sandr/Downloads/S8D00001.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. *Lei n° 9.795/1999, de 27 de abril de 1999*. Educação Ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. *Lei n° 9.985/2000, de 18 de julho de 2000*. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade*. Brasília, 2007.

BRASIL, *Decreto n° 42471 de 25 de maio de 2010*. Dispõe sobre a criação do cargo de guarda-parques. Disponível em: https://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter_dibap/documents/document/zwew/mte5/~edisp/inea0119968.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

DETZEL, Valmir Augusto *et al.* *Plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Selada*. INEA, Rio de Janeiro, 2017, vol. 1, 552 p.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. ampl. São Paulo: Hucitec, Nupaub-USP/CEC, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GOMES, Carlos Henrique M.; SANTOS, Joana da Silva C.; CORDEIRO, Josilene S. Potencialidades do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu na região turística baixada verde (RJ). *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, Niterói, RJ, v. 8, n. 12, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/47417/28573. Acesso em: 12 abr. 2023.

INEA, Instituto Estadual do Ambiente. *Parque Pedra Selada: atrativos*. Disponível em: https://parquesestaduais.inea.rj.gov.br/peps_atrativos.php. Acesso em: 10 abr. 2023.

ITO, Claudemira A. Turismo Pedagógico: Relato de Experiência no Ensino Fundamental. *Anais: VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, jul. 2010.

KELEN *et al.* *Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): hortaliças espontâneas e nativas*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 44 p.

MASCARENHAS, G. Cenários contemporâneos da urbanização turística. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 4, 2004.

MATIAS, Alexandre; LINDOSO, Galiana; LORENZETTO, Fernando. Eco-contadores: tecnologia de ponta para monitorar a visitação. *Apoia o eco*, 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/27845-eco-contadores-tecnologia-de-ponta-para-monitorar-a-visitacao/>. Acesso em: 2 maio 2023.

NEIMAN, Zysman. *A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza*. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Psicologia, USP, São Paulo, 2007.

NEIMAN, Zysman. Ecoturismo e educação ambiental em unidades de conservação: a importância da experiência dirigida. In: COSTA, N. M. C.; COSTA, V. C.; NEIMAN, Z. (org.). *Pelas trilhas do Ecoturismo*. 1. ed. S. Carlos: Rima Editora, 2008. v. 1.

ROCHA, Fernanda; BARBOSA, Fabiana; ABESSA, Denis. Trilha ecológica como instrumento de Educação Ambiental: estudo de caso e proposta de adequação no Parque Estadual Xixová-Japuí (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 3, n. 3, set. 2010.

RODRIGUES, A. B. Geografia do Turismo: novos desafios. In: TRIGO, L. G. G. (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2001.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Pappirus, 1997.

SCHERER, Luciana.; ALVES, Carlos Augusto; BOTELHO, Louise; SCHROEDER, Ronnie. O caminho das missões como produto turístico de integração regional. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, [s. 1.], v. 5, n. 8, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15051>. Acesso em: 2 maio. 2023.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: FFLCH, 2008. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Livro_simone.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

SEKIAMA, Margareth L. *et al.* Implantação de uma trilha interpretativa como instrumento educativo e para o bem-estar da comunidade.

Revista Educação Ambiental em Ação, n. 60, 2017. Disponível em: <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2758>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SERRANO, Célia Maria de T. *A invenção do Itatiaia*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1993.

SILVA, Raquel Barbosa da. *Da valorização da imagem à mercantilização: a produção do espaço turístico em Visconde de Mauá/ RJ-MG*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2023.

SIQUEIRA, Lauren. Trilhas interpretativas: Uma vertente responsável do (eco) turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, n. 14, 2004. Disponível em: www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/72/67. Acesso em: 16 abr. 2023.

SOUTO, Idália Maria T. *Patrimônio cultural e imigração: a invenção da tradição do pastel de bacalhau no mercado municipal paulistano*. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Hospitalidade, área de concentração Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012.

SOUZA, Rodrigo S. de. A paisagem natural como foco das novas práticas do turismo: o exemplo do ecoturismo no distrito de Sana-Macaé/ RJ. In: MARAFON, G.; RIBEIRO, M. A. (org.). *Revisitando o território fluminense IV*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012. v. 4, p. 111-126.

THÉVENIN, Julien Marius R. *Mercantilização do espaço rural pelo turismo: uma leitura a partir do município de Cairu, BA*. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia, UFS, Sergipe, 2009.

Sobre as autoras e os autores

Annelise Caetano Fraga Fernandez



É professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ. Possui mestrado em Antropologia e Sociologia e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Núcleo de Estudos em Ambiente, Território e Sistemas Agroalimentares (NEATS). Seus principais temas de pesquisa são: natureza, espaço e sociedade, participação e campesinato. Atualmente, desenvolve trabalho relacionado a dinâmicas territoriais, conflitos ambientais, participação em conselhos, redes sociotécnicas e sistemas agroalimentares.

Cleber Marques de Castro



Possui graduação (2002), mestrado (2004) e doutorado (2010) em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor universitário desde 2004, lecionando em instituições públicas e privadas, como na UERJ e na PUC-Rio. Trabalha como Professor Adjunto I desde julho de 2018 no Departamento de Geografia, Instituto Multidisciplinar, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e desde março de 2019 atua como docente colaborador no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo/

UFRRJ). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo (NEPET/UFRRJ/CNPq).

María del Carmen Villarreal Villamar



Professora adjunta do curso de Relações Internacionais da UFRRJ e professora permanente do PPGCP-UNIRIO. Doutora em Ciência Política e Máster em Estudos Contemporâneos da América Latina (Universidad Complutense de Madrid). Graduada em Ciências Internacionais e Diplomáticas (UNIGE). Coordenadora da iniciativa UNAI/UNIRIO e do GRISUL. Membro da equipe diretiva e editora de @Latinoamérica21.

Miriam de Oliveira Santos



Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1984), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Realizou de setembro de 2006 até setembro de 2007 um estágio pós-doutoral no CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e de setembro de 2018 até julho de 2019 um pós doutoramento na Universidade do Algarve (Portugal). Pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e professora associada do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e de Geografia da mesma universidade. Avó orgulhosa do Dudu e do Leléu.

Raquel Barbosa da Silva



Graduada em geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro FFP-UERJ (2005), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (2023) e professora de geografia da rede pública estadual e municipal do Rio de Janeiro.



Reinaldo Tadeu B. Pacheco

Possui graduação em Educação Física e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1989 e 1999). É especialista em Lazer e Recreação pela UNICAMP (1992). Participante do GEPAE – USP, onde desenvolveu seu doutorado (2009) e onde também concluiu seu mestrado em Educação (2004) abordando as relações entre as políticas públicas de educação e o lazer. Atualmente, é professor da EACH-USP Leste, no curso de Bacharelado em Lazer e Turismo. Professor e orientador credenciado junto ao Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo. Orienta, realiza pesquisas e ministra aulas das disciplinas relacionadas ao planejamento e gestão pública do lazer e ao entendimento do lazer e do turismo como fenômenos sociais. Nos últimos anos, tem atuado na pesquisa e intervenção profissional em relação aos espaços públicos de lazer e aos parques urbanos. Realizou recente (2018) estágio pós-doutoral na Universidade de Girona, na Catalunha e investigou diversos modelos de gestão de parques urbanos em diversas cidades. Acredita no potencial transformador e educativo do uso público dos espaços coletivos urbanos. É pai por duas vezes, ama educar e acredita que este é o único modo de mudar o mundo.

Esse livro nasceu de uma mesa-redonda organizada pelo PPGGEO/UFRRJ e pelo PPGCS/UFRRJ em dezembro de 2023, com o objetivo de explorar as complexidades e transversalidades do conceito de ambiente, refletindo sobre diversas formas de apropriação e práticas espaciais. A discussão abordou desde a escala macro, tratando da degradação ambiental e dos desastres como fatores impulsionadores de migrações, até as escalas regional e local, com debates sobre conflitos de uso em Parques Nacionais e modelos de gestão de parques urbanos. Contudo, a ideia surgiu muito antes, a partir dos debates e textos da disciplina de Epistemologia da Geografia, ministrada pelos organizadores em 2019 e 2020. Agradecemos ao PPGGEO e ao PPGCS o apoio recebido para a realização dessa publicação e do evento que a originou.



ISBN 978-65-5974-234-9

